

Quarta-feira, 7 de Dezembro de 1977



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1977

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Duarte Arnaut

Secretários: Ex.^{mo} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade do Azevedo
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Mala Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Depois de anunciada pelo Sr. Presidente a recepção da carta, que foi lida, em que o Sr. Primeiro-Ministro o informava da pretensão de, perante a Assembleia, fazer uma declaração política com vista à apresentação de uma moção de confiança ao Governo, iniciou-se o debate sobre o referido voto de confiança com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

Fizeram também intervenções os Srs. Deputados Freitas do Amaral (CDS), Jaime Serra (PCP), José Luis Nunes (PS), Acácio Barreiros (UDP) e Sousa Franco (PSD).

Usaram da palavra para formular pedidos de esclarecimento, protestos ou contraprotestos ou dar explicações a alguns dos oradores, além do Sr. Ministro sem Pasta Jorge Campinos e dos Srs. Ministros do Plano e da Coordenação Económica (Sousa Gomes) e da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa), os Srs. Deputados Magalhães Mota (PSD), Ribeteiro e Castro (CDS), Carlos Brito (PCP), Rui Pena (CDS), Veiga de Oliveira (PCP), Sousa Franco (PSD), Sérvelo Correia (PSD), Lucas Pires (CDS), Acácio Barreiros (UDP), Marques Mendes (PSD), Jaime Gama (PS), António Gutierrez (PS), José Luis Nunes (PS), Dieter Dellinger (PS), Soares Louro (PS) e Carlos Carvalhas (PCP). A estas intervenções responderam os diversos oradores nas partes respectivas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 24 horas.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Altano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Aronis Braga de Carvalho.

Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
 Alfredo Pinto da Silva.

Álvaro Monteiro.

Amadeu da Silva Cruz.

António Barros dos Santos.

António Cândido Maicedo.

António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.

António Fennandes da Fonseca.

António Jorge Moreira Portugal.

António José Pinheiro Silva.

António Riço Calado.

Aquilino Ribeiro Machado.

Armando dos Santos Lopes.

Beatriz Almeida Cal Bramdão.

Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.

Bento Elísio de Azevedo.

Carlos Alberto Andrade Neves.

Carlos Cardoso Lage.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.

Carlos Manuel da Costa Moreira.

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Dalmiro Manuel de Sousa Carreira.

Dieter Dellinger.

Etelvina Lopes de Almeida.

Euríco Manuel das Neves Henriques Mendes.

Fernando Gomes Vasco.

Fernando Jaime Pereira de Almeida.

Fernando Reis Luís.

Florêncio Joaquim Quintas Matias.

Francisco de Almeida Sangado Zenha.

Francisco António Marcos Barracosa.

Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.

Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Joaquim Gomes.
 João da Silva.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Gomes Fernandes.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Medeiros Ferreira.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Luís Patrício Rosado Gonçalves.
 Manuel Barroso Proença.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Partido Social Democrático (PPD/PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Álvaro Barroso Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Manuel Barata Portugal.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João Afonso Gonçalves.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 João Vasco Paiva.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.

José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Ribeiro Sárvulo Correia..
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Nuno Gil Pires.
 Olívio da Silva França.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecassis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Matos Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Augusto Pinhão Correia.

Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel Pereira Franco.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Assunção Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Victor Henrique Louro e Sá.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)
 Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 192 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Na bancada do Governo encontravam-se presentes o Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares) e os Ministros.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro enviou-me na passada sexta-feira a carta que vai ser lida pela Sr.ª Secretária Maria José Sampaio.

Foi lida. É a seguinte:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República:

Excelência:

Nos termos do artigo 196.^º da Constituição e do artigo 199.^º do Regimento da Assembleia da República, venho requerer a V. Ex.^a se digne informar a Assembleia de que o Governo pretende fazer,

perante ela, uma declaração de política geral, com vista à apresentação de uma moção de confiança.

Dada a situação do País — de todos conhecida —, mais requeiro a V. Ex.^a se digne considerar a urgência do caso, para todos os efeitos legais e regimentais.

Aproveito para apresentar a V. Ex.^a os melhores cumprimentos e os protestos da minha maior consideração.

De V. Ex.^a, muito atentamente, **Mário Soares**, Primeiro-Ministro.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1977.

O Sr. Presidente: — O Governo solicitou assim à Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança sobre uma declaração de política geral. É esse debate que agora se vai iniciar com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, a quem concedo a palavra.

Aplausos do PS à subida do Sr. Primeiro-Ministro para a tribuna.

O Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência da comunicação que vos fiz em 17 de Novembro, sobre o memorando apresentado aos partidos — e dada a circunstância de não ter sido possível, até agora, chegar a uma plataforma de acordo com os partidos da oposição ou com algum deles —, o Governo apresenta-se de novo perante esta Assembleia, como é seu dever e seu direito, para debater convosco a política geral do País e vos colocar, claramente, a questão da confiança.

Não vos escondo, desde logo, que julgo que o País está confuso, inseguro e mesmo ansioso quanto à caracterização, ao alcance e sobretudo às consequências da crise que atravessamos. Não vejo, com clareza, qual a saída que se nos apresenta entre os fogos cruzados do memorando governamental e das contrapropostas dos partidos, das receitas entre si quase sempre contraditórias dos parceiros sociais e das análises ou dos prognósticos, tantas vezes interessados, dos comentadores que por aí pululam... Daí a urgente necessidade de uma clarificação.

Para vencer a crise — sempre o dissemos — importa ter ideias claras e uma vontade política determinada. O povo tem necessidade de compreender qual é o caminho, o ritmo de marcha e para onde vai. Só assim aceitará fazer os duros sacrifícios que se lhe pedem, mobilizando as suas energias criadoras ao serviço da Pátria.

O Governo tem esperança que deste debate resulte o indispensável esclarecimento público. Por isso o propôs, voluntariamente e deliberadamente. O voto final que daqui sair — e que o Governo aceita de boa mente, qualquer que ele seja — dará uma indicação fundamental ao País: ou este ou outro Governo. A partir daí, contudo, o essencial é trabalhar, deixar resolver os problemas aos que têm para tanto legitimidade, dar tempo ao tempo, renunciar à tentação de estar continuamente a repor todo o sistema político e institucional em causa e abandonar as guerrilhas partidárias e pessoais inconsequentes, que não servem a democracia nem Portugal.

O Governo confia nas virtualidades do processo democrático e na sólida e flexibilidade das instituições que temos. A crise, de que tanto se fala, como de uma ameaça permanente mas um tanto indefinida, sem haver o cuidado de a caracterizar nos seus contornos essenciais, desdobra-se em vários aspectos. Antes de mais, trata-se de uma crise financeira, de grande relevância e premente conjuntural. Depois, de uma crise económica e social, que vem de longe, reflexo da crise económica internacional, condicionada ainda pela recessão europeia, tendo igualmente a ver com as transformações profundas ocorridas, após o 25 de Abril, em particular com a descolonização, e com a busca de um reequilíbrio sociológico do todo nacional, no quadro europeu. Não se nega que haja também uma crise política ou de adaptação ao Estado Democrático que estamos a construir, com os seus diferentes mecanismos e órgãos de Poder, ainda em face de aprendizagem, e sem que haja hábitos enraizados de convivência cívica e de tratamento não sectário das situações conflituais. E, evidentemente, uma crise de confiança, de tipo acentuadamente psicológico, que está relacionada com uma certa insegurança quanto à nossa verdadeira identidade nacional e com os abalos profundos ressentidos pelo País, após a revolução.

Pretender resumir tudo isto — que é complexo, profundo e se situa na longa duração — a um problema de Governo, ou de operacionalidade do Governo, a curto prazo, releva, evidentemente, da simplificação grosseira ou da pura demagogia.

A crise com que nos debatemos vai necessariamente demorar alguns anos a resolver, nos seus múltiplos aspectos, atrás referidos. Ninguém pode ter ilusões quanto a esse ponto. Não há receitas milagrosas para a superar de um momento para o outro. O que não significa que não seja necessário trabalhar, trabalhar duramente, e desde já, para ir vencendo paulatinamente as dificuldades actuais e, sobretudo, para se poder perspectivar em termos correctos o futuro próximo e distante.

O Governo continua a afirmar que há uma saída para a crise, desde que os Portugueses se decidam a encarar a situação de frente, e com rigor. Essa saída implica trabalho, austeridade, paz social e um certo consenso nacional quanto ao caminho a seguir. Os problemas com que o País se debate têm, pois, solução no quadro democrático — mas não fora dele. O Governo, ao cabo de dezasseis meses de actividade constante, julga conhecer suficientemente os dossieres para o afirmar, com consciência e verdade, sem nada ignorar das dificuldades presentes. Conhece-as como ninguém e nem por isso está desorientado, quanto à imensidão da tarefa, descrente dos resultados já obtidos, ou a obter a prazo, ou excessivamente pessimista quanto ao futuro. Porquê? Porque tem a determinação política necessária para vencer as dificuldades, avalia bem os recursos do País e as perspectivas internacionais que se nos abrem, e sobretudo porque confia na capacidade de resposta do povo português. Sabe também — e esses são os parâmetros essenciais traçados — que fora da democracia e fora da Europa não há solução para os nossos problemas.

No debate que vamos travar, o Governo não foge ao balanço crítico do que tem sido o exercício da

sua acção. As responsabilidades que nos pertencem assumimo-las em plenitude. Mas é importante que os partidos da oposição, com posições contraditórias e visando objectivos igualmente contraditórios, assumam também as suas responsabilidades.

Para um tal balanço, começemos pelo inicio: partindo da situação económica, financeira, social e política em que se encontrava o País, em Agosto de 76, quando o Programa do Governo foi aprovado, graças à abstenção de todos os partidos da oposição. Interessa saber o que se fez e o que não foi possível realizar. Como e porquê. Se era possível a outra equipa — e nessa hipótese qual — fazer mais e melhor, sem violência, em paz e consolidando as instituições vigentes. Os responsáveis por cada um dos departamentos governativos estarão aqui, na Assembleia, para responder às vossas interrogações, sem fugir às más dificuldades — embora esse não seja o ponto central do debate.

Além, já o fizemos nas duas interpelações ao Governo que tiveram lugar na sessão legislativa passada. E, ao que parece a contento da Câmara, dado que não foi requerido então qualquer voto contra o Governo.

Saltante-se, de resto, que nessa altura, como aquando da aprovação do Programa do Governo, a abstenção dos partidos da oposição foi muito significativa e resultou de condições objectivas da sociedade portuguesa que, evidentemente, nos transcendem e que, a nosso ver, ainda hoje existem, apesar de alguns agora pretenderm o contrário.

Não foi por acaso que em dezasseis meses — havendo uma vida parlamentar normalizada, por sinal bastante activa e fecunda — nunca o Governo foi posto em causa por esta Assembleia, nem sequer teve sérias dificuldades para fazer aprovar qualquer proposta de lei. É um dado objectivo que tem uma razão de ser profunda, de que se não deve nem pode abstrair.

Com efeito, no discurso de 15 de Outubro notava, com toda a razão, o Presidente da República: «Sendo precário o quadro de apoio parlamentar ao Executivo, é também indiscutível que a Assembleia não só conferiu ao Governo, de forma continuada, o apoio indispensável para o manter em funções, como assegurou repetidamente a aceitação majoritária a um grande número de diplomas.»

Na verdade, o Governo viu aprovado o Plano e o Orçamento para 1977, ratificado o seu pedido de adesão à CEE e aprovadas ainda propostas de lei fundamentais para a própria definição do sistema económico e social em que vivemos, tais como: a Lei de Separação dos Sectores Público e Privado, a Lei das Indemnizações, a Lei de Bases da Reforma Agrária, a Lei do Planeamento e da Composição do Conselho Nacional do Plano, a Lei do Alargamento das Águas Territoriais (200 milhas) e ainda importantes diplomas de adaptação legislativa e organização judicial. Com que maioria o conseguiu, perguntar-se-á? A resposta é bem interessante e por si só desfaz grande parte da argumentação usada por certos sectores oposicionistas. Até 30 de Julho de 1977 subiram ao Plenário desta Assembleia 78 propostas de lei (apresentadas pelo Governo) para votação na generalidade. Foram rejeitadas apenas 4 e 1 retirada,

tendo sido aprovadas 73 (ou seja, 93%). Destas, 28 foram aprovadas com os votos unânimes dos quatro partidos, PS, PSD, CDS e POP; 13, foram aprovadas com o voto isolado do PS (e abstenção ou voto contra dos outros partidos); 15 foram aprovadas pelo voto conjunto do PS, PSD e do CDS; 6 pelo voto conjunto do PS, PSD e PCP; 3 pelo voto conjunto do PS, CDS e PCP; 5 pelo binómio PS/PCP; e 3 pelo binómio PS/PSD. No que respeita aos projectos de lei (apresentados pelos Deputados), subiram ao Plenário para votação na generalidade, no mesmo período, 31, tendo sido rejeitados 8 (74,2%). Daqui se conclui que a Assembleia foi mais severa em relação aos diplomas elaborados no seu próprio seio do que aos emanados do Governo. No que respeita, porém, aos 23 aprovados, 16 foram-no pelos votos unânimes dos quatro partidos, PS, PSD, CDS e PCP; 4 com votos favoráveis do PS, PSD e CDS; 1, pela maioria anti-PS (PSD, CDS e PCP); 1 pelos votos conjuntos do PSD e do PCP; e 1, finalmente, pelos votos do PS e do POP. Relativamente aos pedidos de ratificação, passou-se mais ou menos o mesmo. Assim, foram aprovados pelo Plenário 13, tendo 1 só pedido de ratificação sido recusado (92,3%). E, aliás, foi-o por unanimidade. Dos aprovados, 6, foram-no com os votos unânimes dos quatro partidos (PS, PSD, CDS e PCP); 4 pelos votos favoráveis do PS, PSD e CDS; 2, pelos votos do PS e PCP; e 1 com os votos do PS e CDS.

Poderia levar a análise das votações a um maior pormenor. Não desejo, porém, cansar a Assembleia, que, aliás, as conhece bem. Contudo, das votações indicadas, retiram-se algumas irrefutáveis conclusões:

1.º Que o Governo tão acintosamente acusado de «minoritário» sempre dispôs, na sua acção governativa, de consideráveis maioriais;

2.º Que nunca se verificaram situações de bloqueio parlamentar e que as maioriais se formaram espontaneamente — ora umas, ora outras —, segundo as posições partidárias respectivas e os ditames do que consideraram ser o interesse nacional;

3.º Que a maior parte das deliberações foram tomadas por quase unanimidade, isto é, com o voto conjugado dos quatro maiores partidos, o que representa um enorme consenso nacional;

4.º Que foi graças à não existência de uma maioria fixa (obtida, por exemplo, através de uma coligação governativa) que não se conquistaram as posições, com maioria e minorias automáticas e predeterminadas;

5.º Que todos os partidos, sem exceção, votaram com o PCP, e com ele fizeram maioria, algumas vezes, aliás, contra o Governo e o PS.

Não ignora o Governo que o grande argumento utilizado pelos partidos da oposição tem sido a acusação de se tratar de um Governo minoritário. Insiste-se nessa linha de argumentação, no pretenso isolamento do Governo, que, como vimos acima, não existe, nem nunca existiu, chegando-se mesmo a argui-lo, em casos extremos, de falta de democratici-

dade. Ora a verdade é que a nossa Constituição pelos mecanismos que introduziu, o menos que se pode afirmar é que facilita a existência de governos minoritários, os quais têm de considerar-se, à luz de qualquer doutrina constitucional e sem discrepâncias, como perfeitamente democráticos, desde que respeitem, como é o nosso caso, os imperativos constitucionais. Aliás, por essa Europa fora existem hoje muitos exemplos de governos minoritários, como mostram os casos da Dinamarca, da Noruega, da Itália, da Inglaterra e da Espanha, para só citar alguns países onde existem actualmente governos minoritários, que ninguém responsável ousará acusar de antidemocráticos.

A pergunta que tem cabimento, à luz da situação parlamentar portuguesa actual, é em todo o caso outra: a de saber se na presente conjuntura será possível a formação de um governo maioritário, não apenas no plano do apoio parlamentar, mas da coligação ou do compromisso governamental, sendo conhecido que o PS se recusa a fazer a maioria de esquerda mas também, e com igual vigor, a maioria de direita.

Aplausos do PS.

A resposta, tal como as coisas se apresentam hoje, não pode deixar de ser negativa.

Por isso, no memorando, se estabelecia uma distinção entre acordo parlamentar — global, parcelar ou pontual — e partilha de Poder a nível do Executivo. Acordo, note-se, que sempre se entendeu aberto em princípio a todos e não só a um dos lados do hemisfério, justamente para evitar a polarização dos extremos, com a formação de uma maioria automática, tendente a discriminá-la e a excluir o extremo contrário.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não se ignoram as conversações havidas com o PSD no final da sessão legislativa passada — quando introduzimos o advérbio «designadamente» para caracterizar a nossa abertura aos outros partidos e «designadamente ao PSD». Porquê? Porque julgámos então encontrar no PSD uma predisposição ao diálogo e ao acordo connosco que antes não lhe havíamos conhecido. Porém, essa tendência — que representava, como depois se compreendeu, o ponto de vista de certos dirigentes, não partilhado, ao que parece, pelas bases mais aguerridas — ficou completamente frustrada com a evolução para a direita do partido (falo sem intuições polémicas e objectivamente) expressa em declarações de voto do seu líder, até agora não repudiadas pela ideologia do PSD....

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — ...pondo em causa a Constituição e a própria figura do Presidente da República.

Aplausos do PS.

Sendo assim — e a menos que venha a verificar-se uma corecção do posicionamento recíproco dos partidos nesta Assembleia —, a hipótese de um acordo parlamentar global torna-se completamente improvável.

vel, se não mesmo impossível. Mais: a existência de um governo minoritário (sem alianças à esquerda ou à direita) passa a representar uma condição decisiva para a evolução pacífica e democrática do sistema português e para o reequilíbrio sociológico e nacional do País — na medida em que se destina a evitar irredutíveis divisões e graves e violentas confrontações de tipo político, social ou regional. Temha-se em conta o que se tem passado nas ilhas atlânticas ou em certas regiões do Alentejo ou do Nordeste Transmontano e poderá compreender-se o que seria a radicalização explosiva deste País se se instalasse a nível nacional um governo de maioria de direita ou de esquerda. Só não vê esta evidência quem não quiser ver ou for completamente cego...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — De resto, imaginar que o facto de haver uma coligação governamental, dispondo de maioria parlamentar, daria maior operacionalidade ao Governo — e criaria por si só as condições favoráveis à resolução de todos os problemas que nos afligem —, é uma tese que não resiste à menor análise porque não tem lógica em si própria e carece de demonstração. Se é certo que a crítica parlamentar é um factor altamente correctivo da actividade do Governo, é óbvio que quanto mais independente o Governo estiver da Assembleia — por ter apoios parlamentares majoritários sólidos e por assim dizer automáticos — mais «ouvidos de mercador» poderá ter em relação às críticas que lhe vierem a ser feitas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O País e o PS têm a experiência do que foram as coligações que se constituíram durante os Governos Provisórios. De como as inevitáveis guerrilhas partidárias se instalaram no seio mesmo do Executivo, paralisando-o e criando todo o tipo de descoordenações. O PS não está, portanto, interessado em repetir a experiência. E por isso coloca esta Assembleia perante um dilema simples: ou lhe facultam meios necessários para governar, votando nomeadamente a confiança no Governo ora pedido, ou se constitui na obrigação de formar uma alternativa de Governo, sem participação do PS.

Aplausos do PS.

O que os partidos à nossa direita não podem continuar a exigir é uma associação governativa connosco, que nas circunstâncias actuais seria *contra natura* e não teria qualquer sentido nem sequer seriedade, depois das críticas tão azeadas e repetidas que nos têm dirigido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Muito mal, muito mal!

O Orador: — Por isso, dizemos sem acrimónia, mas muito claramente, para que o País inteiro entenda: ou governa o PS (com independentes) ou se constitui um Governo sem o PS. Pelo nosso lado, sentimos que

tanto serviremos o País no Governo como na oposição — mas em qualquer dos casos segundo as nossas próprias ideias, com os valores que temos, com os nossos homens e as nossas competências, sem diluição ou partilha de responsabilidades e assumindo-as em plenitude, em circunstâncias particularmente difíceis e sem precisarmos da caução de ninguém. A democracia implica alternância no poder e livre escolha. Esta Assembleia tem, pois, que optar — e peço-lhe que o faça com coragem e sem ambiguidades. Se efectivamente nos quer derrubar, pois que o faça, assumindo as responsabilidades que lhe cabem, isto é, constituindo-se em alternativa do poder.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Isso é com o Sr. Presidente da República.

Vozes do PS: — Calados!

O Orador: — Ameaçado muitas vezes com a moção de censura — que nunca se concretizou, nem poderia vir a concretizar, eficazmente —, o Governo resolveu lancetar o acesso, solicitando e, espontaneamente, e sem que nada em teoria o obrigasse, a confiança da Assembleia. É a clarificação política que o País esperava. Atenção, porém: o Governo não se demitiu nem se demite. Mas também não pede votos a ninguém, nem faz quaisquer concessões à direita ou à esquerda, para se manter no poder.

Aplausos do PS.

Muito simplesmente, aceitará a opção desta Assembleia, qualquer que seja.

Diz-se-á que se trata de um falso dilema, dando que as hipóteses alternativas a um Governo PS (com independentes) não serão muitas. É em parte exacto, sobretudo se os partidos que nos atacam não se dispuserem a assumir as responsabilidades perante o País, que nós próprios aceitámos de há dezassete meses para cá. Um Governo de convergência democrática (PSD, CDS, mais independentes) tem teoricamente tantas possibilidades de subsistir no plano parlamentar quanto um Governo PS independentes. E há ainda que ponderar as hipóteses, tão referidas ao longo dos últimos meses, de um Governo de independentes (ou de técnicos, ou de competências, com ou sem indicação presidencial). Tudo depende, claramente, do programa, das motivações, dos objectivos propostos e da competência real das pessoas que o viverem a compor. Mas o PS, em qualquer dos casos, não fará obstrução de princípio e sistemática a qualquer dessas fórmulas. Limita-se apenas, por uma questão de coerência política elementar, a não participar nelas e a não autorizar que os seus militantes nelas se integrem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No quadro das hipóteses a considerar, surgiu também a possibilidade da realização de eleições antecipadas. É uma eventualidade que não se pode excluir *a priori* e, para tanto, bom será que esta Assembleia vote com a urgência possível a proposta de lei sobre o recenseamento eleitoral, oportunamente apresentada pelo Governo. Contudo, os

partidos deram, todos, uma prova de maturidade política em não contemplar uma tal hipótese senão em último recurso, dados os seus inconvenientes manifestos e os elevados custos de que se revestiria para o País. Independentemente de saber se novas eleições poderiam realizar-se dentro de quatro a seis meses, a verdade é que viriam inevitavelmente introduzir uma pausa e nova indefinição na vida económica portuguesa, que poderia ser fatal para a recuperação do País. Com a agravante de muito provavelmente as novas eleições poderem confirmar as escolhas anteriores do eleitorado, sem modificações significativas.

Ora o que deverá comandar, acima de tudo, as opções desta Assembleia são considerações de interesse nacional — em primeiro plano as que respeitam ao estado económico do País e, pela sua urgência, à situação de aperto financeiro em que nos encontramos. Essa situação, como se sabe, tem de ser resolvida, a curíssimo prazo. Representa um verdadeiro imperativo de salvação nacional. Na verdade, quando estão em jogo questões tão prementes como a da nossa solvibilidade externa — com os reflexos daí decorrentes no nível de vida em concreto de todos os portugueses —, não se pode perder tempo com problemas que hão-de considerar-se secundários. As exigências meramente políticas e os preconceitos partidários devem ceder o passo e situar-se no segundo lugar das nossas preocupações. Por mais legítimos que sejam.

Aqui se insere — como já compreenderam — o problema das negociações com o FMI e a sua verdadeira inevitabilidade. Aliás, se há nesta Assembleia quem entenda o contrário, que o diga com clareza — é agora a altura — e sobretudo que explique ao País, responsávelmente, como poderá resolver — sem passar pelo acordo com o Fundo — o problema dos nossos pagamentos sobre o exterior. Sabendo-se que o recurso a vendas de ouro maciças tem um limite temporal que está relacionado com o seu esgotamento — a seis meses ou um ano de vista, aqui as opiniões dividem-se —, a recusa de negociações agora apenas adiaria uma opção que teria necessariamente de vir a ser tomada em muitíssimo piores condições.

Dito isto, salientar-vos-ei que nunca foi intenção do Governo aceitar quaisquer condições do FMI que não coincidam com imperativos de carácter nacional. A principal destas condições refere-se à diminuição de um terço do défice na balança de transacções correntes, para 1978, ou seja, à redução de 1 bilião e 200 milhões de dólares para (no máximo) 800 milhões de dólares de défice. O FMI, aliás, nas primeiras discussões com representantes do Governo português exigia uma redução maior. Mas o Governo não a considerou exequível, sem custos sociais enormes. Por isso fixou a meta dos 800 milhões de défice — que terá repercussões já de si consideráveis no viver colectivo dos portugueses, mas que lhe pareceu compatível com um desenvolvimento moderado e com sacrifícios toleráveis pela nossa gente.

Esta condição, como se sabe, aparece expressa nas opções que naturalmente decorrem do Orçamento e do Plano para 1978 apresentados pelo Governo a esta Assembleia. E como esses diplomas terão de

ser discutidos e votados aqui — de resto, quanto mais rapidamente melhor, para que o País possa saber com o que conta, a curto prazo —, não interessa porventura neste debate entrar na análise dos detalhes. Esta análise terá o seu lugar próprio quando forem votados o Orçamento e o Plano. Por isso também não é exacto dizer-se que, com a moção de confiança, o Governo está a pedir um cheque em branco à Assembleia. Logo a seguir à questão da confiança suscitam-se a propósito do Orçamento e do Plano opções verdadeiramente de fundo e o Governo (se nesse momento ainda existir) empenha nelas, de novo, o seu futuro. E mais: o PS será fiel às opções do Orçamento e do Plano, propostas pelo Governo actual, quer continue a ser Governo quer passe à oposição.

Note-se ainda — para arrumar este tema — que a importância das negociações com o FMI não decorre tanto do empréstimo de 50 milhões de dólares, que este está na disposição de nos conceder, como do facto de que o Fundo constitue o aval para o chamado «grande empréstimo», já negociado com vários países amigos, entre os quais os Estados Unidos (300 milhões de dólares), a Alemanha Federal (200 milhões), o Japão (75 milhões), a Suíça (30 milhões) e outros ainda, com quantias menos vultosas, como a Inglaterra, a Holanda, o Canadá, a Venezuela, a França, a Noruega, a Suécia, a Itália e a Bélgica.

O significado histórico deste grande empréstimo — que se deve ao prestígio internacional de Portugal e cuja concessão não tem qualquer paralelo na história financeira contemporânea — tem de ser compreendido e meditado pelo povo português. Representa um acto ímpar de solidariedade das democracias para com a jovem democracia portuguesa e para com o País que teve a coragem e a isenção de descolonizar os seus antigos territórios ultramarinos. Representa ainda a condição indispensável, verdadeiramente *sine qua non*, de ordem financeira, para que possamos tentar a rápida recuperação do País, se para tanto tivermos determinação, coragem e capacidade.

As características do empréstimo são conhecidas, mas importa que aqui as repita para que não subsistam quaisquer dúvidas. Não implicam condições políticas nem contém quaisquer cláusulas que não sejam perfeitamente claras e públicas. A única garantia é dada pelo acordo com o FMI, cujas condições têm apenas a ver com a solvibilidade futura do Estado português. No resto, trata-se de empréstimos a médio prazo (sete a dez anos, consoante os países), com taxas de juro próximas das do mercado (à volta de 7 %), não ligados a exportações dos países credores e sem garantia de ouro.

Terão aqueles que com tanta leviandade falam de não concretizar as negociações com o FMI ou de não se quererem co-responsabilizar por elas — repetindo a propósito *slogans* perfeitamente demagógicos —, terão esses outra solução a oferecer ao País? Se têm, é importante que a indiquem agora para que o povo português nos possa a todos julgar. E não venham com confusões que só a ignorância pode justificar: estabelecendo uma dicotomia entre FMI e CEE (como se não fossem os países da CEE,

como a Alemanha Federal, que nos aconselham um acordo com o FMI, e como se não houvesse países da CEE, como a Inglaterra e a Itália, que igualmente se viram na contingência de negociar com o FMI! ou procurando uma saída impossível no Banco Mundial, instituição que apenas financia projectos concretos de investimento, remetendo-nos necessariamente para o FMI se lhe solicitássemos financiamentos destinados a suprir o défice da nossa balança de transacções correntes.

Acrescente-se que o acordo com o FMI será um sinal esperado pelos investidores privados para investirem em Portugal. É que através do FMI poderemos vir ainda a beneficiar de outras facilidades de crédito para programas económicos a médio prazo: a «facilidade estendida» (que tem em conta problemas estruturais da balança) e a «facilidade suplementar de crédito» (a chamada *Witteween facility*) — que podem ainda vir a representar cerca de mais 200 milhões de dólares. Aliás, os créditos serão concedidos na base de uma negociação de um programa de política económica geral, dirigido à redução do défice da balança de pagamentos, programa que se concretiza numa «carta de intenções» enviada pelo Governo ao Fundo. Assim, reparem os Srs. Deputados, rigorosamente, o Governo não teria de pedir autorização a esta Assembleia para o fazer. Entendeu, todavia, dada a magnitude nacional do problema, que devia ouvir previamente os partidos e parceiros sociais sobre o assunto — que figura como se sabe no memorando — e como não foi possível, até agora, obter um consenso, embora alguns partidos e parceiros sociais reconheçam a inevitabilidade do acordo com o FMI, resolveu trazer o problema à alta apreciação desta Assembleia, dele fazendo um dos pontos chave da moção de confiança.

É certo que a propósito das negociações com o FMI tem-se, criticamente, posto muito em evidência as chamadas «receitas» do Fundo, no sentido de uma certa contenção da expansão. A verdade é que ninguém modera o crescimento económico por gosto — e a prova está em que durante 1977 nós crescemos mais do que o previsto (acima dos 6%) e estamos agora a braços com as consequências negativas desse crescimento na balança de pagamentos. Para 1978, prevemos um crescimento do produto entre os 3,5% e 4%, e isto porque senão moderarmos a expansão não seremos capazes de reduzir o défice externo, como é essencial que aconteça. Trata-se de um problema de curto prazo, a que não podemos fugir. Por quatro razões:

1) Porque a redução do défice externo é uma condição do restabelecimento do nosso crédito internacional junto dos mercados internacionais — e a demonstração de que somos capazes de controlar a economia e preparar uma sólida recuperação;

2) Porque os países que estão em posição de nos emprestar as divisas de que necessitamos, em 1978 e nos anos futuros, consideram, todos, que essa redução deve ser feita;

3) Porque sem apoio creditício internacional ver-nos-íamos forçados a alienar completamente as nossas reservas de ouro, ficando então sóm à mercê das condições que nos quisessem impor;

4) Porque mesmo obtendo financiamentos exter-

nos, se não reduzirmos o défice, a nossa dívida externa atingirá rapidamente níveis incomportáveis, que a comunidade financeira internacional não toleraria, forçando-nos então (dada a nossa dependência económica do exterior) a programas de estabilização muito mais gravosos.

Por estas razões se compreenderá que o mito do expansionismo à outrance terá de ser corrigido, no curto prazo, por uma séria avaliação das nossas possibilidades financeiras, que infelizmente, e como se sabe, são limitadas. Teremos, pois, de passar por um período duro, no curto prazo, para podermos perspectivar e prosseguir, a médio prazo, um plano de desenvolvimento acelerado que nos permita vir a satisfazer as legítimas aspirações da população portuguesa. É esse realismo que o Governo tem tido, sem ter ilusões e sem as alimentar em ninguém. O futuro dirá se temos ou não razão. E não haja dúvidas: os nossos eventuais sucessores, quaisquer que sejam, verificarão rapidamente que serão sujeitos ao mesmo condicionalismo, a que nós próprios temos estado obrigados, desde o início do Governo. As coisas são o que são e não basta o desejo dos homens, apenas, para as modificar: só o trabalho, a determinação e o tempo o conseguirão!

É evidente que uma das condições essenciais para vencer as dificuldades passa pelo aumento da produção e não apenas pela limitação dos consumos. Para tanto é necessário ganhar a confiança dos empresários, dos investidores e, sobretudo, dos trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Teremos mais uma vez que afirmar, em relação aos trabalhadores, que o alto grau de consciencialização e de responsabilidade demonstrados, ao longo dos últimos dezasseis meses, de paz social efectiva, tem sido o elemento mais valioso da nossa recuperação.

Aplausos do PS.

E é exacto que as associações patronais e os empresários de uma maneira geral — traumatizados ainda por uma fase da vida nacional que, esperemos, esteja em definitivo superada — não o têm reconhecido suficientemente. Ora, sem paz social, sem ordem e disciplina nas empresas e nas ruas, não haverá progresso e desenvolvimento possíveis.

O Governo, sem o conseguir inteiramente, tem-se esforçado por criar um clima de diálogo e concertação entre os parceiros sociais — no respeito mútuo e na liberdade. De um lado e de outro há extremistas que sonham impor à outra parte soluções de violência, que visam nada mais nada menos do que a rendição incondicional. São pseudo-soluções expeditivas mas, socialmente, mensamente perigosas. Não conduzirão a nada que não sejam novas destruições para o País e pesados e acrescidos sacrifícios para os portugueses. Há, pois, que ter prudência e não desistir de encontrar uma via de diálogo entre sindicatos e associações patronais, entre comissões de trabalhadores e empresários, visto que essa é a única saída democrática para as dificuldades existentes.

Muita gente já se esqueceu que em Portugal se

viveu uma revolução e trabalha por apagar, nas mínimas coisas, a memória das conquistas efectuadas.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Muito bem!

O Orador: — É uma posição insensata que a ter algum sucesso — e não terá — mergulharia o País em novas e tremendas confrontações. Outros esqueceram-se, demasiado depressa, do «Verão quente» de 75 e das pesadas responsabilidades contraídas então. A uns e outros direi que é urgente enterrar o passado, com todos os ressentimentos que comporta, e encarar de frente o futuro deste país, que quer tranquilidade, segurança, liberdade, progresso e paz.

Aplausos do PS.

Para tanto só há um caminho — a aceitação da democracia pluralista, com todas as suas virtualidades e implicações.

No memorando que dirigi aos partidos esbocei aquilo que penso deverem ser os pressupostos mínimos de um consenso a estabelecer entre nós:

1.º O acatamento da Constituição e do ordenamento político-jurídico democrático que dela resulta; 2.º O respeito pelos Órgãos de Soberania, legitimamente constituídos, com destaque para o Presidente da República, árbitro e moderador essencial da vida política, sem intervenção directa nas orientações governativas;

3.º A aceitação do sistema português de coexistência concorrencial entre os sectores público e privado, com o reconhecimento de formas de propriedade social (cooperativas, empresas em autogestão, unidades de exploração colectiva) e a reafirmação do interesse fundamental da iniciativa privada, na reconstrução económica do País, coexistindo com um sector público que se pretende forte, dinâmico e desburocratizado. Estes pressupostos, que, aliás, decorrem do ordenamento constitucional, não podem ser postos em causa por aqueles que querem para este país um futuro democrático. O contrário seria arriscar romper o precário equilíbrio conseguido e expor o nosso país a fundas convulsões. Importa, pois, evitá-lo, com firmeza e sem ceder às miragens extremistas, venham de que lado vierem. O passado recente ensina-nos a ser prudentes em tais matérias. Muitas vezes os comportamentos mais radicais só conseguem produzir os efeitos contrários aos desejados. A política do Governo e do PS — política de abertura, de equilíbrio, de moderação e de tolerância — tem sido compreendida por muitos portugueses, na intimidade das suas consciências, mesmo por muitos daqueles que por outras razões nos combatem. Não mudaremos de política, seja qual for o resultado da votação da moção de confiança. Os portugueses de boa vontade — aos quais nos dirigimos e com os quais, em última análise, contamos — podem ter confiança em nós. Nunca atraíçoaremos as nossas convicções profundas!

Não é o momento de analisar, em pormenor, as respostas ao memorando elaboradas pelos partidos e pelos parceiros sociais. Nelas há elementos positivos que importa desenvolver, sem qualquer dúvida,

mas o seu traço mais saliente é que são profundamente contraditórias entre si. A dificuldade de diálogo é manifesta e a busca de um entendimento, ainda que em termos necessariamente muito gerais, torna-se ultradifícil e demorada. O CDS e o PCP revelaram uma disposição de diálogo com o Governo que, infelizmente, foi por completo frustrada pelo PSD. Contudo, não foi possível chegar a um consenso — e daí a inevitabilidade da apresentação da moção de confiança.

Ninguém negará que o País se encontra perigosamente dividido — dividido por classes e por interesses antagónicos, dividido a nível regional, dividido quanto à forma de perspectivar o futuro colectivo. As linguagens utilizadas são diferentes e as motivações profundas, muitas vezes, irreconciliáveis. Caminharemos inevitavelmente para outra ditadura, como já alguns pretendem sem definirem o seu sinal? O Governo não aceita essa pseudofatalidade e continua a defender que o caminho que leva a uma democracia consolidada é difícil mas não impossível.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS encontra-se no lugar geométrico das contradições e é, por isso — como sempre temos dito —, um intermediário privilegiado da sociedade portuguesa. É o único partido não regional e com uma implantação verdadeiramente nacional; é um partido interclassista, embora continue a ser o «maior partido dos trabalhadores»; e é — como ainda agora o demonstrou — um partido essencialmente dialogante, pelo menos aquele que é capaz de falar com todos os outros e ser igualmente reconhecido como um interlocutor por todos os parceiros sociais, sem excepção.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, as suas condições são únicas para assegurar a democracia e um clima de convívio cívico entre os portugueses.

Se o PS abandonasse a posição de não alianças em que sempre se tem encontrado, seria isso um rude golpe para a democracia. Poderia o PSD vir a ocupar o lugar do partido charneira numa hipotética convergência a três, em que o partido mais votado ficaria reduzido a simples força de apoio dos partidos à sua direita, em conjunto com maior peso relativo do que ele? É evidentemente impensável. Porque nesse caso desapareceria qualquer possibilidade de alternância democrática. E pior do que isso: porque o PS, arrumado à direita, desequilibraria por completo a sociedade portuguesa, a ponto de pôr em risco a democracia, e daria ao PCP a melhor chance de polarizar em seu favor todos os descontentamentos. O exemplo italiano do pós-guerra demonstra os perigos de uma tal política.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A diferença fundamental entre uma moção de censura e uma moção de confiança é que a primeira contempla o passado — a que pretende pôr termo — enquanto a moção de confiança repre-

senta uma aposta sobre o futuro. A razão pela qual o Governo utilizou o mecanismo da moção de confiança e voluntariamente se submete ao veredicto da Assembleia, tem a ver com isso. A ideia não surgiu apenas para facilitar a tarefa dos partidos da oposição — incapazes de derrubar o Governo através do mecanismo das moções de censura — ou por simples *fair play* democrático. Representa um desafio em relação ao futuro, dirigido a esta Assembleia. Por isso se declara desde já — e para os efeitos que houver por convenientes — que o Governo, se passar vitoriosamente o cabo da moção de confiança, se reestruturará a curto prazo. Não se trata, reparem, de uma promessa — mas antes de uma decisão há muito tempo assente, que o País, de resto, conhece já. Por outro lado, como atrás se disse, a discussão e a votação da Lei do Orçamento e da Lei do Plano, para 1978, que deverão estar terminadas antes do fim do ano, darão ensejo a um novo debate de fundo, a que o Governo liga de novo a sua sorte.

Em que consiste então o voto de confiança que vos solicito? Em dois pontos apenas e muito simples:

1.º Deve ou não manter-se o Governo de que sou Primeiro-Ministro? (Notem: o que está em causa não é o Governo na sua actual composição, visto que a continuar seria reestruturado, mas a fórmula utilizada e o seu principal responsável).

O Sr. Costa Moreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — 2.º Aceita-se ou não o princípio das negociações com o FMI e a condição da redução do défice da balança de transacções correntes, para 1978, a um terço do actual?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governo Constitucional sempre disse que não estava agarrado ao Poder e que só aceitaria governar enquanto merecesse o consenso, mesmo por omissão, desta Assembleia. O debate que se vai seguir — e a votação que decidirá da nossa sorte — são mais uma prova da nossa isenção.

O Governo Constitucional não se demite. Assumirá as suas responsabilidades até ao fim, sem hesitações. Mas não fará também quaisquer concessões a nenhum partido com o objectivo de se manter no poder.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não solicitou os votos de ninguém. Não realizou acordos secretos com nenhum partido. Os Srs. Deputados votarão em consciência...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ...e a vossa decisão será acatada por nós, com serenidade e confiança, qualquer que seja. Acreditamos no povo português e nas virtualidades da nossa jovem democracia. Acima de tudo, é a democracia que interessa preservar para bem de Portugal.

Aplausos do PS e dos membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, a Mesa aguarda inscrições para a for-

mulação de pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro. Como sabem, podem pedir a palavra para qualquer efeito, quer para intervenções de fundo quer para solicitar esclarecimentos ou explicações. O tempo atribuído aos partidos foi-o de uma forma global: a Mesa apenas irá informando, de quando em vez, qual o tempo de que ainda dispõem.

Inscreveu-se até este momento o Sr. Deputado Magalhães Mota. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — É para um protesto, Sr. Presidente.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Queira fazê-lo, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Neste debate está em causa uma moção de confiança, todos o sabemos, mas talvez seja importante principiar por sublinhá-lo, na medida em que a moção de confiança significa que é o Governo, exclusivamente o Governo, quem vem sujeitar-se ao voto desta Assembleia. Quer dizer que é o comportamento do Governo e só ele, que está em causa. É o Governo quem é apreciado por esta Assembleia, não é o Governo quem tem de apreciar o trabalho desta Assembleia.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Era o que faltava!...

O Orador: — Não é o Governo quem tem de apreciar a acção de cada um dos partidos que a compõem, nem é o Governo quem tem de vir aqui acusar qualquer comportamento partidário.

Aplausos do PSD.

O Governo, diga-se o que se disser, também ele chegou à conclusão de que essa confiança era necessária. Isso quer dizer que o Governo sentiu a consciência de que é minoritário e de que precisa, de uma por todas, de o escudar. Mas, se assim é, é importante que nesse esclarecimento se não confundam falsas questões, é importante que sejam apenas as questões que fundamentam essa confiança que estejam em causa. E é importante, acima de tudo, que o debate decorra sempre, desde o primeiro momento, com aquele respeito pelo futuro que a confiança implica, que parte e passa pelo respeito próprio e pelo respeito pelos outros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Herculano Pires (PS): — É óbvio!

O Orador: — Mais do que um protesto, este é também um apelo que, acima de tudo, é também uma experiência.

Aqui o disso, no Parlamento português, José Estêvão. Porque a tollerância não se pede, exige-se.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porque a democracia passa pelo respeito pelos outros, porque a democracia é, acima de tudo, o assumir responsabilidades próprias, em vez

de procurar escudar-se em eventuais responsabilidades alheias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas é para o informar de que esgotou os três minutos de que dispunha para protesto. Como sabe, os partidos podem formular protestos e contraprotestos sem que essa intervenção seja descontada no tempo global que lhes foi atribuído.

V. Ex.^a pode continuar no uso da palavra pelo tempo que entender mas a partir de agora ser-lhe-á descontado no tempo de que o seu partido dispõe.

Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Orador: — Termínio já, Sr. Presidente.

Se o que está em causa é uma moção de confiança, se essa moção de confiança tem em vista o futuro, mas se o Governo é para reestruturar, precisamos de saber em quem, afinal, estamos a votar, ou não vamos votar, a confiança.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: O meu grupo parlamentar requer, nos termos regimentais, uma interrupção por quinze minutos para formulação das questões a apresentar ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — A interrupção está deferida, nos termos regimentais. Recomeçaremos os nossos trabalhos daqui a quinze minutos.

Eram 11 horas e 47 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 12 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se até este momento os Srs. Deputados Ribeiro e Castro, Carlos Brito, Rui Pena, Veiga de Oliveira, Sousa Franco e Lucas Pires.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ribeiro e Castro.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Sr. Presidente, talvez devesse aguardar a chegada do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Acho natural, Sr. Deputado. Esperaremos, pois, mais algum tempo.

Entretanto lembro que, como os colegas sabem, ficou deliberado na conferência dos grupos parlamentares que — aliás essa conferência teve a presença de um representante do Governo, o Sr. Professor Jorge Campinos — este debate demoraria dois dias. O horário estabelecido foi aquele que já consta da agenda distribuída, isto é, haverá sessões da manhã, à tarde e à noite. Lembro ainda que o Governo dispõe de quatro horas e trinta minutos para as suas intervenções, cada grupo parlamentar de duas horas e quinze minutos e a UDP de uma hora e cinco minutos. Nesses tempos, como sabem, não estão

incluídos os protestos e os contraprotestos. Como também é do vosso conhecimento, o tempo para estas formas de intervenção (protestos e contraprotestos) é de três minutos e, ultrapassados, estes, o tempo a mais será descontado no período global que foi atribuído aos partidos. A Mesa, em todo o caso, chamará a atenção do colega ou dos membros do Governo que produzirem o seu protesto para o tempo de que ainda dispuserem.

Como o Sr. Primeiro-Ministro já está presente, tem a palavra o Sr. Deputado Ribeiro e Castro.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — O Sr. Primeiro-Ministro cito aqui uma passagem do discurso do Sr. Presidente da República de 15 de Outubro. Todavia omitiu que já em 25 de Abril o Sr. Presidente da República apelava no sentido de que era necessária a construção de uma plataforma programática majoritária entre os partidos. Isto mesmo foi, aliás, expressamente reconhecido pelo Sr. Presidente da República, quer em 15 de Outubro quer mais recentemente ainda, em 25 de Novembro. Apesar disto, o certo é que em 25 de Abril último a única resposta do Governo e do Partido Socialista em refação ao apelo de então do Sr. Presidente da República foi a de que este apelo só existia em interpretações abusivas das palavras do general Ramalho Eanes e o comentário brilhante de que «não enfiava a cara-puça». Razão por que só em fins de Novembro veio o Governo fazer, seis meses depois do apelo do Sr. Presidente da República, tentativas tardias para se encontrar a referida plataforma.

Neste quadro, gostava de formular-lhe as seguintes perguntas: Em primeiro lugar, não será que o PS e o Governo têm de reconhecer que com o seu atraso, inexplicável, comprometeram extraordinariamente o êxito possível de uma plataforma e fizeram por isso um mau serviço à democracia e ao Presidente da República?

Em segundo lugar: o Partido Socialista reafirmou aqui, uma vez mais, a sua linha de obstrução à formação de uma maioria estável, linha essa que se pode resumir em duas palavras: «PS sozinho, no Governo ou na oposição, e não fazemos concessões a ninguém.» Fica-se até sem saber porque é que se começaram negociações!

A pergunta que queria fazer é se é esta linha a melhor maneira de corresponder ao apelo do Sr. Presidente da República, o qual é inspirado pela necessidade de alargar a base social de apoio activo à acção governativa como condição para ultrapassagem da crise e, acrescento eu, também como condição para dotar de coerência e linearidade o funcionamento das instituições.

O Sr. Presidente: — O Sr. Primeiro-Ministro pode responder separada ou conjuntamente. Isto é, poderá responder a cada um dos Srs. Deputados de per si ou no final. V. Ex.^a dirá como prefere.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Eu penso que talvez seja mais rápido, e melhor, responder já.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Parece-me que o Sr. Deputado, trazendo para aqui a apreciação e de novo as análises e as exeges sobre o discurso do Sr. Presidente da República, não está a colocar o debate no bom sitio. Isto porque penso que é fundamental que cada um de nós, os diferentes partidos, e independentemente dos partidos os diferentes Deputados, tomem consciência das suas decisões sem se porem ao abrigo de ninguém, muito menos de ministurar o Presidente da República nos nossos debates, que, pelas posições que exerce e pela competência que tem, deve estar acima dos debates entre o Governo e os partidos.

O Sr. Deputado tirará as conclusões que quiser do discurso do Sr. Presidente da República, deste ou de outros, e o Partido Socialista e eu próprio tiraremos as nossas.

Quanto ao problema da maioria estável e das negociações, o Sr. Deputado não tomou em consideração uma distinção que se faz no memorando e que é essencial. É que nós estamos dispostos a fazer concessões aos partidos para chegar a um acordo e a uma plataforma, mas não estamos dispostos a fazer concessões aos partidos para ficarmos no Governo e nos mantermos no Governo. Não falei no meu discurso, portanto, para nenhum partido em especial. Falei para toda a Câmara e para todos os Deputados no seu conjunto. De facto, nós estamos abertos ao diálogo, como sempre o dissemos e afirmámos. Em qualquer dos casos, até, entendo que esse diálogo e o esforço para chegar a uma plataforma deve continuar e ser prosseguido, independentemente do resultado desta votação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados e Sr. Primeiro-Ministro em especial: O meu grupo parlamentar terá oportunidade de definir as suas posições sobre as questões colocadas, no decorrer do debate, bem como sobre o quadro político em que, a nosso ver, se situa a apresentação da moção de confiança e o debate que acaba de ser aberto. Na circunstância, queria apresentar-lhe duas perguntas, precedidas de algumas breves considerandos.

Definiu o Sr. Primeiro-Ministro uma estatística das votações parlamentares, no decorrer da 1.ª sessão legislativa. Convém esclarecer que é um tanto abusivo, a nossos olhos, chamar maioria a ocasiões de coincidências de votação. Convém também esclarecer que a estatística, neste caso, esclarece muito pouco. Entre as leis votadas algumas representam opções de fundo, são leis determinantes de uma política, e outras são leis meramente técnicas ou funcionais.

Se se analisasse profundamente, digamos, a significação de cada uma destas leis de que foi dada aqui uma estatística das respectivas votações, ver-se-ia que muitas delas constituem, a nossos olhos, alavancas para a recuperação capitalista, latifundiária e imperialista. Todas essas tiveram, obviamente, a nossa firme oposição. Mas queríamos aqui reter, de modo muito especial, o carácter exemplar que o Sr. Primeiro-Ministro

atribuiu à conduta do Governo nas circunstâncias, isto é, a conduta do Governo votando ora com a direita, ora com a esquerda. E queríamos, sobretudo colocar isto em confronto com uma outra posição que também aqui definiu, a da necessidade de uma opção clara, a da necessidade de uma vontade determinada, considerando o Sr. Primeiro-Ministro que isto são condições para vencer realmente a crise que atinge o nosso país, tanto a económica como a financeira, a social, e até a própria crise política. Mas o Sr. Primeiro-Ministro aduziu ainda uma outra razão, que também lhe recordo, que é a do carácter contraditório das propostas das oposições, como disse, e mesmo, digamos, do carácter profundamente oposto das soluções que preconizam. Eu queria perguntar-lhe qual é o entendimento do Governo relativamente a esta questão. Em política, opção clara, vontade determinada, é uma política coerente, consequente, de opções inequívocas. Se não, não há a tal opção clara; se não, não há a tal vontade determinada. Ora bem, como concilia então o Sr. Primeiro-Ministro este conjunto de afirmações que produziu? E pergunto se na verdade não entende, como nós, que a resposta às extremas dificuldades que o nosso país e o nosso povo enfrentam exige a tal política coerente, consequente, de opções inequívocas. Esta é a primeira questão.

A segunda questão é: Afirmou o Sr. Primeiro-Ministro que um Governo minoritário PPD/PSD, CDS e independentes tem, teoricamente, tantas possibilidades como um Governo minoritário do PS com independentes. Referiu também que, se o Partido Socialista passar à oposição, não fará uma oposição sistemática. Que deveremos entender destas palavras? Será que passa pelo espírito do Sr. Primeiro-Ministro, e Secretário-Geral do Partido Socialista, a possibilidade de deixar passar um Governo minoritário PPD/PSD, CDS e independentes, que, a nossos olhos, seria um Governo abertamente reaccionário?

Vozes do CDS: — Reaccionário é o senhor!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Que conceito de democracia, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade de responder, Sr. Dr. Mário Soares.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Em primeiro lugar, posso concordar, sem esforço, com o Sr. Deputado no que disse acerca das estatísticas das votações. Não há dúvida de que há e houve votações extremamente significativas e votações menos significativas.

Entretanto o que eu afirmei é que, apesar de tudo, foi possível estabelecer um consenso entre os quatro maiores partidos representados nesta Assembleia para a resolução de problemas nacionais de extrema premência e importância, o que me pareceu de bom augúrio para a democracia portuguesa. E eu julgo que, se houvesse aqui uma maioria automática pelo efeito de um Governo de coligação ou de um contrato de apoio parlamentar, permanente, com qualquer partido, isso não viria nunca mais a dar visto que se enquistavam as posições de apoio Governo e as posições contrárias a esse mesmo Governo.

Pergunta o Sr. Deputado qual é a nossa opção e fala na necessidade de o Governo tomar uma opção clara e uma política coerente.

Eu penso que pude explicar a esta Assembleia que o Partido Socialista tem essa opção clara, tem essa política coerente e prossegue-a imperturbavelmente, desde que esta Assembleia iniciou os seus trabalhos e se constituiu o Governo, independentemente das pressões que lhe vêm sendo feitas pela parte dos partidos que se situam à nossa direita e pela parte do PCP, pressões em sentido contrário, para fazer com ele uma maioria. O que nós dizemos é que uma maioria de esquerda atirava para posições de uma grande radicalização os partidos que se situam à nossa direita e criaria, neste país, uma situação insustentável. Por outro lado, uma maioria de direita atirava para posições de grande radicalização o PCP e aquela fracção dos trabalhadores em que se reconhece que o PCP tem influência.

Ora nós sempre quisemos, com a nossa política, evitar essa polarização e a opção clara da nossa política consiste em evitar essa polarização. Estamos mesmo convencidos de que evitar essa polarização é a única maneira efectiva de se poder, com os dados que existem nesta Assembleia, manter uma situação democrática, alargar a tolerância e o convívio cívico entre todos os portugueses e de não se extremarem de uma maneira definitiva e irremediável os campos entre a sociedade portuguesa. Mas, é evidente, também lhe quero dizer que a nossa opção clara passa pelo reconhecimento de que é necessário o apoio dos trabalhadores, e o apoio forte dos trabalhadores, para uma política que lhe pede e exige sacrifícios, que é e tem de ser uma política de salvação nacional.

Quanto à questão do Governo minoritário PPD/PSD, CDS e independentes, o que poderei responder ao Sr. Deputado é que se, por hipótese, o Governo vier a cair por efeito de um voto contrário da moção de confiança e se, no uso da sua competência, o Sr. Presidente da República fizer, como parece que deverá fazer nos termos constitucionais, consultas aos partidos acerca do que se deve seguir, o Partido Socialista entende que deve ser convidado para formar Governo o presidente do partido Social-Democrata. Porquê? Porque é o maior partido, representado nesta Assembleia, que estará na coligação negativa que nos derrubou. Quanto ao facto de saber se aprovo ou não o programa que esse partido ou esse Governo, saído daí, vier a apresentar à Assembleia, tudo depende da maneira como se constituir o Governo, das declarações feitas pelo futuro Primeiro-Ministro e do programa apresentado a esta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Primeiro-Ministro: Na sua tentativa de justificar o Governo minoritário a que preside afirmou V. Ex.^a que o PS era o lugar geométrico das contradições. Quererá V. Ex.^a significar, dada a definição de lugar geométrico que o PS é, em si mesmo, uma contradição? Explique os resultados da estatística que apresentou relati-

vamente à passagem de determinadas propostas de lei do Governo com o apoio ora do PCP, ora do PSD, ora do CDS, quis V. Ex.^a significar, e portanto justificar, a própria contradição dessa política do Governo, ou querendo significar que o Governo PS era e o próprio Partido Socialista em si mesmo, a charneira entre as forças políticas existentes, quis V. Ex.^a dizer que o PS e o seu Governo eram como que um denominador comum dos partidos, naturalmente o mínimo denominador comum — igual a zero — já que, como V. Ex.^a confessou, na tentativa que fez para pôr os partidos de acordo foi totalmente inoperante?

Uma outra pergunta: será ou não será um preconceito de partido que V. Ex.^a atacou e criticou aos demais partidos? Será ou não será um preconceito de partido que vai tender para uma radicalização da vida política a própria concepção de Governo minoritário que o Sr. Primeiro-Ministro defende e vem sustentando?

Declarou ainda o Sr. Primeiro-Ministro que, com esta moção de confiança que solicita à Assembleia da República, pretendia lancetar um abcesso. Que abcesso, Sr. Primeiro-Ministro? Será o descontentamento popular? Será a ineficácia do Governo? Ou será uma coisa e outra?

Não partirá, Sr. Primeiro-Ministro, a própria moção de confiança que apresenta a esta Assembleia, de uma desconfiança que o Sr. Primeiro-Ministro tem no próprio Governo e, daí, o calor com que defendeu a sua próxima reestruturação?

Relativamente às considerações económicas que formulou, informou V. Ex.^a que não se recorreu ao Banco Mundial porque este apenas financiava projectos de investimento concretos. Será que o aval do Fundo Monetário Internacional e o «grande empréstimo» que uma vez mais nos anunciou apenas visam a cobertura do défice da balança de transacções correntes e não projectos concretos de investimento e, portanto, indirectamente, pelo desenvolvimento destes mesmos projectos, a cobertura indirecta daquele défice?

Ainda no plano económico, Sr. Primeiro-Ministro: quando afirmou que grande parte das dificuldades por que estamos a passar resultam de uma aceleração de desenvolvimento relativamente ao que estava previsto, não estará V. Ex.^a a fazer a crítica mais severa — e ao mesmo tempo também uma crítica justa — à política tantas vezes desastrosa do sector empresarial do Estado? Ou está V. Ex.^a a condenar uma política de desenvolvimento em si mesmo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Diz-me o Sr. Ministro sem Pasta Jorge Campinos que as minhas respostas contam para o tempo global do Governo.

O Sr. Presidente: — Naturalmente, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Evidentemente que não quero fazer grandes desenvolvimentos para não queimar, desde já, esse tempo.

Em todo o caso, sem ser eu próprio uma autoridade em matéria de matemática, direi ao Sr. Deputado Rui Pena — que suponho ser um ilustre jurista — que não pode haver nenhum denominador comum igual a zero.

Risos e aplausos do PS.

Porque, de facto, o denominador comum tem de ser uma grandeza, a menos que se verificasse a hipótese de todos os partidos desta Assembleia serem zero, o que não posso aceitar.

Risos

Quanto à questão do lugar geométrico do Partido Socialista, falo com sinceridade e não estou aqui para fazer defesas escusadas. Estou a falar com sinceridade aos Srs. Deputados.

Existem contradições na sociedade portuguesa. É normal. Essas contradições passam pelo seio de todos os partidos. Alguns escondem as suas contradições ou tendem a ignorá-las. O Partido Socialista deseja assumi-las. É natural que essas contradições passem pelo Partido Socialista na medida em que o Partido Socialista tem militantes espalhados por todo o País e tem militantes que pertencem a várias classes sociais. Por isso mesmo, o Partido Socialista assume essas contradições e está situado no lugar geométrico da sociedade portuguesa.

Trata-se de saber se vamos resolver as nossas contradições por meios violentos e anulando-as ou se, pelo contrário, assumindo-as numa síntese dialéctica. É isso que pretende fazer o Partido Socialista e é isso que é o importante, a nosso ver, em democracia.

Quanto a falar do calor com que defendi a reestruturação do Governo, também me permito observar ao Sr. Deputado que não houve calor nenhum. Limito-me a dizer que o Governo seria reestruturado, mais nada do que isso. Logo a seguir acrescentei que não se trata de uma promessa aos Srs. Deputados — podendo dizer que não se trata de um engodo — para os Srs. Deputados ficarem perturbados na sua votação. Trata-se de reiterar uma afirmação que é conhecida, que está assente e que vem de trás. Por isso, a meu ver — e aproveito para o dizer — o protesto do Dr. Magalhães Mota, que não compreendi muito bem, naturalmente por deficiência minha, não tem razão de ser.

Quanto à questão do grande empréstimo e dos investimentos, o Sr. Deputado Rui Pena falou do «grande empréstimo». Mas olhe que é mesmo um grande empréstimo e não foi conseguido, até agora, por nenhum outro país nas condições em que se situa o nosso. Qualquer observador internacional das coisas financeiras lhe poderá dizer que é, efectivamente, um grande empréstimo e que esse grande empréstimo está conseguido. Eu até fiz notar à Assembleia as verbas com que cada um dos países contribuiu, pelo menos, dos principais países que contribuem.

Esse empréstimo destina-se a quê? A financiar o défice da nossa balança de transacções correntes. É fundamental que esse défice seja financiado porque, sem isso, vamos, a curto prazo, para uma situação de rotura com consequências gravíssimas.

Naturalmente que depois surgirá um outro pro-

blema, que é o de se saber como é que esse dinheiro que entra no País pode ser aplicado e se deve ou não deve financiar o investimento. Nós somos partidários do desenvolvimento do País, mas consideramos que esse desenvolvimento, pelo menos a curto prazo, isto é, no ano de 1978, deve ser um desenvolvimento moderado, ou seja, de 3,5% a 4%. Mais tarde, o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica certamente que poderão dar maiores esclarecimentos, e maiores desenvolvidos, sobre estes pontos, mas assinalo ao Sr. Deputado que em todos os países da OCDE o desenvolvimento médio e o crescimento médio não vai ser maior do que este que nós projectamos para o próximo ano. Dir-lhe-ei mesmo que o país vizinho, a Espanha, em circunstâncias muito difíceis como está, aceitou o crescimento, para o próximo ano, de 1%, o que é bastante modesto em relação àquele que nós projectamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Naturalmente que a análise de fundo que baseia as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro não será objecto das minhas considerações. Limitar-me-ei a fazer três perguntas. Quanto à análise de fundo ela será objecto das intervenções de camaradas meus.

A primeira pergunta que desejava fazer entronca-se nas afirmações do Sr. Primeiro-Ministro a respeito das duas condições para vencer a crise.

Disse o Sr. Primeiro-Ministro que eram precisas ideias claras e que era preciso uma vontade política determinada. Naturalmente que não ficou por aqui e, se ficasse, certamente que todos pensariam que o Sr. Primeiro-Ministro era voluntarista. Adiantou depois muitas outras condições e chegou finalmente à questão das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Colocou essas negociações como questão inevitável e referiu que a condição principal que se colocava era simplesmente a redução, em cerca de um terço do défice da balança de transacções correntes. Não importa agora aqui o terço — tanto faz serem dois quintos ou dois sétimos —, pois não é isso que está em causa, mas sim a redução do défice considerável da balança de transacções correntes.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe — e não só o Sr. Primeiro-Ministro — qual é a posição do meu partido em relação a isto. Sabe que nós, desde há muito, defendemos a necessidade de reduzir o défice da balança de pagamentos e, em geral, todos os défices. A questão que se põe não é, para nós, saber se se deve reduzir ou não, mas sim como obter essa redução. Neste sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro quais são as outras condições além desta, porque é nessas outras condições que pode estar a razão de concordâncias ou discordâncias.

A propósito ainda desta questão, quero permitir-me fazer uma pequena correção ao que o Sr. Primeiro-Ministro disse. Disse o Sr. Primeiro-Ministro que podia não ter colocado a questão das negociações com o FMI à Assembleia da República. É evidente

que poderia, mas, quanto ao empréstimo e à sua realização com o FMI — que serve de caução ao «grande empréstimo» —, teria de vir à Assembleia da República, conforme a Constituição manda.

Finalmente, e ainda sobre este assunto, uma outra pergunta: admitindo, por hipótese, que as negociações com o FMI o actual Governo não consegue chegar a acordo em todos os pontos, nomeadamente porque algumas das exigências ou das condições são contrárias aos interesses nacionais e até eventualmente lesivas da nossa dignidade nacional, pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro se o Governo actual do PS tem alternativas previstas.

Ainda uma outra questão. O Sr. Primeiro-Ministro em dada altura concretiu — e vou citar de memória — que ou a Assembleia votava favoravelmente a confiança ou se constituía na obrigaçāo de apresentar uma solução de governo alternativa. Parece-nos que esta alternativa está faleada porque se coloca como questão central o problema da fórmula de governo, isto é, coloca-se a questão de saber se o governo será um governo minoritário ou não, se do PS com independentes, etc.

A questão para nós não é essa, nunca foi essa e não será essa. Para nós o problema — temo-lo dito e reafirmamo-lo — é o de definir uma política, de estabelecer uma plataforma e logo adiante veremos que governo pode cumprir e levar à prática essa política e obrigar-se a essa plataforma.

Posto isto, a pergunta é a seguinte: não acha o Sr. Primeiro-Ministro possível que, se este Governo não receber o voto favorável da Assembleia da República, pode vir novamente a formar-se um governo do PS com independentes, presidido até pelo mesmo Primeiro-Ministro, governo esse que teria outro programa que resultasse, eventualmente, de acordo, de plataformas ou não, pontuais ou não, com outras forças políticas e sociais? É esta a pergunta, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação à primeira pergunta, no fundo o que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira quer saber é quais são as condições postas pelo Fundo Monetário Internacional e muito sinteticamente, porque esse é um dos pontos centrais deste debate, dir-lhe-ei que não há condições políticas e que as condições económicas e financeiras, tal como a negociação já foi feita, constam e estão expressas nas propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1978.

Por isso, para nós, é essencial que essas duas leis — a do Orçamento e a do Plano — venham a ser aprovadas por esta Assembleia. Se o forem, podemos dizer que as negociações com o Fundo Monetário Internacional poderão ser concluídas com facilidade e sem que haja condições lesivas para a dignidade nacional. Escuso de lhe dizer, Sr. Deputado, porque isso seria uma tautologia, que nem o Governo nem o PS aceitariam da parte de ninguém condições lesivas para a dignidade nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pergunta o Sr. Deputado qual é a alternativa para as negociações com o Fundo Monetário Internacional e eu dir-lhe que não há alternativa fácil para as negociações com o Fundo Monetário Internacional, visto que não temos a possibilidade de ir encontrar outros países a disposição para obter os créditos e os empréstimos que nos virão em consequência do acordo estabelecido com o Fundo Monetário Internacional.

E a este respeito, aproveito para dizer o que não disse há pouco em resposta a uma pergunta que ficou por responder. O Banco Mundial, que é criado para o financiamento de projectos concretos, já fez este ano o empréstimo de 100 milhões de dólares para financiar vários projectos que estão em curso e fará para o ano que vem empréstimo de 150 milhões de dólares, e é natural que ainda nos anos seguintes venhamos a beneficiar de mais empréstimos e ajudas do Banco Mundial.

Quanto à última pergunta posta pelo Sr. Deputado Veiga de Oliveira, sobre se, se este Governo cair, poderá haver um novo governo PS, evidentemente com um novo programa, segundo a fórmula PS/independentes, esta é uma pergunta um tanto difícil de responder. No entanto, dir-lhe-ei que o ensinamento que o Governo e o partido do Governo retirarão de um voto negativo da moção de confiança é de que a Assembleia quer procurar ou buscar novos caminhos e uma outra fórmula de governo e, porventura, um novo Primeiro-Ministro.

Por isso mesmo o Governo entende que nessa hipótese se devem ensaiar novas soluções e isso não depende, naturalmente, nem do Governo — que nessa altura deixaria de o ser — nem muito menos do partido que o apoia. Isso depende, em primeiro lugar, da decisão do Sr. Presidente da República, ouvidos todos os partidos e ouvido também o Conselho da Revolução.

De qualquer forma, o Partido Socialista pensa que depois de tantas hipóteses, permanentemente agitadas como um espantalho perante o povo português, é necessário que essas hipóteses se verifiquem ou que se possa chegar, na prática, à conclusão de que elas não são possíveis, o que levaria com certeza algum tempo. E, além disso, teríamos de passar por outras experiências. Mas se tivéssemos, por fim, de voltar à fórmula de governo PS, é evidente que o PS só aceitaria um governo nas mesmas condições que as actuais, isto é, um governo de socialistas com independentes, e, como é óbvio, teria de apresentar um novo programa à Assembleia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro: Devo dizer, em primeiro lugar, que ao ouvir a sua exposição fiquei um tanto surpreendido, porque, na verdade, eu esperava que a moção de confiança apresentada pelo Governo à Assembleia tivesse como motivos e fundamentos essenciais os grandes problemas da política deste país.

No entanto, a exposição do Sr. Primeiro-Ministro, sem prejuízo da habilidade e do brilho que lhe são habituais, não abordou, nem de perto nem de longe, esses grandes problemas. Limitou-se, em primeiro

lugar, à questão da fórmula do governo que nós, sem razão, somos acusados de erigir em questão única, mas que parece ser, afinal, enigmática em questão única pelo próprio Governo. Lembrou-se, em segundo lugar, do ponto de vista económico-financeiro, ao princípio das negociações com o Fundo Monetário International, como que querendo confirmar-nos que, na realidade, desse ponto de vista o País está à beira do fundo.

Todavia, eu esperaria que o Sr. Primeiro-Ministro colocasse a questão básica da política que tem sido seguida pelo Governo, da eficácia que o Governo tem posto na realização dessa política, da confiança e do apoio que ela merece ao povo português.

É nesses termos que, com referência ao passado e ao futuro, nós entendemos que a questão da confiança deve ser discutida.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, quero dar-lhe o seguinte esclarecimento: também não é exacto, no que nos diz respeito, que nos tenhamos abstido a propósito da votação do Programa do Governo. Na realidade, não requeiramos a votação, como nenhum outro partido o fez, o que significa que o Programa do Governo passou nesta Assembleia em virtude de uma especialidade do nosso regime constitucional que não permite definir qual é a posição de cada um dos partidos a propósito desse Programa.

Fomos nós, no PSD, que precisamente pedimos ao Governo que clarificasse, por votação expressa, a maioria desta Assembleia a propósito do Programa do Governo. E pedimos-lhe nessa altura que coloasse a questão de confiança. E porquê? Porque nós acreditamos que o sistema democrático normal, ao contrário daquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro, é o que se pratica na generalidade das democracias pluralistas, é aquele que assenta em maiores estáveis e não flutuantes, é aquele que assenta numa certa, qualquer que seja, coerência de acção governativa e de programas e não num princípio de «pescar» votos aqui ou ali, dentro da ideia de que «tudo o que vem à rede é peixe».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pensámos, portanto, que seria importante que nessa altura o Governo tivesse clarificado a sua posição, apresentando a questão de confiança. Fá-lo hoje e ao fazê-lo reconhece imediatamente que vem colocar à Assembleia o problema da fórmula minoritária do Governo. Isso nos basta, passados dezasseis meses, para reconhecermos que, em termos de funcionamento normal das instituições democráticas, tínhamos razão, mas demorou tempo a que ela nos fosse reconhecida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, gostaria de lhe fazer algumas perguntas complementares. A primeira é esta: o Sr. Primeiro-Ministro reconheceu que a Assembleia da República não tem dificultado, através do exercício da sua função legislativa, a acção governativa. Isso é verdade, mas não significa,

naturalmente, dar confiança ao Governo. Significa, isso sim, exercer a função legislativa como lhe cumpre e ter em conta o interesse do País, acima do interesse de cada um dos partidos que estão aqui representados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Significa que recusámos, de algum modo, as talas coligações negativas e que procurámos, não dar apoio ao Governo mas sim resolver os problemas do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ora, se assim é — e menciono o discurso de 15 de Outubro do Sr. Presidente da República que o Sr. Primeiro-Ministro referiu, acrescentando o discurso de 25 de Novembro, em que o Sr. Presidente da República reconheceu que na Assembleia os partidos políticos, designadamente os da oposição, tinham sabido colocar muitas vezes os interesses nacionais acima dos seus interesses próprios — há que perguntar, na realidade, o que é que motiva agora, passados dezasseis meses de negativas constantes e pertinazes, a proposta de plataforma elaborada pelo Governo com tanta urgência e premência que o levou a colocar a questão de confiança. Não é com certeza a existência de dificuldades no exercício da acção legislativa, não é com certeza aquilo que se diz no «memorando», mas é contraditório com a ideia de que a Assembleia não fez obstrução ao Governo, de que a oposição estaria obstruindo pelas suas críticas a acção do Governo.

A crítica é sempre um estímulo e um aguilhão, não é nunca um obstáculo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às questões fundamentais que aqui se colocaram, pela nossa parte, da maneira como temos votado, temos sabido demonstrar que o interesse do País é que nos motiva, mesmo que não concordemos com propostas nem com a fórmula do Governo.

Se é assim, qual é o motivo da proposta de plataforma apresentada pelo Governo? Qual o motivo da moção de confiança? Eliminar obstáculos de carácter legislativo? Parece que não, o próprio Governo o reconhece. Constituir uma maioria estável? Se sim, com que base? Por acaso?

Por outro lado, poder-se-á dizer — e essa pregunta já a fiz quando o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui apresentar o «memorando» — que a proposta do Governo visa dar-lhe maior eficácia na acção executiva, que visa permitir-lhe constituir a Comissão da Reforma Administrativa, dinamizar o Conselho Nacional dos Rendimentos e Preços, ou possibilitar-lhe executar o que não tem feito a tempo, isto é, a lei da delimitação dos sectores da economia, a Lei das Indemnizações ou a Lei da Reforma Agrária?

Mas isso não é da responsabilidade da Assembleia da República. Com isso os partidos, a nível parlamentar, nada têm a ver. Se o Governo não consegue

desenvolver eficazmente uma acção executiva, a responsabilidade é exclusivamente sua e não precisa para isso de qualquer acordo legislativo ou interpartidário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A proposta terá de ver, enfim, com a reestruturação do Governo que nos foi mencionada? Se tem, gostaríamos de saber quais os critérios a que vai obedecer.

Mas muito menos nos parece que, não tendo os partidos nada que ver, por expressa opção do partido do Governo, com a estrutura e composição do Governo, tenham eles de votar com essa intenção qualquer moção de confiança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Parece-nos, no fundo, que há com certeza razões muito mais graves e ponderosas para que esta proposta seja feita. O Governo reconhece, mas não o quer fazer expressamente, que tem necessidade de uma base maioritária de apoio. É isso que sempre temos dito, é isso que, naturalmente, entendemos que deve ser aqui discutido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Uma outra questão, que me causou alguma perplexidade, é a seguinte: disse o Sr. Primeiro-Ministro que o Governo não pede votos nem faz concessões à esquerda ou à direita para se manter no Poder. E eu diria que, naturalmente, isto inviabilizaria qualquer princípio de negociação. Então para que estamos a negociar se o Governo não faz concessões?

Disse o Sr. Primeiro-Ministro que estava fora de causa discutir a fórmula do Governo, pois o PS ou será governo ou será oposição. Mas embora nós não consideremos que essa seja mais do que uma entre as muitas questões a incluir numa plataforma, qual o seu lugar nas negociações, se o PS, à partida, sobrepondo o interesse partidário àquilo que poderá ser uma outra visão do interesse nacional, eventualmente partilhada pelos outros partidos e até pelo Sr. Presidente da República, recusa negociações sobre a fórmula do Governo?

Nesse caso, qual o âmbito de negociações em que se diz que nada se vai ceder? Qual o âmbito de negociações sobre a fórmula do Governo em que se diz que isso está excluído das negociações?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, quanto à questão do Fundo Monetário Internacional, deve desde logo perguntar-se se a colocação desta moção de confiança não representa, afinal, o fracasso da chamada política do «grande empréstimo».

Ninguém nega que houve uma promessa conjunta de operações e que algumas se estão a efectivar, mas entendemos nós, e julgo não estarmos sós nesta Assembleia, que sempre que se trate de empréstimos a longo prazo as operações a celebrar em execução

dessa promessa deverão vir aqui à Assembleia e as suas condições deverão ser conhecidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, não conhecemos o que seja o «grande empréstimo» e, se há operações efectivadas, então elas estão a sério em violação da Constituição.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, em termos de estratégia negocial, pergunto: se as *tranches* fundamentais ou as operações fundamentais, incluídas nessa promessa conjunta designada por «grande empréstimo», estão pendentes da negociação com o Fundo Monetário Internacional, como é que o Governo defendeu os interesses do País, deixando arrastar-se até à beira da rotura cambial e financeira sem qualquer apoio estável a um possível acordo, sem informação suficiente aos partidos da oposição e sem mesmo concluir as negociações de forma que nos possa hoje dizer aqui quais são concretamente as condições acordadas, em que pé estão as negociações com o Fundo Monetário Internacional?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, qual o motivo por que, se o Governo entende que isso é da sua exclusiva responsabilidade e não deve vir aqui à Assembleia da República, pretende co-responsabilizar a oposição neste domínio?

Diz o Governo que o PS recusa a maioria de esquerda e aquilo a que chama a maioria de direita — que por sinal é a maioria que elegeu o actual Presidente da República.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Diz o Sr. Primeiro-Ministro que, na realidade, o PS pretende colocar-se no centro das contradições da sociedade portuguesa, reivindicando, porventura, um lugar de «partido do centro» que parece não lhe caber legitimamente nesta Assembleia. Se é assim, qual o motivo por que agora, abandonando de repente a ideia de que não deve estabelecer maioria estáveis para não dividir, vem dividir a sociedade portuguesa a propósito do Fundo Monetário Internacional? Qual o motivo por que agora, entendendo que não deve co-responsabilizar a oposição, vem, afinal, pedir-lhe co-responsabilidades em negociações que ela não conhece, em que não participou e que não estão, sequer, concluídas?

Finalmente, eu diria que estou de acordo com uma afirmação que o Sr. Primeiro-Ministro fez no sentido de que operações e medidas a curto prazo — e o Governo só propôs medidas para 1978 —, operações meramente financeiras e para consumo, como esta é, só se justificam no quadro de um plano de desenvolvimento acelerado a médio prazo.

É isso mesmo que nós temos tentado propor: um programa de Governo e uma visão de conjunto acerca dos caminhos que a sociedade portuguesa vai tri-

lhando. É esse o sentido da contraproposta que elaborámos em resposta ao «memorando» do Governo.

Mas realmente pergunto: Qual é o plano a médio prazo que o Governo nos propõe? Aquele que parece ter sido retirado ou outro? E, se é outro, qual?

Qual é a perspectiva de fundo que o Governo nos propõe para além do ano de 1978? Apenas a que consta do «memorando» do Governo ou outra qualquer?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro. A menos que V. Ex.^a prefira responder na sessão da tarde, visto que estava estabelecido que a sessão da manhã se interromperia às 13 horas. Mas V. Ex.^a dirá.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, se me dá licença, peço só uns minutos, muito breves, porque as questões postas pelo Sr. Presidente em exercício do PSD são, de facto, questões essenciais sobre as quais vamos naturalmente ter o debate de fundo acerca da moção de confiança.

Em todo o caso, eu quereria apenas fazer algumas observações, visto que muitas das perguntas feitas foram envolvidas numa série de considerandos, com os quais, naturalmente, não estamos de acordo e que requereriam da minha parte, para explicar esse desacordo, longos desenvolvimentos e não é este o momento de os fazer.

Mas pergunta o Sr. Deputado: proposta de plataforma porquê? Não falaremos agora dos apelos do Sr. Presidente da República, pelas razões que há pouco disse. Somos todos adultos, não precisamos de nos esconder ou escudar com o Sr. Presidente da República para discutirmos os nossos problemas e para termos e defendermos as nossas opiniões. Deixaremos, portanto, as posições do Sr. Presidente da República e as interpretações tendenciosas dessas posições para discutirmos os problemas que nos dizem directamente respeito.

É evidente que chegados o Governo e o País à situação em que neste momento nos encontramos, que aliás era previsível quando iniciámos a nossa caminhada governativa, parece-nos que, em relação a opções que têm a ver com o futuro do povo português, para gerações futuras, nos deveremos esforçar por obter, mesmo com dificuldade, um consenso da parte do País. E por isso, naturalmente, nos dirigimos aos diferentes partidos e aos parceiros sociais. Estávamos convencidos de que talvez fosse possível estabelecer um acordo mínimo quanto a questões que têm a ver apenas com o interesse nacional, à semelhança do que foi conseguido noutros países.

Foram aqui invocados os acordos de Moncloa e os que se fizeram na Itália e na Inglaterra e nós, na altura, pensámos que era uma hipótese que deveria estar presente e que deveríamos explorar para ver se teria êxito. Mas infelizmente os partidos recusaram-se a dialogar uns com os outros, como o Sr. Deputado Sousa Franco muito bem sabe, e os parceiros sociais recusaram-se também a sentar-se à mesma mesa.

A intransigência foi tal que mesmo para uma comunicação e para uma exposição sobre as nego-

ciações que tinham sido feitas com o Fundo Monetário Internacional e sobre o ponto em que estavam — informações que o Sr. Deputado diz que ainda não tem —, os partidos, e, em primeiro lugar, o de V. Ex.^a, recusaram sentar-se à mesma mesa, mesmo apenas para ouvir o que seria para depois discutir e tentar chegar a um consenso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que o Governo, através de reuniões exaustivas realizadas no segredo dos gabinetes, foi informando detalhadamente todos os partidos acerca das negociações que estavam em curso e das opções que se punham.

O seu partido foi informado como os outros e o Sr. Deputado sabe bem que, inclusivamente, eu forneci ao seu partido elementos muito concretos e totais acerca dos «grandes empréstimos». Não me parece, portanto, legítimo que o Sr. Deputado, que é um homem de boa fé e que eu sempre reconheci como tal, venha agora dizer que não está informado daquilo que se passou sobre as negociações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que sucedeu foi que cada vez que se chamava um partido a S. Bento e se lhe fazia depois uma extensa informação sobre o curso das negociações, à saída o líder do partido normalmente fazia declarações à Imprensa, declarações que eu tive sempre a elegância de não comentar, que eram sempre ataques ao Governo e que muitas vezes nada tinham a ver com as conversações que se tinham realizado e nem sequer com a cordialidade e a extensão das informações que haviam sido fornecidas.

E, porque o Governo estava assim colocado numa situação em que dava as informações aos líderes responsáveis dos partidos e dos parceiros sociais, sindicatos e associações patronais, e o povo português no fundo não tinha conhecimento de nada do que se passava, a não ser pelos comentários quase sempre muito vincadamente partidários e agressivos dos líderes que iam falar comigo ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não é verdade!

O Orador: — ...eu resolvi transpor o debate para esta Assembleia e dar-lhe uma primeira informação. E nessa altura resolvi dizer a esta Assembleia e pôr à sua consideração que, se ela considerava que o Governo não tinha condições para continuar a governar, escusava de o ameaçar com moções de censura, que não poderia facilmente concretizar, como de resto se verificou durante dezasseis meses de vida parlamentar em que as ameaças foram permanentes, sobretudo a partir de há alguns meses atrás, mas em que as concretizações não foram nenhuma. Até mesmo as duas interpelações que nós aqui tivemos na Assembleia — por iniciativa, aliás, do partido de V. Ex.^a — e que deveriam resultar na condenação do Governo, acabaram por ser, na expressão que VV. Ex.^{as} utilizaram, uma maneira de poder mostrar à Assembleia que o Governo estava no bom caminho, como nos chegaram a dizer.

Portanto, como nunca houve um voto contrário, como nunca houve uma moção de censura, o Governo resolveu lancetar esse abcesso.

Diz-me V. Ex.^a que não era necessário fazê-lo porque afinal a oposição, e o Partido Social-Democrata, foi sempre colaborante e votou as leis, às vezes até com uma certa versatilidade, e isso é completamente verdade. Mas, obstrução não se faz só na Assembleia. O que foi justamente criticável e o que é criticável é que, contrastando com um comportamento relativamente correcto dentro desta Assembleia, fora dela havia uma total obstrução ao Governo e uma guerrilha permanente de desgaste contra o prestígio desse mesmo Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E como nos puseram sempre perante a ideia de que havia alternativas — foi sempre dito pelos Srs. Deputados e pelos dirigentes do PSD que havia alternativas —, pois bem, é a altura de mostrar quais são elas, pondo o problema da confiança.

Se a Assembleia entende que o Governo não deve continuar a governar, ele não governará — é normal —, passará à oposição. E é então a altura de dar a palavra aos Srs. Deputados dos outros partidos para encontrarem uma solução para este país, porque é legítimo criticar e essa crítica, naturalmente, é útil, mas mais importante do que a crítica é encontrar soluções para os problemas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, nesse aspecto, desculpará que lhe diga, o PSD não tem encontrado soluções.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E dirrei ao Sr. Deputado que, na altura em que nós discutirmos a fundo até os problemas de economia, nós podemos fazer a análise das propostas apresentadas pelo seu partido e das contradições em que no mesmo texto incorre.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Eu já tive até ocasião de falar diretamente consigo acerca disso e admito que os dois textos que nos apresentaram tenham sido redigidos um pouco à pressa e por pessoas diferentes, mas as contradições e até os estilos e as linguagens utilizados são altamente significativos.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Dá-me licença, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, naturalmente não me vou pronunciar sobre o fundo da questão, porque isso seria reabrir um debate interminável, mas apenas esclarecer, relativamente à informação que temos das negociações com o Fundo Monetário Internacional, o seguinte: em primeiro lugar, é verdade que nos foram comunicados alguns elementos que consideramos insuficientes

para ter uma ideia clara do que se tem passado até agora nas negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Risos do PS.

Em segundo lugar, não participámos de forma alguma nessas negociações. E em terceiro lugar, se ainda não há um acordo, como é que se nos pede que nos pronunciemos sobre ele?

O que estamos a pedir é que aqui sejam ditas quais as condições desse acordo.

O Orador: — Desculpe, Sr. Deputado Sousa Franco, mas terei de fazer aí uma correção.

Far-me-á com certeza a justiça de pensar que não sou completamente destituído de razão. Evidentemente que eu não podia vir pedir a esta Assembleia que se pronunciasse sobre negociações que ainda não estão terminadas. V. Ex.^a ouviu certamente mal a minha questão. Ela incide sobre o princípio das negociações, e o princípio fundamental dessas negociações, para nós, é a necessidade imperiosa de reduzir o défice para 35 milhões de contos, ou seja, para cerca de 800 milhões de dólares em relação a 1978.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Dá-me licença, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas já agora ouça-me até ao fim, porque foi o que fiz em relação a si.

É evidente que deste princípio decorrem algumas consequências que toda a Assembleia conhece porque elas estão implícitas na maneira como foi elaborado o Orçamento e o Plano para 1978. Como esse Orçamento e esse Plano terão de ser aqui discutidos, eu disse e preveni logo a Câmara de que não vinha aqui pedir nenhum cheque em branco, porque nessa altura, na discussão do Orçamento e do Plano que necessariamente se terá de fazer aqui na Assembleia por força dos imperativos constitucionais, nós vamos rediscutir todos esses problemas de fundo.

Quanto à questão que pôs da reestruturação do Governo, volto a dizer-lhe — o que já tinha dito, aliás, numa resposta a um Deputado do CDS — que não se trata de vos pedir conselho ou acordo sobre essa reestruturação. Trata-se de reiterar uma informação que já têm, de que se o Governo, por hipótese, passasse nesta Assembleia, ela seria feita. Aliás, quando o Governo se remodelou em Março de 1977, isso foi feito de combinação, como era necessário, com o Sr. Presidente da República, e esse facto não teve de vir aqui à discussão nem à apreciação da Assembleia da República. E não teve de vir porque o Governo era o mesmo e o Programa continuava a ser o mesmo. Portanto, é evidente que, se for aprovada ou concedida a confiança por esta Assembleia, o Governo, não obstante haver uma reestruturação, continuará a ser o mesmo e, naturalmente, o seu Programa continuará, como não pode deixar de ser, o mesmo.

Quanto às negociações e à necessidade de uma plataforma, volto a dizer aquilo que já disse acerca das concessões do Governo: o Governo não está nem nunca esteve numa posição rígida, não é disso

que se trata. O Governo não quer é fazer concessões com o objectivo expresso de conseguir os votos favoráveis desta Assembleia para se manter no Poder. Esse é que é o ponto. Se o Governo se quisesse manter no Poder não precisava dos votos desta Assembleia, bastaria deixar correr a situação, não pôr a moção de confiança e esperar que fosse a Assembleia a provocar o problema das moções de censura, que teriam de ser duas e dificilmente passariam.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado dar-me-á certamente razão se, apreciando o texto constitucional, concluir que ele facilita a existência de governos de tipo minoritário como o nosso. A Constituição facilita-os, e por isso é que cria essa possibilidade de poder deixar passar o Programa do Governo sem que houvesse um voto expresso da Assembleia, tal como V. Ex.^a recordou. Por isso é que dificulta o mecanismo das moções de censura, e por isso, por razões democráticas de aposta no futuro e de clarificação para o futuro, é que o Governo foi ele, de *motu proprio*, sem que nada o obrigasse, que veio pôr-se à disposição desta Assembleia, para lhes perguntar, Srs. Deputados: Se querem que filquemos, muito bem; se não querem que filquemos, vamo-nos embora, a responsabilidade é vossa. A questão é simples.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão inscritos para solicitar esclarecimentos os Srs. Deputados Lucas Pires e Acácio Barreiros. Inscreu-se também para uma intervenção de fundo o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Ministro sem Pasta Jorge Campinos: — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma intervenção muito curta como complemento de resposta...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, queira desculpar, mas concedi-lhe a palavra supondo que se tratava de uma questão prévia. A Mesa tinha já deliberado fazer o intervalo a seguir à resposta do Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Sr. Presidente, solicito à Mesa, bem como aos Srs. Deputados, autorização para dar alguns esclarecimentos ao Sr. Dr. Sousa Franco, com o consentimento do Sr. Primeiro-Ministro. Serei muito breve, mas estou intimamente ligado com a intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Sousa Franco. É um complemento de resposta, a descontar no tempo do Governo.

O Sr. Presidente: — Então tenha a palavra, Sr. Ministro.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse o Sr. Presidente do PSD, Sousa Franco, que as maior-

tias flutuantes deveriam ser condenadas, e utilizando uma fórmula bastante sugestiva disse que o Governo tem praticado uma política de «tudo o que vem à rede é peixe». Esquece o Sr. Deputado, certamente, experiências que em princípio, do ponto de vista ideológico, deveriam ser caras ao seu partido. Experiências sucessivas, como, por exemplo, na Dinamarca e a actual experiência norueguesa, onde existe um governo minoritário que governa com maioria flutuante.

Mas o que é muito curioso, Sr. Deputado Sousa Franco, é que V. Ex.^a e o seu grupo parlamentar praticaram nesta Assembleia uma política de maioria flutuante. Nas votações na generalidade o PSD votou 41 vezes com o PCP, subsequentemente votou 51 vezes com o PS e 58 vezes com o CDS. «Tudo o que vem à rede é peixe», tem V. Ex.^a razão. É de admirar, pois, que não se tenham oposto com mais vigor porque nas 78 propostas de lei do Governo V. Ex.^a e o seu grupo parlamentar apoiaram 51 vezes o Governo. E é de admirar também que essa política de oposição não tenha sido mais vigorosa na medida em que, sozinho, o seu grupo parlamentar só votou contra 2 vezes: a Lei do Plano e uma autorização legislativa para a revisão do Código Penal. Portanto, creio que estas observações tinham a sua razão de ser.

Quanto à composição do Governo, devo dizer, e muito sinceramente, que não comprehendi a sua intervenção, e pedir-lhe-ia, Sr. Deputado, se fosse possível, que me explicasse as seguintes frases do vosso memorando de resposta ao memorando do Sr. Primeiro-Ministro e do Governo: na página 4, na última linha, diz o seu partido:

O PSD, respeitando o compromisso assumido perante os seus eleitores, entende que as suas promessas eleitorais só serão cumpridas se for ou partido do Governo ou partido de oposição. Mas neste segundo caso, o partido do Governo, se quer governar sem nós, como é seu direito, não poderá fazê-lo à nossa custa, isto é, com o nosso apoio parlamentar.

Gostaria também, se fosse possível, que esclarecesse a Assembleia do seguinte: na página 7, quando o seu partido fala de outras fórmulas governamentais, diz:

Consideram-se inaceitáveis, entre outras, as seguintes fórmulas: Governo minoritário do PS ou de outro partido, com ou sem independentes por ele escolhidos.

Dou de barato o Governo com a participação do PCP.

Aplausos do PS.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): --- Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa concedeu a palavra ao Sr. Ministro Jorge Campinos na ideia, efectivamente verificada, de que completava as respostas dadas pelo Sr. Primeiro-Ministro, e portanto as respostas que o Governo tinha de dar. Agora,

por deliberação unânime da Mesa, vai proceder-se ao intervalo.

Protestos do PSD, especialmente do Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Magalhães Mota, V. Ex.^a não costuma comportar-se dessa maneira. Tenho por si muito respeito e consideração.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Nem V. Ex.^a costuma comportar-se dessa maneira.

O Sr. Presidente: — A Mesa deliberou, por unanimidade, conceder a palavra apenas neste momento para protestos porque se entende que o protesto deverá ser formulado imediatamente a seguir à intervenção que o justificou. Por isso pergunto ao Sr. Deputado Sérvulo Correia se quer usar da palavra a esse título. Se assim for, tenha a bondade.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, foi precisamente para um protesto que pedi a palavra a V. Ex.^a

Desejo protestar em primeiro lugar contra a forma como o Sr. Ministro Jorge Campinos usou da palavra neste momento porque não deu quaisquer respostas complementares, como inicialmente afirmou ser sua intenção. O Sr. Ministro Jorge Campinos fez uma intervenção — e fez uma intervenção para a qual não estava devidamente inscrito. Portanto, protesto em primeiro lugar contra a inoportunidade da intervenção do Sr. Ministro.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, desejo protestar contra a confusão que o Sr. Ministro estabelece entre a posição do Governo perante esta Assembleia e a posição dos diferentes partidos que aqui, no dia-a-dia, participam nos trabalhos e, nomeadamente, nas votações. É evidente que cada partido tem a sua posição própria e que no exercício dessa posição vota como entende, e não pode, de forma nenhuma, impedir, em termos objectivos, que outros partidos votem da mesma maneira. Isto não significa — como aliás ainda há momentos foi lembrado por um representante do Partido Comunista — que haja qualquer entendimento entre aqueles que votam de uma determinada forma, quer qualquer plataforma ou qualquer coligação parlamentar entre eles.

Já completamente diferente — e este foi um ponto que o Sr. Ministro esqueceu — é a posição de um governo, porque um governo tem de ter uma linha política coerente, e não é compreensível que essa linha possa obter, alternadamente, apoios de partidos com posições muito diversas.

Concluirei por aqui o meu protesto.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, os tempos disponíveis são os seguintes: Governo, 161,5 minutos; PS, 135 minutos; PSD, 122 minutos; CDS, 129 minutos; POP, 125 minutos; e UDP, 65 minutos.

Os nossos trabalhos recomeçarão às 15 horas e 30 minutos. Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Lucas Pires (ODS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Algumas das questões que desejava formular foram já aqui feitas pelo Sr. Deputado Sousa Franco — espero que o Sr. Ministro Jorge Campinos não interprete esta minha afirmação como uma tentativa de constituir mais uma maioria parlamentar flutuante. Para as questões que sobram e que vou formular peço desde já a generosidade habitual do Sr. Primeiro-Ministro. Questões essas que só vou pôr por entender que a democracia é uma oportunidade de encontro entre os homens anónimos e os homens históricos e até me vou permitir, para elevar um pouco a minha estatura diante do Sr. Dr. Mário Soares, citar Shakespeare, lembrando-lhe o que dizia um personagem deste autor: «Um homem é tudo aquilo que ganhou ou perdeu politicamente» e dizer que o Dr. Mário Soares é agora aqui perante os meus olhos tudo aquilo que ganhou e perdeu politicamente durante estes meses que esteve à frente do Governo. É inteiramente nessa perspectiva, portanto, que tomo o Sr. Dr. Mário Soares e o Governo de que é Primeiro-Ministro.

Uma das questões que lhe desejava pôr é a seguinte: V. Ex.^a poderia distinguir, em tudo o que quis inventariar a favor da acção do Governo, aquilo que é mérito do 25 de Novembro, ou em geral do restabelecimento da ordem neste país, e aquilo que é mérito específico do Partido Socialista? Nomeadamente em termos económicos, parece-me, quando se fala em crescimento, que grande parte desse crescimento é devido à extinção do Copcon e de todos os instrumentos de sabotagem económica do gonçalvismo. Isso não é só mérito do Partido Socialista, é mérito de todas as forças democráticas e, sobretudo, naturalmente, das Forças Armadas.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Sobretudo do PS.

O Orador: — Por outro lado, V. Ex.^a Sr. Primeiro-Ministro, comportou-se aqui como advogado de tese do PS e é evidente que a qualidade forense de V. Ex.^a nunca esteve nem poderia estar, em causa. São conhecidos tais méritos. No entanto o PS pertenceu a cinco dos seis governos provisórios, o PS foi o único governo constitucional até hoje, o PS votou favoravelmente todos os antigos da Constituição, o PS contou até hoje com aquilo que V. Ex.^a uma vez chamou no Conselho da Europa, estando eu presente, uma oposição não obstrucionista, o PS contou com um Presidente da República não incompreensivo, o PS contou com um considerável e quase estranho apoio dos americanos, nomeadamente, e agora, com a maioria de esquerda, provavelmente da outra grande potência mundial que é a União Soviética.

Risos.

E afinal, depois de tudo isto, se tudo fica na mesma, como é que o País vai ficar melhor? Esta

é efectivamente uma pergunta razoável de um homem da rua. Não acha V. Ex.^a que tudo isto se assemelha a um enorme pântano? — estou a lembrar-me de alguns pântanos, no sentido geográfico, que têm uma paisagem muito bonita à volta, onde tudo é extremamente generoso, tudo é paz mas onde cada vez que pomos um pé nos atolamos mais e mais. Está ou não o PS a atolar-se e a atolar-nos cada vez mais, apesar de a paisagem continuar a ser extremamente risonha e feliz, apesar de tudo parecer salvação do País?

Prolongando ainda uma questão posta pelo Sr. Deputado Sousa Franco, perguntaria se o PS considera que a maioria eleitoral que elegeu o Sr. Presidente da República é também uma das suas maiorias flutuantes, se é também uma maioria de direita.

Por outro lado, quando V. Ex.^a fala do PS como partido charneira, tese em que vem insistindo há bastante tempo, tese que nos faz lembrar que afinal o PS é o capuchinho vermelho numa terra de lobos ...

Risos gerais.

..., perguntaria se a função da paz e a função da ordem pública que V. Ex.^a reivindica para o PS é uma função jurisdicional e uma função militar ou será, ao contrário, uma função política? Por outras palavras, não estará V. Ex.^a a confundir funções políticas do Governo com funções militares e policiais de paz e segurança nacional? É uma questão que lhe desejava pôr.

Pergunto-lhe ainda se nós hoje em Portugal precisaremos mais de partidos charneira ou precisaremos mais de partidos de Governo e de partidos líderes, se a condição da paz hoje não é o Governo, se o Governo hoje não está antes da paz como condição da própria paz social que V. Ex.^a invoca.

Perguntaria ainda se a charneira em democracia deve ser charneira entre os partidos ou deve ser antes charneira e mediação entre o povo e as instituições e se o verdadeiro problema português hoje é um problema de equilíbrio e conjugação entre o povo e as instituições e não pura e simplesmente um problema de conjugação dos partidos entre si.

Finalmente, se o PS é a charneira, perguntaria: porquê então a plataforma e a proposta de plataforma? V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, insiste muito nesta tese da charneira. Perguntaria se charneira não quererá antes dizer que o PS foi historicamente em Portugal o partido da passagem e do interregno histórico que vivemos em Portugal durante estes três anos.

V. Ex.^a diz também que o PS tem duas faces, uma de direita e outra de esquerda. Em relação a isto, posso pôr imediatamente as seguintes questões: em primeiro lugar, a questão de saber qual é a fronteira da habilidade e da relação ora para a direita ora para a esquerda. É que a habilidade tem fronteiras muito comprometedoras, uma das quais é a hipocrisia e outras as formas várias de corruptela que por aí abundam. Em segundo lugar, perguntaria se será bom num país haver leis de direita e leis de esquerda. Não será isso mais uma forma de separatismo interno, desse separatismo a que aliás o Sr. Primeiro-Ministro há

pouco aludiu? É ou não verdade, além disso, que essa solução de maioria flutuante transfere o centro político do País do Governo para o Parlamento? É evidente que o Governo não tem à partida a segurança de que as suas leis sejam aprovadas no Parlamento e o centro político passa, portanto, a ser o Parlamento. Quer dizer: numa altura de crise, em que se necessitava e exigia uma particular força de liderança, é no Parlamento, com atraso, que vêm a ser resolvidas todas as questões. De resto, nesta discussão pareceu-me esta tese estar muito enraizada e a própria discussão estar mesmo algum tanto viciada. Até agora passou-se a grande parte do tempo a discutir o problema da defesa do Grupo Parlamentar Socialista e não do Governo, porque se passou o tempo a defender a participação legislativa do PS nas leis da Assembleia da República e não a atitude do Executivo perante o País. Parece-me que é preciso recolocar o problema na discussão sobre o Executivo e não na discussão sobre a atitude legislativa do PS.

Por outro lado, é ou não verdade que um Governo minoritário sacrifica permanentemente a ideia da melhor legislação à ideia da melhor política parlamentar, sacrifica permanentemente os contúdos legislativos à escócia do lado ideal naquele momento político, inclusivamente por razões extraparlamentares, como aliás se está agora a ver aqui na Assembleia da República?

Apeteceria-me já quase fazer aqui um interregno poético, para amenizar algum tanto esta controvérsia, citando Fernando Pessoa, que diz que «tudo é disperso, nada é inteiro». É uma citação que podia ser aplicada a muitos aspectos da política do Governo, que é terceiro-mundista na África e europeista na Europa, que é maioria de esquerda quanto às estruturas do poder e maioria de direita quanto à política conjuntural — enfim, seria um longo rosário que não vou aqui desfiar. Perguntava apenas se isto não terá consequências sobre a própria substância ideológica do PS e, mais concretamente, sobre a procura da identidade nacional, que é o mais supremo dos bens a tentar alcançar desta vez.

V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, cita ainda os casos da Itália, da Espanha e de outros países para procurar analogias com a situação portuguesa. Pergunto-lhe: em qual destes países houve uma revolução, em qual destes países o problema é de arranque e não apenas de estabilização, em qual destes países há um sistema tão baralhado e complexo, politicamente como entre nós, a exigir, portanto, uma maioria mais categórica e decisiva; em qual destes países a crise é mais do que conjuntural, como entre nós, em qual destes países o problema é de juventude do sistema político e não de envelhecimento do sistema político?

V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, faz ainda supor que tudo depende de um plano de estabilização e dos empréstimos estrangeiros, tudo depende, em suma, de condições puramente económicas, mas verdadeiramente não me consta que haja uma verdadeira política de austerdade, não me consta que haja uma verdadeira política de expansão, não há economia de mercado, porque os preços são políticos, porque os abusos sobre o mercado continuam a ser praticados todos os dias, porque o próprio mercado está viciado, porque as pessoas endividadas envidiam-se todos os dias com letras, porque as pessoas, em vez de inves-

tirem, no fundo especulam. Não há, portanto, economia de mercado ou a economia de mercado está vilificada, mas também não há economia de plano, porque o plano é todos os dias defraudado e traído pelos pacotes e qualquer dia, evidentemente, não há nem carne nem peixe. Portanto, qual é a filosofia económica da reconstrução? Essa filosofia, disse já aqui uma vez o Sr. Dr. Mário Soares, é a filosofia da concorrência existencial entre o sector público e o sector privado. Mas esta concorrência tem mostrado ser uma concorrência *sui generis*. É uma concorrência curiosa, uma concorrência a ver quem perde mais, se a economia privada, se a economia pública.

Risos do CDS e do PSD.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, uma observação porventura algo melancólica: ao gonçalvismo e ao fascismo não correspondeu até hoje senão um imenso confusionismo como tema e proposição ideológica para este país. Ou pensará V. Ex.^a que um país é apenas um problema de divisas e dívida metódica?

Risos do CDS e do PSD.

Pergunto, quando falámos, por exemplo, da aproximação ao Mercado Comum, há algum estudo sobre ela. No fundo, o Governo publica livros de propaganda sobre um ano de crise, mas não publicou um único estudo sobre as dificuldades, os problemas e as questões que a aproximação ao Mercado Comum implicará. Será que há da parte do Governo uma espécie de psicose do défice que já não o deixa raciocinar inteiramente. Com essa psicose do défice será que ele próprio quer contaminar o País, para evitar soluções políticas lúidas e adultas? Acredito que V. Ex.^a não quererá que sejamos apenas os filhos-família do mundo ocidental, a desperdiçar aquilo que o mundo ocidental está disposto a dar-nos praticamente sem outras exigências.

Ao fim de um ano e meio julgo, porém, que não somos mais povo, mas apenas um conjunto avulso de massas populares. Suponho que isto é o resultado de uma política que é bem mais, do ponto de vista do desenho, a política de mestres-de-obras do que a política de arquitectos. Se não for assim, V. Ex.^a estará naturalmente em condições de me esclarecer.

Foi com democraquia e com patriotismo que pus estas questões, como se fosse portanto o homem anónimo que enfrenta o homem histórico, justamente através dessa grande e infinita generosidade que é a democraquia. Suponho que o Sr. Dr. Mário Soares sempre deu provas dessa generosidade e portanto me saberá responder nesse estilo.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O ilustre Deputado Lucas Pires não me fez pedidos de esclarecimento, apresentou-me antes uma grande listagem de perguntas que poderiam estar bem numa entrevista.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que estou completamente disposto a dar-lhe uma entrevista sobre esses temas para o jornal do seu partido.

Aplausos do PS.

Terei muito interesse, digo-o com toda a sinceridade e sem nenhuma ironia, em discutir consigo, no jornal ou na revista do seu partido, todos esses problemas que me pôs e sobretudo comentar o seu pessimismo de raiz. Quem o ouvisse diria, aliás como o Sr. Deputado disse, que já não somos um povo, que não temos sorte, que vivemos sobre a psicose dos défices, etc... Durante muitos anos a nossa cultura teve sempre esse cunho e sabemos da existência de grandes figuras da história cultural portuguesa que assumiram tal posição, posição que é o ponto de partida das suas questões. Dir-lhe-ei que a nossa posição é diferente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A nossa posição cultural e humana é diferente. Estamos convencidos de que há possibilidade de vencer as dificuldades com que o país se defronta, que essas dificuldades são conjunturais, que há uma saída para a crise e que o povo português, não obstante todas as nossas especulações filosóficas, está realmente interessado na resolução dos problemas.

Perguntou o Sr. Deputado se o mérito do crescimento económico que reconhece existir se deve ao 25 de Novembro ou se deve propriamente à actividade do Governo e do PS. É uma questão a que os historiadores responderão, não tendo muito interesse fazê-lo neste momento.

Perguntou-me se não nos estamos a atolar de uma maneira irremediável no plano nacional. Dir-lhe-ei naturalmente que não considero assim, que, pelo contrário, estamos a tentar, perante dificuldades imensas que eram conhecidas à partida, vencê-las e sair do túnel.

Pôs-me o problema do Mercado Comum. Posso fornecer-lhe o projecto de relatório recente da comissão que em nome das comunidades europeias veio aqui estudar a possibilidade de harmonizar as nossas diferentes políticas sectoriais com as políticas das comunidades europeias e dir-lhe-ei, o que poderá ver por esse relatório, que a posição dos estrangeiros é felizmente multíssimo menos pessimista do que a sua.

Fundamentalmente, temos uma política. Indicamos ao País como é que devemos sair da crise. O que eu perguntaria ao Sr. Deputado que me fez tantas perguntas, no caso de termos a tal entrevista que sugeri, era o que é que sucederá a este país se o PS e o Governo socialista desaparecerem, se a Assembleia os derribar, e qual é o cenário para a resolução dos problemas políticos, sociais e económicos do País que o Sr. Deputado e o seu partido propõem para a substituição do Governo PS. Essa era verdadeiramente a pergunta que lhe faria, em comentário a todas as suas perguntas.

Aplausos do PS.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: -- O Sr. Deputado Lucas Pires pretende pedir um esclarecimento ou fazer outra intervenção?

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, é só para dar um esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, até porque me foi feita uma pergunta na parte final da sua resposta.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Primeiro-Ministro a resposta e dizer-lhe que já não estou interessado na entrevista.

Risos do PS e dos membros do Governo.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que essa resposta está dada pelo CDS e vai continuar hoje a ser dada aqui mesmo.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado, se não está interessado em fazer a entrevista para o seu jornal, faiu-vos-lhe a tribuna do *Portugal Socialista* para realizarmos esse debate.

Aplausos do PS.

O Orador: — Pensei que o Sr. Primeiro-Ministro só falava para jornais estatizados, mas, pelos vistos, estou enganado.

Aplausos do CDS.

Quanto à resposta — pela minha parte sou optimista —, posso assegurar-lhe que a resposta será dada. E o Sr. Primeiro-Ministro talvez um dia, numa entrevista que tenhamos mais tarde, há-de reconhecer que a resposta foi dada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: A UDP evidentemente também está interessada em que este debate sirva para o esclarecimento das várias posições e em particular das intenções do Governo, perguntando-nos também, como é óbvio, como é que vamos avaliar as promessas do Governo, à luz do modo como cumpriu as promessas que anteriormente fez.

Antes de mais gostaria de abordar uma questão. O Sr. Primeiro-Ministro e os próprios dirigentes do PS têm feito muito barulho à volta do facto de nenhum partido da oposição ter tido a coragem de apresentar uma moção de censura ao Governo. Queria sugerir ao Sr. Primeiro-Ministro que acrescentasse à sua lista da estatística das votações nesta Assembleia a votação que o seu partido, o PCP, o PSD e o CBS, em conjunto, fizeram para negar à UDP o seu direito constitucional de apresentar qualquer moção de censura ao Governo. Portanto a afirmação

que o Sr. Primeiro-Ministro faz de que nenhum partido da oposição apresentou ainda uma moção de censura ao Governo só é possível pelo facto de a UDP não ter possibilidade de apresentar qualquer moção de censura devido ao voto da maioria constituída pelo seu partido e o PCP, o CDS e o PSD.

Em segundo lugar, o Sr. Primeiro-Ministro não se referiu às posições da UDP, o que é perfeitamente legítimo. Também não se referiu à realidade que salta à vista, das várias manifestações de mais de um milhão de trabalhadores de norte a sul do País que são a resposta clara ao memorando do Governo e que são a viva prova que eles não querem aqui nem o Fundo Monetário Internacional, nem a Lei Barreto, nem a Lei do Arrendamento Rural, nem toda ou qualquer espécie de legislação reaccionária.

Risos.

Penso portanto que é legítimo concluir das palavras do Sr. Primeiro-Ministro que a resposta a essas manifestações é uma resposta negativa, isto é, o Governo vai continuar a querer cá dentro o Fundo Monetário Internacional, a querer levar por diante a mesmíssima legislação que, aliás, como toda a legislação que é fundamental, foi votada com o acordo, ou pelo menos com a abstenção, da direita reaccionária.

Risos.

Em terceiro lugar, queria colocar-lhe outra questão. O Sr. Primeiro-Ministro declarou que não faria obstrução, no caso de o Governo cair, a um governo PSD-CDS e até disse que era um governo que podia perfeitamente existir. Simultaneamente, em declarações públicas, disse que é preciso opor uma barreira intransponível à reacção. Queria saber se, no entender do Sr. Primeiro-Ministro, o PSD e o CDS são ou não partidos reaccionários...

Risos.

... ou são reaccionários apenas para os comícios de fim de semana e, quando chega a altura das propostas concretas, são partidos democráticos da direita. Além disso, se é preciso opor uma barreira à reacção, como é que se comprehende a posição do Governo e do PS, no caso de o Governo cair, que dizem não ir fazer obstrução a um governo PSD-CDS, a um governo abertamente reaccionário? Em que é que devemos acreditar? Ou melhor, qual é a posição do PS? É a posição do seu Secretário-Geral, o Sr. Dr. Mário Soares, que diz que um governo PSD-CDS até pode existir, ou a posição do Presidente do mesmo partido, o Sr. Deputado António Macado, que diz que um governo PSD-CDS neste país não durava oito dias...

Risos gerais.

..., pois haveria um tal levantamento popular que o faria cair imediatamente, isto porque também os socialistas lutam contra esse governo. Gostava pois de saber se a posição do PS é a do Secretário-Geral ou a do Presidente do partido.

Finalmente, gostaria de referir só mais uma questão, pois também não posso estar aqui a roubar-lhes muito tempo. O que é estranho é que o Sr. Primeiro-Ministro, depois do discurso que fez, tenha posto

como significado da votação deste voto de confiança apenas o facto de se saber se deve ou não deve manter-se no governo o Sr. Dr. Mário Soares como Primeiro-Ministro — sem comentários a não solidariedade em relação aos restantes membros do Governo...

Risos gerais.

..., além da aceitação ou não dos princípios das negociações com o Fundo Monetário Internacional. Ora bem, penso que isto é uma falsa questão. Há uma terceira questão envolvida neste voto de confiança. Ela decorre das palavras do Sr. Primeiro-Ministro e do próprio memorando, sendo a seguinte: a posição face ao voto de confiança ao Governo tem que ser forçosamente a posição face ao Orçamento Geral do Estado e ao Plano para 1978.

Risos.

Gostava que o Sr. Primeiro-Ministro dissesse se esta terceira condição é ou não também uma condição necessária. Não se comprehende, dado que o Governo diz que não pretende fazer alterações no Plano e no Orçamento, que os partidos hoje deixem passar o voto de confiança e amanhã, isto é, daqui a oito dias, vão votar contra o Orçamento, o que imediatamente implicaria — penso que decorre das palavras do Sr. Primeiro-Ministro — a demissão do Governo. Importa que isto fique bem claro, pois pode haver partidos que queiram aproveitar essa circunstância para dizer que, embora sejam muito contra o Orçamento e contra o Plano, como estes não são o significado do voto de confiança, não votarão contra o voto de confiança. Gostava, pois, que o Sr. Primeiro-Ministro esclarecesse também este ponto.

Risos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Agradeço muito as perguntas que o Sr. Deputado Acácio Barreiros me colocou.

Ele diz-nos que o Governo e o Partido Socialista fizeram muito barulho, mas a verdade é que em matéria de barulho nós não podemos competir com a UDP.

Risos.

Também perguntou por que é que a UDP não tinha o direito de apresentar uma moção de censura ao Governo. Isso decorre da Constituição. Na Constituição diz-se que as moções de censura ao Governo são apresentadas pelos grupos parlamentares — a UDP não é um grupo parlamentar — ou por um quarto dos Deputados em efectividade de funções. De facto, para termos um quarto dos Deputados da UDP era necessário esquartejar o Sr. Deputado Acácio Barreiros...

Risos gerais.

..., e nenhum de nós quer isso, porque o Sr. Depu-

tado Acácio Barreiros é efectivamente uma pessoa simpática nesta Assembleia.

Risos.

Quanto à circunstância de me ter perguntado pelas opiniões do Sr. Deputado António Macedo, Presidente do nosso partido, não vejo que haja grande contradição entre aquilo que disse o Dr. António Macedo e aquilo que eu próprio disse. São duas posições diferentes que se situam em momentos diferentes. Em todo o caso, certamente fará muita impressão ao Sr. Deputado Acácio Barreiros que no nosso partido possam existir pessoas que têm ligeiras diferenças de opinião entre si. Para nós isso não constitui nenhum problema. Não somos monolíticos, cada um pensa rigorosamente pela sua cabeça.

Quanto à última pergunta que fez — ou seja, sobre o Plano e o Orçamento e a moção de confiança —, eu entendi que não se deveria incluir na matéria propriamente da moção de confiança a questão do Orçamento e do Plano, apenas porque o Orçamento e o Plano têm de ser discutidos e votadas na generalidade e na especialidade nesta Assembleia, não fazendo portanto sentido que estivéssemos a pedir agora um voto de confiança sobre uma matéria que depois vai ser reposta, discutida e votada soberanamente por esta Câmara. Este o motivo por que a questão do Orçamento e do Plano não figura na moção de confiança.

Entretanto, Sr. Deputado, devo lhe dizer que a orientação de fundo que presidiu à organização do Orçamento e do Plano para 1978 decorre daquilo que nós consideramos ser fundamental para este país, isto é, a redução de um terço no nosso défice das transacções correntes para 1978.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos termos do artigo 196.º da Constituição, o Governo deliberou solicitar à Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança sobre uma declaração de política geral, que hoje mesmo aqui foi apresentada pelo Primeiro-Ministro.

Cabe-me a mim expor nesta tribuna a posição oficial do CDS sobre o assunto. Ao fazê-lo tenho consciência do melindre e das dificuldades da tarefa de cuja execução me desempenho, em nome do meu partido, neste momento particularmente delicado da vida nacional. Mas nós, centristas e democratas-cristãos, não temos por hábito enjeitar as nossas responsabilidades e estamos dispostos, uma vez mais, a assumi-las integralmente e de forma clara, directa e transparente.

Não é esta a primeira nem a segunda crise que o actual Governo atravessa, mas sim a terceira: com efeito, a subsistência do 1.º Governo Constitucional esteve ameaçada em Dezembro de 1976, aquando da votação das Leis do Plano e do Orçamento; em Julho de 1977, a propósito da Lei da Reforma Agrária; e de novo, agora, em Dezembro de 1977, se perfila uma crise de sobrevivência, por ocasião das Leis do Plano e do Orçamento para o próximo ano, e por

causa das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Em todos os casos, e apesar de serem diferentes as circunstâncias políticas, o contexto económico e social e o objecto das votações em causa, o problema essencial que esteve presente foi sempre o mesmo: a falta de um sólido e permanente apoio parlamentar maioritário para o Governo minoritário do PS.

O CDS — é útil recordá-lo aqui neste momento — sempre discordou desta fórmula governativa. E denunciou os seus riscos e os perigos da sua adopção muito antes da formação e posse do 1.º Governo Constitucional.

Eu próprio, em entrevista concedida à *Vida Mundial* no dia 27 de Maio de 1976, afirmei o seguinte: «Se a ideia de um governo minoritário for por diante, vamos viver um período difícil [...]»

Primeiro, porque para governar é preciso fazer leis, aprovar orçamentos, adoptar planos. E como tudo isso é da competência da Assembleia da República, onde o Governo não disporá de uma maioria favorável, cada votação dependerá de um acordo, de uma aliança, de uma negociação *ad hoc*. A solução terá todos os inconvenientes de uma coligação sem oferecer nenhuma das vantagens.

Em segundo lugar, se é difícil em qualquer país e em qualquer momento governar em minoria, muito mais o será agora em Portugal por causa da crise económica. Não é fácil adoptar medidas de austeridade, por natureza impopulares, quando se tem apenas o apoio de 34 % do eleitorado.

A solução de um governo minoritário não será, pois, uma solução duradoura. Ao fim de algum tempo, haverá certamente que optar entre aceitar enfim uma coligação ou proceder a eleições antecipadas. Mas entretanto o País terá perdido um tempo precioso: a crise económica ter-se-á agravado e a justiça social não terá conhecido progressos significativos.

Oxalá me engane, mas a formação de um governo minoritário poderá ser, neste momento, um erro histórico. É nossa obrigação chamar a atenção de todos para os riscos que essa solução fará correr à Democracia.»

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não podia ter sido mais claro. E quando hoje ouço o próprio Governo declarar que não aceita enfrentar sozinho o período de austeridade que aí vem, quando noto ser a sobrevivência do Governo posta em causa a propósito das votações parlamentares de certas leis, orçamentos e planos, quando verifico enfim que nos encontramos praticamente diante da opção coligação ou eleições antecipadas, e que estamos atrasados e adiados na superação da crise económica e no avanço para novas metas de justiça social, não posso deixar de concluir que o CDS, como de costume, foi capaz de ver ao longe e de falar a tempo.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Todos sabem que desde o ano passado preconizámos — e fomos os primeiros a fazê-lo — um governo PS-PSD-CDS, a que chamámos «governo

da maioria presidencial». Mas entendemos não rejeitar a investidura do 1.º Governo Constitucional, em Agosto de 76.

Foi uma prova de boa vontade, embora não alimentássemos então quaisquer ilusões. Como tive ocasião de dizer, no debate que se travou neste hemicycle, «Nós pensamos que [...] um governo minoritário não será capaz de levar a bom termo a tarefa que com temeridade se propõe realizar sozinho». E acrescentei: «Na opinião do CDS, não é este o programa para a situação em que estamos, nem é este o Governo para a crise que temos».

Apesar disso, o CDS — embora sublinhando «a responsabilidade muito grande que o Partido Socialista desta forma contraia perante o País» — não apresentou então qualquer moção de rejeição, a fim de não se perder mais tempo e de modo a dotar Portugal de um governo constitucional que governasse de facto.

Recordo no entanto que desde logo aqui declarei: «Ao abster-se de propor uma moção de rejeição, o CDS não dá um voto de confiança ao Governo, nem exprime aprovação do respectivo programa: o que o CDS faz é apenas [...] recusar-se a contribuir para precipitar o País numa nova crise política, antes mesmo de ter sido possível iniciar o ataque à crise económica».

Ficou assim bem explícito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiro que não concordávamos com a fórmula minoritária do Governo, segundo que lhe não concedemos a nossa confiança e, terceiro, que, apesar do nosso ceticismo quanto à capacidade governativa do PS, não pretendíamos nova crise política, porque desejávamos possibilitar que se enfrentasse de imediato a crise económica.

Esta nossa posição não foi especialmente bem recebida pelo PS, que ao tempo punha todas as suas complacências no PPD. Mantivemos, contudo, a nossa linha geral de actuação.

Entretanto, foi passando o tempo e o Governo, decretado pelo receio de tomar sozinho medidas impopulares antes das eleições locais de Dezembro, perdeu seis meses sem adoptar quaisquer providências de fundo.

As eleições para as autarquias locais não alteraram significativamente, como se sabe, as posições relativas dos principais partidos portugueses. O CDS tirou a lição desse facto e não votou contra as Leis do Plano e do Orçamento para 1977.

No debate que aqui se travou acerca delas, uma vez mais expus a posição do partido a que presido.

Mas, precisamente porque a nossa conclusão era de que a crise económica ia piorar e por «a situação ser mais difícil do que podia parecer à primeira vista», propus, no interesse do País, um período de calma política e de cooperação interpartidária que permitisse «ao Governo governar, à Assembleia controlar e legislar, aos Portugueses trabalhar e aos estrangeiros ajudar».

A partir daí, e durante mais de três meses, o CDS apoiou sozinho o Governo em diversas votações parlamentares, acolheu positivamente (ainda que com reservas) o chamado «pacote 1» e obteve o apoio maciço das democracias cristãs europeias para o pedido de adesão de Portugal no Mercado Comum.

Por esta política de acalmia e cooperação o CDS nada recebeu em troca: nenhuma actuação parlamentar comum, nenhuma cooperação legislativa, nenhuma colaboração específica nas autarquias locais.

Problemas concretos que pusemos ao Governo, como, por exemplo, a situação de alguns militantes do CDS irregularmente sancionados, apenas por motivos da sua filiação partidária, não obtiveram qualquer solução. E quando, no mesmo período, a propósito de leis fundamentais em discussão nesta Assembleia, como a lei de delimitação dos sectores público e privado, o CDS apelou uma, duas e três vezes junto do Governo, não para que nos desse razão, não para que chegasse connosco a acordo, mas simplesmente para que ouvisse a exposição de alguns pontos de vista nossos, tudo quanto o CDS encontrou da parte do Governo foi um muro de indiferença, de passividade e de silêncio.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — As esperanças postas na possibilidade de uma cooperação bilateral frutuosa com o Governo morreram. E como se deu o caso de os meses de Março e Abril serem caracterizados por uma escassíssima acção governativa, por uma descontrolada alta do custo da vida e por um assustador aumento da criminalidade, o CDS subiu de tom, endureceu a sua linha de actuação e não poupar o Governo a críticas, aliás fundadas.

O descontentamento popular aumentou muito. Dele se fez eco o próprio Presidente da República, no discurso que em 25 de Abril veio proferir a S. Bento. Aqui lançou um apelo para que fosse procurada entre os partidos uma plataforma programática, capaz de permitir alcançar uma ampla base social e parlamentar de apoio às tarefas da reconstrução nacional. O CDS respondeu positivamente e, em 5 de Maio, propôs mesmo encontros entre os partidos democráticos para dar efectivação à ideia presidencial. O PSD reagiu do mesmo modo. O Governo e o PS, porém, recusaram.

Realizaram-se em seguida três cimeiras entre os dirigentes do PSD e do CDS, em 25 de Maio e em 1 e 17 de Junho. Nelas se condenou a fórmula do governo minoritário sem alianças; proscreveu-se da parte de ambos os partidos o sistema dos acordos pontuais alternados com o Governo; aceitou-se e reclamou-se a ideia de uma plataforma programática de carácter majoritário, a celebrar no âmbito de uma convergência democrática a três; expressamente se declarou, no entanto, que aos dois partidos não interessava então a partilha do poder ao nível do Governo — o que equivalia obviamente a admitir um esquema de apoio parlamentar tripartido a um Governo PS com independentes.

Nada se conseguiu, porém. Nada se adiantou. Tudo se manteve sem alterações. E foi sem alterações — isto é, sem acordo político global, sem plataforma, sem maioria parlamentar estável — que o Governo se abalancou para a maratona legislativa de Julho, onde viria aliás a conseguir ver aprovadas a lei da Reforma Agrária e a lei das indemnizações, embora em ambos os casos com o voto do CDS.

Devo dizer, entretanto, que no âmbito das negociações travadas a propósito da Lei da Reforma Agrária o CDS entregou ao Governo, em 14 de Julho, um documento escrito em que apresentava as suas condições para celebrar um acordo de cooperação parlamentar com o Governo, de que não ficasse excluído o PSD. O Primeiro-Ministro informou-me, porém, a 19, que o Governo não aceitava a nossa proposta; e a 21, dia em que a referida lei foi aprovada, era assinado e divulgado o protocolo Jorge Campilhos - Barbosa de Melo.

Vieram entretanto as férias do Verão. E já no fim de Agosto, em allocução ao País feita na televisão para anunciar o chamado «pacote 2», o Primeiro-Ministro admitiu pela primeira vez — iam passados quatro meses sobre o discurso de 25 de Abril — a necessidade de um consenso nacional entre os partidos políticos e os parceiros sociais. Mas não concretizou mal a ideia e o assunto ficou de novo em suspenso.

Ao CDS afigurou-se que era chegado o momento de promover uma clarificação definitiva da vida política portuguesa; que era necessário saber ao certo se o Governo aceitava ou não a ideia dumha plataforma; e que não era possível proteger indefinidamente a resolução da situação económica e financeira, em deterioração constante e acentuada. E foi assim que, reunida em Viana do Castelo em 25 de Setembro, a nossa comissão política tomou as seguintes importantes deliberações:

O ODS continua partidário de um governo da maioria presidencial; atendendo, porém, a que o PS mantém a sua recusa de entrar em coligações, o CDS está disposto a encarar a hipótese de conceder apoio a um Governo PS com independentes, desde que se verifiquem as seguintes condições:

Celebração de uma plataforma programática entre PS, PSD e CDS;

Constituição de um novo governo (o II Governo Constitucional), com novo programa;

Adopção de uma nova política económica e financeira;

Assinatura de um pacto social entre o Governo e os parceiros políticos;

As negociações deverão ser feitas e ficar concluídas no prazo de dois meses e se até fins de Novembro não houver expectativas sérias de acordo tripartido, o CDS apresentaria uma moção de censura ao Governo, a menos que este solicitasse, ele mesmo, um voto de confiança.

De novo, como se vê, o CDS deu uma prova evidente de boa vontade; de novo se dispôs a contribuir para uma solução razoável da crise; de novo sacrificou legítimos direitos próprios para criar condições de acordo viável com os demais.

Dois dias mais tarde, a 27 de Setembro, os jornais diários davam conta, com certa excitação, de que o PS e o PSD haviam acolhido muito favoravelmente as propostas do CDS formuladas em Viana: Manuel Alegre considerava-as «palitrióticas e aceitáveis pelo PS» e Sousa Franco considerava-as «construtivas e semelhantes às do PSD».

Ao sair nesse mesmo dia de uma audiência com o Presidente da República, em Belém, eu pude por isso afirmar, com certa esperança: «Parece desenhar-se a possibilidade de um consenso.»

Mas no dia seguinte, 28, apercebi-me de que era excessivo e infundado o meu optimismo: num encontro tido com o Primeiro-Ministro, este declarou-me que o preocupava o facto de se estar rapidamente a criar uma expectativa grande de mal na opinião pública, talvez em desproporção com o que se poderia vir a conseguir, sendo certo, por outro lado, que em sua opinião era ainda muito cedo para se poder tratar do caso... Imediatamente compreendi que a hipótese de se concretizar com rapidez o acordo com o PSD e com o CDS estava perdida: a plataforma não se faria tão cedo. E isso significava que talvez já se não fizesse de todo em todo. Tinha razão Chateaubriand quando dizia que o tempo não respeita aquilo que se faz sem ele...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo, por mais um mês, não voltou ao assunto. Entretanto, e em 15 e 16 de Outubro, o PSD em Bragança apresentaria as suas propostas, tornando-se mais duro nas suas exigências e reivindicando agora a participação no Governo, em termos de que aliás não fomos previamente informados, mas que me pareciam conter, apesar de tudo, uma certa margem de flexibilidade.

Por isso não desisti. E decidi empenhar-me a fundo na tentativa de conseguir arranjar maneira de viabilizar o acordo político ou a plataforma. Mas o PSD marcara um prazo curto — até ao fim do mês de Outubro — para que o Governo dissesse se aceitava ou não iniciar negociações. O Governo mantinha um silêncio total, enquanto os seus adeptos multiplicavam os ataques e as críticas aos partidos da oposição.

Estes, por seu turno, responderam na mesma moeda. E os últimos dias do mês foram de forte azedume e agressividade entre partidos. As já ténues possibilidades de uma plataforma negociada cada vez diminuíram mais. O Governo continuava a não tomar qualquer iniciativa. E preparava-se obviamente para deixar expirar o prazo sem responder ao PSD, enquanto este, compreensivelmente, se preparava para se considerar ofendido com o facto.

Foi neste ambiente que entendi escrever pelo meu punho uma carta pessoal ao Primeiro-Ministro, que por ser de interesse geral passo a ler (aproveitando para esclarecer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que expressamente comuniquei desde logo ao destinatário a minha intenção de a tornar pública em momento ulterior).

O texto da carta, datada de 30 de Outubro, é o seguinte:

«Sr. Primeiro-Ministro: Escrevo-lhe no cumprimento do que julgo ser um dever cívico, a que não posso furtar-me.

Continuo muito preocupado com a forte deterioração, nos últimos quinze dias, do ambiente político nacional, que evolui rapidamente para formas de crescente intolerância e radicalização. As relações entre partidos degradam-se todos os dias. A preparação para o conflito toma o lugar dos esforços de conciliação. E o que devia ser um período de negociação democrática transforma-se a nossos olhos num diálogo de gUNDOS.

Parece-me, pois, fundamental que se faça urgentemente uma tentativa séria e consistente para desvilar o curso dos acontecimentos no sentido de tornar ainda possível o acordo político que o Sr. Presidente da República (e bem) indicou ser necessário neste momento, mas que nas circunstâncias atuais descritas vai ficando cada vez mais distante e inviável.

Deixe-me que lhe diga, com total franqueza, que as maiores responsabilidades neste agravamento da situação me parecem caber ao Partido Socialista, ao Governo e ao próprio Primeiro-Ministro. Não só porque, ao mesmo tempo que pedem um acordo político aos partidos da oposição, repetidamente os atacam, e de tal maneira que reduzem neles a disponibilidade para a busca de soluções em comum, mas também porque, sendo o PS que necessita de um acordo político para continuar a governar, e não os demais partidos que carecem de qualquer acordo para continuar a ser oposição, não se comprehende como é que até agora não houve ainda da parte do PS, do Governo, ou do Primeiro-Ministro, uma iniciativa específica contendo propostas concretas, em relação às quais os restantes partidos possam claramente definir-se. É hoje habitual invocar-se os exemplos da Itália e da Espanha: mas, aí, foram os governos que redigiram e apresentaram aos partidos da oposição as propostas detalhadas de onde, após negociação e cedências recíprocas, acabaram por sair os acordos finais. Se o mesmo não acontecer em Portugal, duvido muito que qualquer acordo político venha jamais a ver a luz do dia.

Quem precisa de ajuda, e a pede, tem de explicar muito bem que tipo de ajuda precisa, para quê, e por quanto tempo. Se não o faz, como pode admirar-se por nadia receber?

Permito-me, assim, sugerir-lhe, com a maior insistência, Sr. Primeiro-Ministro, que tome essa iniciativa, e quanto antes. O interesse nacional assim o exige. Não é possível protelar-se por mais tempo a actual situação — de incerteza permanente e de agressividade crescente.

Não que eu considere em abstracto grave ou irremediável que o País se encaminhe para uma crise política. Considero é que será muito grave, e portentuamente irremediável, empurrar o País nas actuais circunstâncias para uma crise dramatizada, como a actual está a ser por vários dos seus protagonistas.

A esse respeito, quero ainda tocar num segundo aspecto, que, tal como o primeiro, me leva a enviar-lhe esta carta.

Veo com grande apreensão alargar-se e aprofundar-se o fosso que separa cada vez mais os dois maiores partidos portugueses. Ora, um entendimento responsável entre o PS e o PSD é, na fase actual da

vida política portuguesa, essencial em minha opinião à defesa da democracia e à superação da crise nacional. Não me parece, contudo, que da parte do PS, ou do Governo, ou do Primeiro-Ministro se tenham dado ou se estejam a dar os passos minimamente necessários para tornar possível tal entendimento.

Em especial (e embora fale a título pessoal, sem procuração de ninguém), afigura-se-me chocante que as propostas concretas formuladas pelo PSD em Bragança não tenha havido qualquer resposta consistente por parte do PS. Escuso de lhe dizer, claro, que não considero resposta consistente a seca e curta declaração verbal, num comício, de que o PS não aceita partilhar o Poder.

Permito-me, pois, sugerir-lhe, também com a maior insistência, Sr. Primeiro-Ministro, que a bem do País não deixe passar o dia de amanhã, 31 de Outubro, sem enviar ao PSD uma resposta escrita e consistente.

Não sei se daqui resultaria tudo o que de positivo entendo que era preciso que resultasse. Mas, mesmo na hipótese mais negativa, a crise política subsequente seria desenrolada apenas por força de desacordos substanciais, de fundo, e não também por causa, ou sob a influência, da desconsideração que a falta de uma resposta directa sempre constitui.

Que, a ter de haver crise, ela possa ser vivida em ambiente desdramatizado, e sem motivos adicionais de agravamento derivados de atitudes como a que acima aponto — eis quanto a mim o mínimo que se pode e deve pedir a todos os intervenientes. Por isso lhe escrevo esta carta.

E a carta terminava com um apelo final a uma actuação do Primeiro-Ministro: «O País aguarda essa sua iniciativa. Não hesite em tomá-la.»

Aplausos do CDS e dos Srs. Deputados do PSD Cunha Leal e Helena Roseta.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos conhecem o que a seguir se passou: ao fim da tarde do dia 31, o Primeiro-Ministro divulgou um comunicado no qual, respondendo à oposição, declarou a sua vontade de negociar, designadamente com o PSD, aceitou pela primeira vez a ideia de a plataforma vir a ser assinada apenas com alguns dos partidos da oposição e anunciou que era sua intenção tomar a iniciativa de apresentar uma proposta escrita para servir de base às negociações a empreender. Aquela frase difícil fora vencida e a tensão emocional desceu consideravelmente. Mas, mesmo assim, ainda foi preciso esperar mais duas semanas pela entrega do «memorando aos partidos políticos e aos parceiros sociais», que teve lugar a 16 de Novembro.

Entretanto, dera-se a crise interna do PSD, motivada pela inesperada demissão do seu presidente. E bastou que esta ocorrresse para de novo se reeditarem, da parte de alguns órgãos de Informação e de alguns dirigentes socialistas, as já antigas tentativas de captação isolada do CDS, com marginalização do PSD. Foi necessário, por isso, que a comissão política do meu partido, por coincidência reunida em Lisboa, fizesse esclarecer em comunicado que o CDS não se aproveitaria da crise interna do PSD para tirar benefícios partidários em proveito próprio ou

para deixar aquele partido fora de uma plataforma que sempre sustentáramos dever ser tripartida.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Recebido e estudo o «memorando» do Primeiro-Ministro, o CDS entregou ao Governo e deu a conhecer ao País a sua contraproposta.

Neste documento, que todos reconhecerão ser um texto sério, responsável e construtivo, o CDS, ao mesmo tempo que dava mais uma prova de boa vontade, sem aliás abdicar de nenhum dos seus pontos de vista essenciais, quis deliberadamente, e de caso muito pensado, fazer um teste frontal à boa vontade do Governo.

E assim, sabendo de antemão estarem as maiores dificuldades da negociação na questão da natureza e composição do 2.º Governo Constitucional, e tendo em conta, por outro lado, que o Primeiro-Ministro afirmava no seu «memorando» que «uma vez acordada a plataforma, o PS compromete-se a respeitá-la [...], quer seja Governo quer seja oposição», o CDS decidiu separar as duas questões — a do Governo e a da plataforma — e disse na sua contraproposta a esse respeito: «A presente contraproposta do CDS não contempla a questão do Governo. O País precisa, primeiro, de saber se é ou não possível nesta fase, e no actual quadro parlamentar, a elaboração de uma plataforma política democrática que consagre uma sólida e ampla base de apoio, capaz de assegurar a superação da crise, a reconstrução económica, a preservação da identidade nacional e a eficaz defesa da democracia. Este problema é prévio em relação à questão do Governo. Apenas tem sentido discutir esta se aquela estiver resolvida.»

Deste modo, o CDS propôs que fossem adoptadas duas fases para o desenvolvimento das negociações: na primeira, discutir-se-ia o conteúdo da plataforma entre os partidos; e na segunda, a realizar se a primeira tiver êxito, analisar-se-á a questão do Governo.

Ora, o que sucedeu em relação a este aspecto foi que o Governo, tendo embora começado por dizer que aceitava o nosso método, recusou-o inequivocavelmente na prática. E, na própria audiência em que o CDS entregou a sua contraproposta, o Primeiro-Ministro passou imediatamente à questão do Governo e logo ali se viu bem que por esse motivo não havia possibilidade de se chegar a acordo. As negociações sobre a plataforma ainda prosseguiram em plano secundário, sem interesse nem impulso, mas depressa vieram a ser encerradas com base no desacordo quanto à questão do Governo e por causa dela.

Ficou assim bem claro que, como nós receávamos e acabámos por tirar a limpo, a questão essencial para o Governo não era a da plataforma, mas a do Poder; não era a de uma política a seguir, mas a do tipo de governo a manter; não era a das soluções a encontrar para resolver os problemas nacionais, mas a dos acordos a assinar para garantir a sobrevivência do PS no Governo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em suma, nós fizemos ao Governo uma proposta para a salvação do País: o Governo

respondeu-nos com uma proposta para a salvação do Partido Socialista.

Aplausos do CDS e do Sr. Deputado do PSD Bento Gonçalves.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi necessária esta recapitulação, embora longa, dos principais momentos da vida do 1.º Governo Constitucional e das suas relações com o CDS, para se poder tirar agora uma primeira conclusão de relevo, que muito importa ao debate em curso sobre a questão de confiança. E a conclusão, para nós, é esta: à luz da experiência vivida nos últimos dezoito meses, tanto no plano das relações interpartidárias como no plano das relações Governo oposição, o CDS não tem nenhuma razão para manifestar confiança no actual Governo. E temos autoridade moral para o dizer.

Concedemos um crédito inicial — não foi agradecido, nem aproveitado. Recebemos promessas concretas — não foram cumpridas. Apoiamos em bloco durante mais de três meses — não fomos correspondidos e acabámos por ser postos de parte. Avisámos e chamámos a atenção muitas vezes para erros e omissões — não fomos em geral bem ouvidos. Propusemos e pedimos a resolução de determinados problemas específicos — não fomos atendidos. Sugerimos a tempo e horas negociações, acordos e plataformas — fomos mal sucedidos e criticados. Tornámos posições públicas moderadas e flexíveis, com portas abertas para soluções viáveis — foram rejeitadas ou adiadas. Desenvolvemos esforços discretos no sentido da concertação, do apaziguamento e do bom entendimento — não fomos compreendidos nem ajudados. Enfim, procurámos servir o País dotando-o com uma plataforma útil e fecunda de amplo consenso nacional, a executar por quem quer que viesse a exercer o Governo — mas não fomos nesta diligência mais bem sucedidos do que nas anteriores. Não se nos podia pedir, por consequência, que à luz do nosso «saibor de experiência feito» nos disponhamos neste momento a conceder um voto positivo ao actual Governo. E a razão é simples: é que na continuação deste tipo de relações não consentimos; e na sua súbita alteração não acreditamos.

Aplausos do CDS.

É certo, todavia — e a verdade tem de ser sempre dita, seja para que lado for —, que as relações entre o Governo e o CDS, e em especial as relações do Primeiro-Ministro comigo, se mantiveram e desenvolveram sempre num plano de grande serenidade, conexão e mesmo cordialidade. Congratulo-me sinceramente com o facto e felicito-me pelo seu significado e alcance. Não posso, contudo, nem devo, basear apenas no teor das relações pessoais a definição de uma política, a escolha de uma estratégia ou a celebração de uma plataforma programática.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o CDS sempre tem procurado comportar-se de forma a colocar em todas as circunstâncias o interesse nacio-

nal acima das suas conveniências ou sensibilidades partidárias. Cumpre-me assim examinar nesta Assembleia se haverá ou não motivos fortes de interesse geral que aconselhem o CDS a pôr neste momento entre parêntesis os seus pontos de vista ou as suas queixas, em homenagem a princípios superiores que devam ser tidos em conta.

Tudo visto e ponderado, afigura-se-me que podem talvez ser invocadas cinco razões principais como fundamentos possíveis de um voto de confiança a conceder eventualmente ao Governo no contexto actual: primeira, não interromper uma determinada acção governativa em curso; segunda, criar condições para a resolução da crise económica; terceira, evitar uma rotura financeira iminente; quarta, impedir a formação de uma maioria de esquerda; e quinta, não precipitar o País num beco sem saída, isto é, numa crise política para a qual não haja alternativas.

São estas, a meu ver, as cinco hipóteses essenciais. Vou examiná-las uma a uma.

A primeira — não interromper uma determinada acção governativa — logicamente só faria sentido se estivesse em curso algo de verdadeiramente excepcional, que não devesse sofrer qualquer solução de continuidade. A verdade, porém, está, em nossa opinião, muito longe disso e o balanço global das actividades desenvolvidas pelo 1.º Governo Constitucional não pode, infelizmente, considerar-se satisfatório.

Isto não quer dizer que este Governo não tenha conseguido um certo número de resultados positivos. Nunca o CDS o negou. E eu não tenho qualquer dúvida em reconhecer hoje e aqui alguns deles: na política externa, a opção europeia expressa no pedido oficial de adesão à CEE; na política interna, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ...no mundo do trabalho, a manutenção de um certo clima de equilíbrio, de moderação e de paz social.

Simplemente, e apesar destes e certamente de outros aspectos positivos da sua acção, são muitos e muito significativos os aspectos negativos que há a registar. Não pretendo apresentar nesta intervenção uma enumeração exaustiva, mas entendo ser necessário referir alguns que podem considerar-se exemplares: citarei a esse título os domínios da comunicação social, da administração pública e da política económica e financeira.

A situação da comunicação social continua a ser verdadeiramente escandalosa. Porque as prometidas propostas de lei reguladoras do sector — lei da rádio, lei da televisão, estatuto da informação — não foram ainda apresentadas. Porque se mantém a discriminação inadmissível entre o apoio financeiro à Imprensa estatizada e o apoio às restantes formas de Imprensa. Porque é patente o partidarismo no preenchimento dos órgãos de gestão da maior parte dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado. Porque é intolerável o sectarismo político e ideológico de alguns desses mesmos meios. Porque é negativa ou deficiente a situação administrativa e financeira da generalidade das empresas de comunicação social do Estado. Porque sendo o custo dessa situação pago por

bados os contribuintes, as respectivas publicações ou emissões não respeitam cabalmente o pluralismo das ideias, das posições e das preferências da população portuguesa. Porque a proliferação de folhas de diferentes quadrantes que ofendem as instituições, fazem a apologia das ditaduras ou insultam de forma soez cidadãos honestos não é combatida e continua a ficar impune. Porque o Governo anuncia constantemente para o sector novos planos de acção que nunca chega a cumprir. Porque não são tomadas providências que valorizem a profissão de jornalista e que contribuam para a formação e aperfeiçoamento dos seus membros. Porque o Governo continua a reservar para si e para o partido que o apoia a parte de leão nos tempos de antena da rádio e da televisão. Porque, enfim, hoje como há ano e meio, não estão regulamentados, nem podem ser exercidos senão por dádiva graciosa do Poder, os direitos de resposta, de antena e de espaço que a Constituição reconhece aos partidos da oposição e às organizações socioprofissionais, mas que o Governo só concede quando muito bem lhe apraz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à administração pública, todos sabemos a que estado de empolamento, ineficácia e degradação se deixou chegá-la. As leis não são adequadamente executadas, os serviços públicos funcionam mal, as prestações devidas aos particulares ou não são entregues ou chegam tarde e a más horas, os planos não são cumpridos, as ordens são muitas vezes ignoradas, as formalidades exigidas são um labirinto cada vez mais intrincado, as relações com o público são incorrectas, os custos são excessivos, o rendimento é baixo, os desperdícios são muitos, a eficiência é escassa, o estado de espírito dos funcionários é de enorme desmotivação, a sua formação profissional é inexistente, as suas carreiras continuam por estabelecer, o recrutamento cada vez se faz mais por nomeações de confiança do que por concurso público...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ..., escassaram os sistemas de controlo da imoralidade administrativa, prevalecem as decisões baseadas em critérios políticos, acentua-se o predomínio de Lisboa sobre o resto do País, consiste-se na politização e partidarização dos governadores civis, faz-se crescer o peso relativo da Administração Central sobre a administração local, transferem-se cada vez mais funções municipais para os serviços do Estado, esvaziam-se progressivamente de substância activa as atribuições das autarquias locais, demora-se o prometido e devido reforço das finanças locais, deixa-se estrangular o funcionalismo dos tribunais do contentoso administrativo, etc., etc.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Numa palavra: o balanço da actuação do 1.º Governo Constitucional nesta matéria pode sem exagero ser considerado um testemunho exemplar de como não deve ser gerida a administração pública de um país.

Aplausos do CDS.

Isto para já não falar no que tem sido a lentidão exasperante da transferência dos serviços peninsulares do Estado para os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, bem como — até uma data relativamente recente — a manifesta falta de tacto político com que o Governo de Lisboa tem lidado com a complexa problemática das regiões autónomas insulares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por último, e no que diz respeito à política económica e financeira, o insucesso da actuação desenvolvida pelo 1.º Governo Constitucional está à vista.

Todos temos bem consciéncia de que o investimento não recuperou nos termos necessários, o desemprego continua demasiado elevado, os preços a subir excessivamente, os défices da balança comercial e da balança de pagamentos cada vez maiores, as reservas em divisas perto do esgotamento, o ouro onerado numa metade e em risco de o ser na outra, o valor externo do escudo em baixa constante e a dívida pública do Estado em alta permanente.

Deste insucesso — que entre outras razões é ainda efeito do gonçalvismo, mas que em parte importante é já responsabilidade do actual Governo e do PS — não vou tratar aqui desenvolvidamente. Dele se ocupará, bem como da política diferente que o CDS lhe contrapõe em alternativa, o Sr. Deputado Amaro da Costa.

Por mim, limitar-me-ei a sublinhar que a política preconizada pelo Governo para enfrentar a crise nos próximos tempos, e em especial no ano que vem, corresponde a um modelo que, no entender do CDS, é susceptível de numerosas e profundas críticas: limita-se a considerar os objectivos para 1978 e não, como se impunha, as grandes metas da recuperação económica portuguesa numa óptica de médio prazo; encara a estabilização em termos de contracção económica, acentuando as dificuldades de uma futura recuperação; fecha portas às linhas de desenvolvimento que nos poderiam encaminhar mais rapidamente para os níveis europeus; abre o caminho ao aumento substancial do desemprego; não assegura o controlo da inflação, além de dificultar o lançamento de esquemas de indexação selectiva de salários e rendimentos; restringe fortemente o crédito, provocando maior decomposição do sistema empresarial e provavelmente uma grande vaga de falências em série; e corta drasticamente as importações, agravando a austeridade e dificultando a modernização do parque industrial português.

Esta política prevista pelo actual Governo para 1978 é, na opinião do CDS, uma grave e perigosa hipoteca para o futuro: os riscos sociais e políticos de uma tal opção são enormes.

Compreende-se, pois, que o CDS não esteja disposto a avaliá-la: não foi responsável pelo Governo; não fez obstrução ao Governo; nenhuma culpa tem, por acção ou omissão, na desastrosa situação a que chegou a economia portuguesa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Posso assim concluir que o CDS não considera ser conforme ao interesse nacional votar

a confiança na prossecução desta política e da acção governativa que a leva a cabo.

Consideremos então o segundo fundamento atrás citado como eventualmente determinante do apoio ao actual Governo — criar condições para a resolução da crise económica.

Sob este prisma, estamos em crer que o nosso apoio ao Governo só seria útil e eficaz se, por um lado, fosse possível definir em comum uma nova política económica e financeira e se, por outro, se conseguisse proporcionar ao Executivo uma base de apoio maioritário no parlamento e muito ampla no País.

Ora, quanto ao primeiro aspecto, já vimos que há divergências muito significativas da nossa parte em relação às linhas gerais de política económica e financeira preconizadas pelo Governo.

Pode o Governo estar firmemente convencido de que não há alternativa neste momento para a política económica e financeira que propõe, tal como parece convencido de que não há alternativa para si próprio como Governo Constitucional. Mas o Governo tem de admitir, porque estamos em democracia, que outros lhe digam muito francamente que existem mesmo alternativas para uma e outra coisa.

No decurso das negociações travadas entre o CDS e o Governo não se conseguiu chegar a acordo em relação a qualquer delas. Com efeito, não se ajustou uma nova política económica e financeira, com base na qual os partidos signatários da plataforma pudessem vir a fazer frente comum ante o Fundo Monetário Internacional, apresentando-lhe um novo modelo como resultado de uma revisão, do lado português, do quadro de interlocutores e de responsáveis pela definição da política a adoptar.

Tão-pouco se chegou a acordo, nas negociações efectuadas, quanto à dimensão necessária da base política e social de apoio a um novo Governo constitucional. Porque o PS não aceitou qualquer coligação e excluiu um acordo parlamentar tripartido, ao passo que o CDS recusou aceitar que a plataforma em negociação exclusisse ou marginalizasse o PSD.

Julgo importante acentuar que o CDS o fez por razões que considera consistentes e sólidas e não, como já tem sido insinuado, por seguidismo ou dependência — que aliás nunca existiram, nem existirão.

O que o CDS pensa é que no contexto actual, que é muito grave, se torna indispensável encontrar a mais ampla base de consenso nacional que for aceitável para vencer a crise — e não apenas, como parece ser o objectivo do PS, a menor base de entendimento parlamentar que for necessária para apoiar o Governo.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por outras palavras, nós entendemos que se deve procurar alargar a plataforma ao máximo possível, enquanto o PS parece desejar restringi-la ao mínimo indispensável.

O nosso objectivo é conseguir maximalizar a viabilidade nacional da plataforma, ao passo que o objectivo do PS parece ser tentar minimizar o risco partidário da solução.

Aplausos do CDS.

Por isso se não chegou à acordo. É foi pena. Porque o País muito ganharia com ele e o PS pouco perderia. Há uma coisa que a nosso ver o PS já devia ter compreendido e que devia meditar quando formula as suas políticas: é que não há políticas sem risco de fracasso, mas há políticas sem possibilidades de êxito.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por este caminho, a política do PS perderá qualquer viabilidade nacional, à força de tanto querer eliminar os riscos partidários.

Quanto ao CDS, já o demonstrámos muitas vezes, sente-se perfeitamente capaz de subscrever uma política que implique alguma possibilidade de risco: o que não está é disposto a partilhar de uma política que não comporte nenhuma probabilidade de êxito.

Aplausos do CDS.

A terceira razão de interesse nacional que poderia levar neste momento a não contribuir para a queda do Governo seria a de evitar uma rotura financeira iminente.

Mas a argumentação que daí se pode extrair, a nosso ver, não colhe. Primeiro, porque não somos de modo nenhum responsáveis por essa situação, nem para ela fomos alertados com suficiente antecedência. Segundo, porque há decerto possibilidades de curto prazo no mercado financeiro internacional que permitirão ultrapassar o dilema «venda do ouro ou grande empréstimo». E terceiro, porque se, como nos foi dito aqui há dias pelo próprio, no tempo dos Governos Provisórios o Sr. Dr. Mário Soares foi capaz de evitar pessoalmente dois casos de rotura financeira iminentes — e, honra lhe seja sem ter qualquer função oficial —, por maioria de razão o há-de conseguir de novo agora, que é Primeiro-Ministro do Governo do seu país.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Herculano Pires (PS): — Essa é boa!

O Orador: — E passo à quarta razão atrás inventariada como possível — impedir a formação de uma maioria de esquerda.

Não quero alongar-me hoje sobre esta eventualidade, nem vou aprofundar aqui o seu significado ou o alcance das suas implicações. Desejo apenas deixar feitos alguns comentários muito simples e despretensiosos.

Antes de mais, entendo dever declarar que o CDS não negoceia sob coacção. Verdade seja que nenhum membro do Governo ou dirigente nacional do PS a utilizou ou tentou utilizar directamente connosco. Mas o ambiente criado através de certos órgãos de comunicação social, o teor de certas conversas entre Deputados, os próprios termos em que a questão é posta genericamente pelo Governo e pelo PS, condicionam sem dúvida, ou procuram condicionar, em função de uma eventual maioria de esquerda, o voto dos partidos à direita do PS.

Ora, na parte que lhe toca, o CDS tem a dizer que já fez muito, e muito mais está disposto a fazer,

no uso dos seus direitos democráticos, para evitar que se constitua e funcione entre nós uma maioria de esquerda — quer no Governo quer no plano parlamentar quer a outros níveis. Mas não o fará se o preço da sua intervenção nesse sentido for porventura a renúncia a pontos essenciais da sua doutrina, ou o desprezo de aspectos basilares do seu programa.

Aliás, o CDS teve para com o actual Governo uma atitude colaborante, no voto das Leis do Plano e do Orçamento em Dezembro de 1976. Fundamentou então essa atitude, além do mais, no seu desejo de não contribuir para possibilitar uma maioria de esquerda. Vê-se agora, pelas perspectivas de que todos temos conhecimento, que não valeu de muito.

O problema é sobretudo um problema do Partido Socialista, a quem cabe a responsabilidade pelos apoios que aceitar e pela coerência que conseguir, ou não, manter.

Durante o debate parlamentar do Programa do actual Governo, o Primeiro-Ministro declarou nesta tribuna o seguinte: «O Dr. Álvaro Cunhal esta noite foi aqui, mais uma vez, fiel a si próprio; não mudou e não mudará». O *Diário da Assembleia* regista que vozes do PS disseram então: «Muito bem!».

A pergunta que se pode fazer é apenas esta: passado ano e meio, quem foi que mudou — o Partido Comunista ou o Partido Socialista?

Aplausos do CDS.

Antes de terminar esta questão, acrescentarei ainda mais que o PS, ao declarar-se disposto a considerar como aceitável e suficiente o apoio exclusivo do PC, pretente por certo com isso manter-se no poder, prosseguir a sua acção governativa e vencer, de acordo com a sua visão do interesse nacional, a crise económica e financeira que aflige o País.

Sendo assim, gostaria de perguntar ao Governo e ao PS como encaram as consequências dessa eventual nova linha política, por exemplo, quanto à execução da Reforma Agrária; quanto ao futuro do movimento sindical e, em particular, da Carta Aberta; quanto ao diálogo com os parceiros sociais; e quanto ao volume do investimento privado que prevê para 1978 e anos seguintes.

Ouvirei com a maior atenção as respostas que o PS e o Governo porventura quiserem dar-me acerca destes pontos. Por mim, sempre lhes direi, parafraseando alguém, que «uma atitude na vida só pode ter êxito sob a condição de não ser dirigida contra si própria».

E chego assim ao quinto e último fundamento que indiquei como susceptível em abstracto de poder determinar um voto de confiança positivo por motivos de interesse nacional — não precipitar o País num beco sem saída, isto é, numa crise política para a qual não haja alternativas.

É sobejamente conhecida a posição do CDS sobre este tema. Para nós, há sempre alternativas. Porque a alternativa é da essência mesma da democracia. Porque a democracia vive e alimenta-se do funcionamento legítimo da alternância no poder. Porque no dia em que, por hipótese, não houver nenhuma alternativa para o Governo do momento, nesse dia, a democracia terá deixado de existir.

No caso presente, todos temos consciência de que as alternativas existem, embora sejam mais difíceis quando alguns tudo fazem para as tornar impossíveis. Mas elas existem, apesar disso.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E, se outra saída não houver, restará sempre o último recurso de todo e qualquer impasse democrático: a convocação de eleições gerais antecipadas.

O CDS quer declarar aqui neste momento que as não receia e que começa mesmo a deseja-la fortemente, tão diferentes das opções do eleitorado se estão a revelar as opções daqueles a quem este concedeu a sua confiança.

Aplausos do CDS.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não apoiado!

O Orador: — O povo português é inteligente, lúcido e está perfeitamente consciente do que se joga neste momento e dos problemas que estão em causa: porque não haveremos de lhe dar a palavra?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A terminar esta minha intervenção, posso tirar dela a conclusão de que o CDS não vê neste momento nenhuma razão de interesse partidário, nem vê nenhuma razão de interesse nacional, para apoiar o actual Governo. Quanto a nós, este Governo e, com ele, a fórmula política em que se apoia, esgotaram a sua capacidade de acção política. Nada de novo se pode esperar deles. Por isso mesmo, e salvo se o debate de hoje e de amanhã nos conseguir convencer do contrário (do que eu duvido), o CDS, de acordo com a deliberação tomada nesse sentido, por unanimidade ontem à noite, pelo seu conselho nacional, votará contra a questão de confiançaposta pelo Governo.

Em nossa opinião, este Governo não deve continuar. Haverá, pois, que procurar encontrar outra fórmula governativa e outro Governo — se possível, no âmbito do presente quadro parlamentar; se não, mediante o recurso a eleições gerais antecipadas.

Mas de tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cumpre tirar uma importante lição. E essa é, em nossa opinião, e como sempre dissemos, que qualquer solução minoritária — isto é, sem uma base majoritária de apoio no Parlamento e no País — está de antemão votada ao fracasso.

Nós podemos compreender que um partido pretenda governar sozinho. Não podemos é aceitar que pretenda fazê-lo se não tem por si só a maioria.

Estranha democracia será a nossa se consentir governos minoritários sustentados por partidos exteriores ao Governo, forçados a dar o apoio por alguma falta de alternativas!

Estranha democracia será a nossa se só comportar Governos apoiados pela oposição e partidos da oposição obrigados a responsabilizar-se por políticas que não definem e por Governos em que não participam!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Estranha democracia será a nossa se, por defeitos técnicos do seu regime eleitoral, impe-

dir partidos afins de realizarem as suas alianças naturais e ao mesmo tempo forçar Governos moderados a encontrar apoio em partidos que o não são!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Estranha democracia, com efeito, e de sobrevivência bem difícil, se aqueles que assim a têm concebido e feito funcionar não forem capazes, a breve trecho, de ponderar no íntimo da sua consciência até onde a trouxerem, de que forma a tratam e para onde a vão levar.

Tenho dito.

Aplausos do CDS e de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, queria pedir ao Sr. Deputado Freitas do Amaral um esclarecimento muito simples, que é o seguinte: o Sr. Deputado terá dito na sua intervenção, se é que eu percebi bem, que o CDS não aceitou qualquer acordo com o PS com exclusão do PSD. O Grupo Parlamentar do PSD e eu também gostaríamos de ser esclarecidos sobre se efectivamente chegou a ser feita qualquer proposta ao CDS nesse sentido.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Isso é inquisitivo! Pergunte lá em casa.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade de responder, Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — A resposta é muito simples: sim.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Freitas do Amaral: Tenho a fazer três perguntas muito simples.

Primeira: afirmou o Sr. Deputado acolher o CDS positivamente, embora com reservas, as medidas de 25 de Fevereiro, conhecidas pelo «1.º pacote». Tendo em conta que da sua bancada, há muito pouco tempo, um Deputado se referiu a contradições entre o Plano e a política dos «pacotes» e sendo notório que a palavra «reservas» adquiriu muito ênfase no passo do seu discurso referente às medidas do 25 de Fevereiro, pergunto-lhe o seguinte: é ou não é verdade que o CDS deu todo o apoio e, mais, aplaudiu entusiasticamente estas medidas? O Sr. Deputado Freitas do Amaral dizia: as medidas chegaram tarde, mas chegam. O seu colega de bancada e líder parlamentar do CDS dizia, nem mais nem menos, que as medidas do 25 de Fevereiro eram uma vitória do CDS.

Segunda pergunta: ouvi o Sr. Deputado, com certa surpresa, preconizar, como uma saída democrática e constitucional para a crise, a realização de eleições gerais antecipadas. Ouvi, com não menor surpresa, argumentar acerca da adulteração do sentido do voto do eleitorado. Recordo-lhe que, quando há vários meses o meu partido defendeu como uma saída demo-

crática e constitucional para a crise exactamente a realização de eleições gerais antecipadas. O Sr. Deputado afirmou então, entre outras coisas, que estávamos a fazer chantagem sobre o Sr. Presidente da República. Pergunto-lhe: também aqui o CDS viu à distância?

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ou reconhece que neste caso o CDS se enganou redondamente? ger esclarecidos sobre se efectivamente a ser feita

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A terceira pergunta é quase uma curiosidade e reconheço que não tem relevância para este debate. Pode ter alguma importância para uma melhor definição dos partidos políticos na hora presente. Sr. Deputado, logo no início da sua intervenção, disse: «nós, centristas e democratas-cristãos [...]» Tem isto algum significado ou equivale a dizer: «nós, centristas ou democratas-cristãos?»

Uma voz do CDS: — Santa ignorância!

O Sr. Presidente: — Também está inscrito para pedidos de esclarecimento o Sr. Deputado Acácio Barreiros. Não sei se o Sr. Deputado Freitas do Amaral quer responder já ou prefere responder no fim, em conjunto.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Posso responder já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Quanto à primeira pergunta do Sr. Deputado Carlos Brito, a resposta é esta: é verdade que nós demos apoio às medidas tomadas em 25 de Fevereiro e que ficaram a ser conhecidas pelo nome inestético de «1.º pacote». É verdade também que formulámos reservas substanciais a essas medidas. Dissemos, é certo, que elas vinham muito tarde e que melhor flora que tivessem vindo mais cedo, mas acrescentámos que eram profundamente insuficientes, justamente porque já nessa altura estavam concebidas na óptica de uma política conjuntural restritiva, sem o necessário complemento de uma óptica de política estrutural de expansão.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É verdade, Sr. Deputado, que nós aplaudimos essas medidas, dado que, por um lado, pensávamos que elas poderiam vir a constituir o inicio de uma nova política económica e financeira e, por outro lado, como expressamente afirmámos, elas nos pareceram a desgonçalização económica do País...

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... e, nessa medida, pode crer que as apoiamos.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao tema das eleições gerais antecipadas, escuso de sublinhar a diferença fundamental que existe entre a posição que hoje defini e aquela que o Partido Comunista sustentou no final do mês de Julho. Em primeiro lugar, a diferença está nisto: é que nessa altura não havia qualquer crise política, não havia nenhum impasse constitucional...

Risos do PCP.

...e, embora não houvesse, o Partido Comunista queria eleições gerais antecipadas. Ao passo que pode haver agora e, se houver, a nossa posição é que a melhor saída é através de eleições gerais antecipadas.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Sr. Deputado, teríamos naturalmente muito pano para mangas quanto a uma discussão sobre se havia ou não crise política. Em todo o caso, ouvi há pouco a sua intervenção e acho que o Sr. Deputado deverá relê-la depois do que acaba de afirmar.

Lembro-lhe ainda um outro facto, que é o seguinte: depois das posições definidas pelo meu partido, nomeadamente a que acaba de referir — a defesa de eleições gerais antecipadas como uma das saídas democráticas e constitucionais para a crise —, a Assembleia e um pouco a vida política nacional entraram num período de férias que foi o mês de Agosto. Eu recordo ao Sr. Deputado que, aproximadamente em Setembro, o seu partido, através de um porta-voz ou até de vários, muito autorizados, começou a anunciar a moção de censura. Naturalmente que isto traduzia uma crise política. Ou a moção de censura não tinha nada a ver com uma crise política e era apenas uma questão de teimosia ou de afirmação de personalidade do CDS?

O Orador: — Sr. Deputado, nós falámos nessa altura de moção de censura, não para aplicação imediata, mas como possibilidade eventual de utilização em devido tempo e tivemos ocasião de esclarecer claramente o País de que a nossa posição seria a de pôr uma moção de censura ao Governo se até ao fim do mês de Novembro não se conseguisse um acordo tripartido ou o Governo não pusesse uma questão de confiança. Foi nesse sentido que nós falámos em moção de censura: era uma crise política, se não houvesse acordo até ao fim de Novembro; não era uma crise política em Julho, Sr. Deputado. O mês de Julho, tanto na política como no tempo, é um mês muito diferente do mês de Novembro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas eu queria dizer-lhe ainda mais uma coisa, em resposta a esta sua questão. Há outra diferença fundamental entre a proposta de eleições gerais antecipadas que nós podemos vir a fazer se a crise política se consumar e aquela que o seu partido fez: é que nós propomos essa solução, como saída para uma crise política, se não houver outra

no quadro desta Assembleia, e o seu partido propõe a convocação de eleições gerais antecipadas — e nessa medida é que nós o acusámos de procurar fazer chantagem sobre o Presidente da República — não para resolver uma crise, mas para evitar que fossem promulgadas leis que tinham sido aprovadas e votadas nesta Assembleia.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado, preste-lhe dois esclarecimentos.

Naturalmente a tomada de posições por parte dos partidos políticos é vasta, os escritos que contêm essas declarações são volumosos e certamente há sempre que aceitar que mesmo o presidente de um partido não tenha tempo de ler tudo, porque na verdade — e este é o esclarecimento — eu recordo-lhe que a nossa proposta de eleições gerais antecipadas era precedida de uma outra proposta de que o Sr. Deputado veio a reformular a terminologia e a formulação, a proposta de um Governo de plataforma que já nessa altura preconizávamo. Esta era a primeira questão.

Sobre a segunda questão, quanto às leis aqui votadas, Sr. Deputado, eu verifico, e assim testemunham os documentos mais recentes do CDS, que a contestação do CDS em relação a essas leis, numa perspectiva oposta, não é inferior à contestação que nós delas fazemos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Começando pelo fim, esclareço-o, Sr. Deputado, que há uma diferença enorme e abissal entre as duas posições, por mais que o Sr. Deputado possa pretender que são semelhantes: é que o Partido Comunista Português pediu a suspensão da Lei da Reforma Agrária pura e simplesmente porque não concorda com ela e tinha ficado vencido nesta Assembleia, ao passo que nós falávamo na revisão da Lei da Reforma Agrária não por termos ficado vencidos, mas como condição para entrarmos numa plataforma de que não fazímos parte até aí.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É completamente diferente a situação, Sr. Deputado. Nós queríamos rever uma lei como condição da nossa entrada num certo acordo político, os senhores queiram suspender essa lei como condição de revogação política de algo que a Assembleia tinha votado dias antes.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas não fica sem resposta a sua referência a dirigentes partidários que não leem as posições dos outros partidos. Tive ocasião de ler as suas. Lamento é que o Sr. Deputado não se recorde já das do seu próprio partido, porque na declaração por ele feita em Julho, quando propuseram eleições gerais

anticipadas, não propunham apenas eleições gerais anticipadas, nem propunham apenas um governo de plataforma ou um governo de gestão que presidissem isentamente às eleições. Pediam também muito especificadamente, não sei se se recorda a suspensão de leis que acabavam de ser votadas.

Risos do CDS.

Finalmente, quanto à referência à nossa designação de centristas e democratas-cristãos, o esclarecimento é muito simples: desde a primeira hora que o CDS se considerou um partido centrísta quanto ao método de actuação e um partido democrata-cristão quanto à ideologia e à doutrina em que se inspira, continuando, portanto, exactamente iguais, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Era somente para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Freitas do Amaral.

Há pouco respondeu a uma pergunta de um deputado do PSD de uma maneira muito lacónica e isso pode deixar pairar uma suspeição nesta Assembleia. Respondeu com um «sim». Eu gostava que especificasse esse seu «sim» nas circunstâncias, no lugar, no como e no porquê.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para responder.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Da melhor

O que eu quis dizer com o meu «sim» foi que efectivamente da parte do Governo e do PS houve uma proposta concreta no sentido de o CDS aceitar uma plataforma a dois, entre o CDS e o PS.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Como o Sr. Deputado certamente está lembrado, no memorando — não foi preciso fazer conversações para isso — dizia-se que se procurava um acordo com todos os partidos, com alguns partidos ou com um partido. Portanto, essa proposta foi feita a todos os partidos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Ministro sem Pasta, Jorge Campinos, aguardará a intervenção do Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Pedi a palavra para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, queira fazê-lo, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — É para protestar contra a afirmação feita há instantes pelo Sr. Deputado Freitas do Amaral.

Risos.

O CDS propôs ao Governo e ao Partido Socialista um acordo bilateral, acrescentando ainda que o Par-

tido Socialista deveria conduzir as negociações de maneira a levar o PSD à ruptura, dado que o PSD punha como ponto prévio, e contrariamente ao CDS, a questão da composição do Governo. Mais ainda: que nesse caso o CDS poderia considerar que havia ruptura da «convergência democrática» e que o CDS, contrariamente ao PSD, não via nenhum inconveniente na adesão do PCP a um acordo com o Governo, desde que esse acordo não fosse contrário ao acordo concluído entre o Governo, o Partido Socialista e o próprio CDS.

É esta a verdade. Confidencial por confidencial, eis também a nossa e também aí jogamos a nossa honra.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que a questão se pode esclarecer de forma muito rápida e muito clara.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Oxalá!

O Orador: — Quanto à questão do PCP, V. Ex.^a não revela a esta Câmara nada que não seja do conhecimento do País e consta da nossa contraproposta — está lá escrito.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O que dissemos, aliás de acordo com um texto que também o PSD tinha publicado — salvo erro a sua proposta de agenda para as negociações com o Governo —, é que não podíamos aceitar que entre os signatários da plataforma e terceiros se fizessem outros acordos que de algum modo pudessem contrariar ou afectar o sentido e o alcance da plataforma.

Foi isso que nós dissemos, é público, não tenho nada a retirar a isso. Foi isso que disse e é isso que manto.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente à sua interpretação quanto ao que nós poderíamos ter dito e à sua impressão de que nós poderíamos ter sugerido de que o PS deveria conduzir as negociações de forma a conseguir uma ruptura com o PSD, é fácil, logicamente, compreender, Sr. Ministro, que nós não dissemos isso nem podíamos ter dito, pois se o nosso objectivo fosse conseguir a ruptura entre o PS e o PSD, por que é que nós não teríamos assinado sozinhos a plataforma com o PS?

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Marques Mendes pediu a palavra. Tenha a bondade de me informar para que efeito é.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Era para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Queira então fazê-lo, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu queria fazer um protesto relativamente a algumas afirmações acabadas de proferir pelo Sr. Ministro Jorge Campinos e também a uma afirmação feita pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Eu não quereria entrar aqui, nesta Assembleia — e não entrarei, pelo menos para já e enquanto a tal não for conduzido —, em pormenores relativos a negociações. Quero dizer, no entanto, que foi claramente afirmado por nós nas negociações — e posso aqui afirmá-lo, inclusivamente sob minha honra, porque eu próprio o disse — que queríamos avançar para outros pontos, nomeadamente um dos pontos que consta da nossa contraproposta, e que é o problema da fórmula governativa. Volto a afirmar que quisemos avançar nas negociações. E na última reunião que a delegação do meu partido teve com a delegação do PS, em que eu estive presente, quisemos avançar inclusivamente para outros pontos, uma vez que tinha sido aceite a nossa agenda, assim como a nossa contraproposta. E quisemos avançar inclusivamente na discussão de problemas económicos e outros, e foi a delegação do PS que o não quis. Daí que eu não possa aceitar a afirmação, que o Sr. Ministro Jorge Campinos acaba de fazer, de que nós fizemos questão fechada e por essa razão não poderíamos avançar para outras questões. Poderíamos, sim, e isso aliás eu tive oportunidade de o salientar, invocando inclusivamente as conclusões do nosso Conselho Nacional de Bragança, em que dizímos que pôríamos como primeira condição a elaboração de uma plataforma e só depois de acordada essa plataforma é que se passaria a discutir, a fim de a encontrarmos, a fórmula de governo capaz de a concretizar.

Quanto ao problema que o Sr. Primeiro-Ministro levantou relativamente ao seu memorando, eu queria dizer-lhe que o memorando refere expressamente acordo ou acordos pontuais ou parcelares, mas isso, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que lhe diga, não tem nada a ver com a possibilidade de excluir este ou aquele partido em proposta formulada durante o decurso das negociações. Isso só podia resultar do próprio teor das negociações, se algum partido se auto-excluisse.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro sem Pasta, Jorge Campinos, pediu a palavra, certamente para formular um contraprotesto, não é assim?

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — É evidentemente para formular um contraprotesto relativamente à recente intervenção do Sr. Deputado Marques Mendes.

Queria protestar, porque o Sr. Deputado Marques Mendes não só expôs aqui uma posição que não corresponde à posição assumida na intimidade das negociações, mas sobretudo porque gostaria que o Sr. Deputado Marques Mendes, se o Sr. Presidente da Assembleia o autorizasse, me respondesse desde já às duas perguntas formuladas esta manhã. A p. 4 do seu memorando o PSD diz:

O PSD, respeitando o compromisso assumido perante os seus eleitores, entende que as suas promessas eleitorais só serão cumpridas se for

ou partido de governo ou partido de oposição, mas neste segundo caso o partido do Governo se quer governar sem nós, como é de seu direito, não poderá fazê-lo à nossa custa, isto é, com o nosso apoio parlamentar.

Protesto também, Sr. Presidente, porque tal não corresponde ao que está formulado a p. 7 desse memorando quando, ao referir-se a outras fórmulas de governo, o PSD diz:

Consideram-se inaceitáveis, entre outras, as seguintes fórmulas: Governo com a participação do PCP e Governo minoritário do PS ou de outro partido, com ou sem independentes por eles escolhidos.

Queria, portanto, perguntar ao Sr. Deputado Marques Mendes se poderá elucidar-me. Desde já lhe digo, Sr. Deputado, que, se por acaso conseguir explicar-me o significado, o conteúdo destas afirmações, estou perfeitamente à vontade para lhe dizer que nada compreendi nas negociações e que nada compreendi da leitura da sua proposta.

Vozes do PSD: — É natural!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Marques Mendes certamente quer responder, pelo que peço desculpa ao Sr. Deputado Acácio Barreiros, que está a aguardar a sua vez.

Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Quero, sim, Sr. Presidente, por duas ordens de razões: primeiro, porque o Sr. Ministro Jorge Campinos acaba com as suas considerações de pôr em causa a minha honra e a minha dignidade.

Vozes do PS: — Oh!...

O Orador: — Não se incomodem, Srs. Deputados, não se incomodem. Estejam calmos, que eu também estou.

Em segundo lugar, desejo fazer um contraprotesto. Primeiro, porque não quero duvidar da palavra do Sr. Ministro, mas também não admito ao Sr. Ministro que duvide da minha.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Não duvido, não duvido, Sr. Deputado.

O Orador: — E devo talvez de ora avante, quando for integrado em qualquer negociação, se porventura elas continuarem, ter de passar a exigir que se lavre uma acta devidamente assinada, o que será lamentável, mas pelos vistos terá de acontecer ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Apoiado!

O Orador: — ..., até porque temos experiências bem amargas de compromissos assumidos e não cumpridos e, se não o foram, não foi da nossa parte que isso aconteceu. E aqui o Sr. Ministro e eu próprio

poderemos referir muitos pormenores. Mas eu não queria fazê-lo, até por razões de ordem profissional, pois não estou habituado a trazer a público aquilo que se passa em gabinetes fechados, no segredo das negociações. Portanto não trarei para aqui pormenores das negociações, a menos que me continhem a provocar. Todavia, quando está em causa a minha honra e a minha dignidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu direi ao Sr. Ministro Jorge Campinos que não o aceito. Posso aceitar que ele não tenha compeendido o nosso memorando e até aceito que não tenha compeendido aquilo que foi dito. Quanto a este assunto, recordar-lhe-ei apenas que nós na nossa contraproposta dizíamos: primeiro, que a fórmula do Governo não era questão prévia nem questão fechada. Só apontávamo — isso citei-o e consta da nossa contraproposta, a página 33 — as fórmulas que seriam para nós inaceitáveis, porque qualquer delas, em nosso entender, poderia pôr em causa, e põe de facto, a democracia.

Quanto ao mais, repito, quisemos avançar outros aspectos e relegar para novo encontro a discussão desse ponto, como corolário das negociações em que nós estávamos empenhados, como sempre o temos estado, e foi-nos dito por elementos da delegação do PS, presentes na bancada do Governo, que não seria de avançar.

Quero por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que isto fique bem claro, e para já quedar-me-ei por aqui.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro Jorge Campinos pede a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Presidente, pode considerar a minha intervenção como um contraprotesto, se assim o entender, que será muito rápido.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Ministro, mas V. Ex.^a já protestou e já contrapropostou, pelo que não pode agora socorrer-se dessas fórmulas. Pode, porém, intervir a título de explicações, mas, sendo assim, o tempo será contado.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Darei então uma explicação muito rápida, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, não queria deixar de dizer publicamente que não pus em causa a honra nem a dignidade do Sr. Deputado Marques Mendes. Se por acaso assim o entendeu, peço-lhe desculpa publicamente, sem nenhum problema.

Em segundo lugar, queria dizer ainda ao Sr. Deputado Marques Mendes que quem começou por falar nessa questão da intimidade não foi a bancada do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Não foi a bancada, foi o Primeiro-Ministro.

O Orador: — Eu só quis demonstrar que, se escorrem esse terreno, também nos saberemos defender nesse campo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, pedi a palavra para invocar o Regimento.

V. Ex.^a tem dado repetidamente a palavra ao Sr. Ministro Jorge Campinos para protestos e contraprotestos. Nos termos do artigo 89.^º do Regimento, os Deputados podem pedir a palavra para esse efeito, mas, nos termos do antigo 90.^º, não está previsto que a palavra seja concedida aos membros do Governo para protestos e contraprotestos. Porventura o Sr. Ministro Jorge Campinos pretenderia falar ou pedir explicações, mas, em termos regimentais, penso que a palavra devia ser pedida e dada em termos adequados.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado e prezados colegas: Entendo que, estando o Governo a participar no debate, tem obviamente o direito de protestar e contraprotestar. Como ouviram há pouco, o Sr. Ministro Jorge Campinos já tinha feito um protesto e um contraprotesto. Foi essa a razão por que agora lhe concedi a palavra para dar explicações e portanto o tempo foi contado.

Finalmente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, tenha a bondade.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para fazer pedidos de esclarecimento relativamente à intervenção do Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Deputado fez, na sua intervenção, uma análise bastante longa, sobre a qual, infelizmente, por falta de tempo, não me poderei debater totalmente. No entanto, queria levantar uma questão que me parece ser muito importante e que é a seguinte: o que o Sr. Deputado Freitas do Amaral não explicou foi a razão por que o CDS apoiou o «1.º pacote» e porque é que esse «1.º pacote» falhou. É que eu penso que as medidas do «1.º pacote» falharam para a democracia portuguesa, mas não falharam para os grandes monopolistas. Seguramente, o CDS sabe, e o Sr. Deputado Freitas do Amaral com certeza também sabe, que, segundo o próprio relatório do Banco de Portugal e segundo os recentes relatórios da N.A.T.O. que têm sido divulgados na imprensa, antes de serem tomadas as medidas do «1.º pacote» já podíamos calcular que os grandes monopolistas portugueses tinham fugido para o estrangeiro com qualquer coisa como 25 milhões de contos, que então transformaram em marcos e dólares. E foi aliás essa inundação de escudos que começou logo por provocar a desvalorização do escudo no mercado internacional. Portanto, quando o CDS aplaudiu e apoiou a desvalorização de 15% do escudo, a primeira coisa que aconteceu é que esses monopolistas, que, entretanto, já tinham marcos e dólares em vez de escudos, viram o dinheiro que roubaram valorizado em 15%.

Em segundo lugar, o CDS considerou, na altura, que tal medida era o 25 de Novembro na economia, era o que o CDS preconizava. No entanto, o que se verificou foi o irremediável. É que, estando nós, como também o Sr. Deputado Freitas do Amaral na

altura seguramente sabia, numa situação em que havia capitais a mais depositados nos bancos aqui em Portugal, o que aconteceu logo a seguir foi que começou a especulação do escudo, o mercado negro do escudo e assistiu-se a que logo em Maio a balança de pagamentos começou a agravar-se.

Pontanto, eu queria perguntar primeiramente ao Sr. Deputado Freitas do Amaral se é ou não verdade que esses 25 milhões de contos levados para o estrangeiro ficaram a valer mais e portanto os grandes monopolistas ficaram com um maior poder de pressão sobre o nosso país e que esta foi a grande vantagem do «1.º pacote» para os monopolistas e a grande desgraça do «1.º pacote» para a democracia portuguesa.

Em segundo lugar, e como não tenho tempo, infelizmente, para fazer aqui a história das propostas seguintes do CDS, queria perguntar se não é à luz desse aumento de força que o CDS depois do «1.º pacote» começou a pouco e pouco a dizer que ia endurecer as suas posições, e isto porque evidentemente os monopólios estavam já com mais força no estrangeiro, e se não foi por essa razão que na lei do sector público e do sector privado o CDS protestou e não a votou, dizendo que esta lei não dava campo suficiente à iniciativa privada. E, como estávamos a falar nomeadamente das indústrias petroquímicas, que exigiam grandes investimentos, o Sr. Deputado Freitas do Amaral não estava seguramente na altura a falar dos pequenos e médios industriais, mas sim daqueles 25 milhões de contos então já valorizados com os tais 15% do «1.º pacote». Pergunto se é ou não verdade que o CDS mais tarde começou a dizer que o aspecto principal seria assentar o desenvolvimento no sector privado, começou a discordar, e discordou de facto, da lei das indemnizações, porque estas não eram pagas imediatamente e porque eram baixas — foi esse o aspecto principal que o CDS através do seu porta-voz, Sr. Deputado Amaro da Costa, na altura focou. Portanto, o que se passa é que realmente a atitude do CDS posterior ao «1.º pacote» foi a de aplaudir-no na altura, porque valorizava os capitais que tinham sido roubados pelos monopolistas, e a partir daí, tal como faz agora, vem exigir investimentos estrangeiros maciços — nestes investimentos estrangeiros lá vêm os dólares e os marcos dos Champallimauds e dos Quinhas.

Queria, portanto, perguntar se o conjunto de medidas que o CDS propõe, exclusivamente dizendo que temos de habituar-nos a viver com a inflação, isto é, com a subida de preços, não corresponde no seu todo às exigências que de facto esses monopolistas têm vindo a apresentar, nomeadamente através da CIP — exigem maiores facilidades, uma lei diferente da delimitação do sector público e do sector privado, isto é, mais sectores para as suas mãos, eles que têm agora mais dinheiro valorizado, o pacto social para que os trabalhadores não exijam o aumento de salários e ao mesmo tempo uma inflação constante, isto é, o habituar-nos a viver com uma subida de preços que lhes permita tirar rápidos lucros com os seus investimentos.

Eu não posso precisar melhor o meu pensamento, porque não posso quempar o tempo todo com pergun-

tas ao CDS. Gostaria no entanto que me esclarecesse, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para responder ao Sr. Deputado Acácio Barreiros, se assim o entender.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Naturalmente que eu também tenho de poupar o meu tempo, e portanto não o posso gastar todo com as respostas à UDP.

Risos do CDS.

Queria, no entanto, dizer-lhe muito simplesmente o seguinte: é claro que o Sr. Deputado não comprehende porque é que o CDS insiste no papel essencial da iniciativa privada para a reconstrução e a recuperação da economia portuguesa.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Compreendo, Sr. Deputado, compreendo.

O Orador: — Nós acreditarmos, na base da mola real que a iniciativa privada constitui, que é possível recuperar a economia portuguesa e portanto criar condições de vida e de justiça social para todos os portugueses, especialmente os mais desfavorecidos, do nível daquelas que eles quando emigraram vão encontrar nos países da Europa mais avançada. É nesse sentido que nós sustentarmos essas medidas, é nesse sentido que nos batemos por elas, é nesse sentido que considerarmos insuficientes os passos que têm sido dados. É por isso que temos estado a lutar, e não pelos faintas que o Sr. Deputado Acácio Barreiros vê.

Quanto à desvalorização do escudo, Sr. Deputado, ela era, infelizmente, inevitável, foi a constatação do fracasso de uma política económica e financeira, e não, infelizmente, o inicio da recuperação e da entrada numa nova política económica e financeira com mais sucesso. Mas essa constatação de insucesso teve de ser feita e a desvalorização do escudo foi tecnicamente uma medida infelizmente inevitável, e que portanto teve de ser adoptada.

No entanto, o Sr. Deputado Acácio Barreiros desculpar-me-á que eu não canse a Câmara com mais explicações. E eu tenho de compreender que o Sr. Deputado não possa entender todos os mecanismos da desvalorização do escudo, pois se o Sr. Deputado não entende coisas tão simples como liberdade e democracia ...

Risos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — O CDS é que é a democracia!

Nesta altura assumiu a presidência o Sr. Vice-presidente Vitor Sá Machado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama, igualmente para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Freitas do Amaral, pedi a palavra apenas para pôr duas questões.

A primeira é a seguinte: em tempos, o secretário-geral do PCP, Dr. Álvaro Cunhal, declarou que o Governo deveria ser substituído e que deveria ser formado novo Governo. Imediatamente a seguir o vice-presidente do CDS, Engº Amaro da Costa, declarou que estavam criadas as condições objectivas para ser aprovada aqui nesta Assembleia uma moção de censura ao Governo. Poderemos nós legitimamente concluir que nessa declaração se podia ver um desejo expresso do CDS de se coligar com o PCP para efeito da aprovação de uma moção de censura ao Governo?

Risos do CDS.

A segunda questão é a seguinte: o CDS anunciou, através da sua intervenção, que não poderia votar a favor da confiança ao Governo. Considera o CDS válidos, no plano parlamentar e no quadro político, os votos do Grupo Parlamentar do PCP se eles se manifestarem em sentido idêntico à posição expressa pelo CDS?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para responder ao Sr. Deputado Jaime Gama, se assim o entender.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Relativamente à primeira questão, o Sr. Deputado Jaime Gama, os Srs. Deputados, o País e o Governo podem ter a certeza de que o CDS não fará coligação com o PCP, nem sequer para derribar o Governo. Quero no entanto dizer que uma coincidência de votações negativas não é uma coligação positiva e o que o Governo não pode esperar nunca do CDS é que, por receio de uma coincidência negativa, renuncie ao direito constitucional que tem de pretender que o Governo seja derribado.

Aplausos do CDS.

Quanto à validade dos votos, é evidente que não está em causa nenhum problema de validade. Os votos desta Câmara são todos válidos, qualquer que seja o sentido em que sejam expressos.

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — E, quando nós chamamos a atenção do PS relativamente às consequências que podem advir de querer manter-se no Governo apenas com o apoio exclusivo do PCP, nós não estamos de modo nenhum a sustentar — longe disso essa ideia — que os votos do PCP só poderão ser válidos para derribar o Governo e não o podem ser para o manter. Claro que são válidos. O problema não está em saber se eles são válidos ou não, mas sim em saber quem é que está disposto a aceitá-los como fundamento exclusivo de se manter no Poder. É só isso, Sr. Deputado Jaime Gama.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Ainda para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra na altura para fazer igualmente um protesto. Como ela não me foi concedida quando a pedi e o protesto já não tem agora razão de ser, farei apenas um pedido de esclarecimento que tinha também para formular relativamente à intervenção do Sr. Deputado Freitas do Amaral, e que era o seguinte: o Sr. Deputado Freitas do Amaral, ao apontar as causas que, em seu entender, contribuiriam para a difícil situação económica em que neste momento nos encontramos, apontou apenas duas: a primeira, a gestão que denominou de gonçalivista; a segunda, a acção do Governo Constitucional. Gostaria de saber se, no seu entender, são ou não também aspectos importantes a considerar na criação da situação económica em que vivemos o aumento do preço das matérias-primas, em particular o preço do petróleo bruto, que quadruplicou, desde Setembro de 1973 até agora, em divisas, o aumento brutal da população portuguesa que se seguiu à descolonização e a crise internacional, quer nos seus efeitos em relação às indústrias exportadoras portuguesas quer nas dificuldades criadas pelo súbito estancar do processo de emigração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para responder, se assim o desejar.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Deputado António Guterres, quanto a essa matéria, eu penso que o Sr. Deputado tem toda a razão. Todas essas causas são relevantes e eu tinha dito na minha exposição que, entre outras, havia aquelas razões. Há todas essas e ainda há mais, pois há também os defeitos intrínsecos e os vícios profundos que vêm do antigo regime e que ainda hoje se fazem sentir. Mais o que eu não quero é que passemos toda a vida a imputar as culpas ao passado, em vez de assumirmos as responsabilidades por aquilo que não somos capazes de fazer no presente.

A ditadura corporativa do regime de 1933 também passou toda a vida a dizer que os problemas que tinha resultaram da I República e eu não queria, sinceramente, ver o PS, que é um partido democrático e que tanto lutou pela democracia, cometer os mesmos erros que se cometem na ditadura.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Serra.

O Sr. Jaime Serra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo: A discussão da moção de confiança colocada pelo Governo do PS à Assembleia da República torna indispensável uma explicação que permita não só a esta Assembleia como a todos os Portugueses julgar do seu significado e tirar as conclusões que se impõem.

Com efeito, para nós, comunistas, os trabalhos da Assembleia da República — e de uma forma geral a actuação das instituições democráticas — devem ser transparentes para que a democracia se não perca e as instituições sirvam o povo e não se contrapõham a ele.

Do voto da maioria desta Assembleia pode resultar, nos termos constitucionais, a manutenção do actual Governo ou a sua demissão.

Esta Assembleia é, pois, chamada a decidir não sobre uma qualquer questão de forma, não sobre uma qualquer questão política, não sobre uma questão de pessoas, não sobre a pergunta ou perguntas que o Governo formula, mas — quer se queira quer não — terá de decidir se o actual Governo, o seu programa e a sua prática política defendem e correspondem aos interesses do povo português e de Portugal ou se, inversamente, os contrariam; se o actual Governo e a sua actual política estão em condições de assegurar a solução dos graves problemas nacionais da hora presente.

No debate do programa, o nosso Partido teve oportunidade de afirmar que considerava que a formação, composição política e o Programa do Governo não correspondiam às exigências da situação, que o Programa apresentado pelo Governo a esta Assembleia anuncjava uma orientação que, a nosso ver, não dava resposta clara aos problemas políticos, económicos, sociais e culturais que atingem a sociedade portuguesa. Em muitos aspectos podia mesmo agravá-los.

O Governo chamado do PS sozinho formou-se sob o sinal do indiscutível aplauso do PPD e do CDS, com os seus elogios e o seu estímulo, com a colagem oportunista e calculista dos derrotados das eleições de Abril de 1976.

E na intervenção de encerramento do debate do Programa do Governo PS o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, sublinhava:

Os socialistas deveriam sentir-se preocupados por ver que apoios, louvores, ofertas de apoio e cooperação às suas pessoas e à sua política lhes vêm de sectores que eles próprios têm afirmado serem reaccionários.

E preventa:

A democracia portuguesa não está interessada em que se acentue a guinada à direita do Partido Socialista, não está interessada em que este passe a ser um partido que pelo seu programa e a sua prática política pouco se diferencia do PPD e do CDS, partidos que representam os interesses do grande capital e dos agrários.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A democracia portuguesa não está interessada em que se concretizem os planos da reacção para formarem na base do anticomunismo uma grande aliança das forças reaccionárias e conservadoras contra o povo trabalhador de Portugal.

E concluía:

Dir-se-ia que a direita, com a sua aprovação, os seus elogios e o seu estímulo, empurra o PS para um beco sem saída, para o qual ele próprio voluntariamente se dirige.

A discussão que se desenvolve neste momento na Assembleia da República e que terminará com a votação da moção de confiança representa afinal o fim desse beco para onde a reacção empurrou o PS e onde o tentou encerrar.

Durante cerca de dezasseis meses o Governo do PS sozinho foi por nós alertado, prevenido e, por vezes, duramente criticado.

Apoiando as medidas que julgámos correctas, votando contra todas as propostas de lei que claramente se inseriam numa política de recuperação capitalista, antifundista e imperialista, protestando vivamente contra os métodos administrativos e arbitrários e contra as violações das liberdades democráticas, o Partido Comunista Português, durante esses dezasseis meses, manteve coerentemente a posição então anunciada:

O PCP — declarámos — não irá adoptar uma orientação que venha a facilitar o avanço das forças de direita.

Medidas que o Governo venha a tomar contra as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas da Revolução, terão o nosso combate.

Medidas que o Governo venha a tomar que correspondam aos interesses dos trabalhadores, à defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, terão o nosso apoio nesta Assembleia e fora desta Assembleia.

Esta posição resumia afinal as razões que levaram o PCP a não apresentar uma moção de rejeição, certo como estava de que essa atitude era a que melhor servia os interesses dos trabalhadores e da democracia e a que podia contribuir para manter viva e possível a perspectiva de uma política democrática, uma política de esquerda em Portugal.

Vozes do POP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Quando da realização do VIII Congresso do Partido Comunista Português em Novembro de 1976, decorridos apenas três meses de actuação do Governo PS, as nossas preocupações obtinham já confirmação, embora a proximidade das eleições para as autarquias locais impusesse uma certa contenção às medidas antipopulares e antidemocráticas para as quais o Governo do PS estava voltado.

Com efeito, já nessa altura se anunciavam medidas restritivas das liberdades, como a regulamentação do direito à greve e do controlo de gestão, como a revogação da lei sindical, a revisão das leis dos despedimentos e o restabelecimento dos contratos a prazo. Já nessa altura o Governo monopolizava os meios de comunicação social, usava bens do Estado (TV, Rádio, jornais estatizados) para fins partidários, demagógicos, e consentia — quando não promovia — uma intensa propaganda antioperária e antipopular. Já nessa altura o Governo do PS sozinho

levava a cabo numerosos saneamentos à esquerda e tomava medidas para anular as transformações positivas no aparelho de Estado depois do 25 de Abril. Já nessa altura praticava no provimento de cargos públicos uma política de favoritismo e compadrio partidários, nem olhando à competência nem recusando a readmissão de elementos corruptos ou comprometidos com o regime fascista. Já nessa altura o Governo PS se mostrava incapaz de dar resposta a qualquer dos grandes e graves problemas que o País defronta, praticando uma política que, previsivelmente conduziria — como conduziu — ao rápido agravamento das condições de vida dos trabalhadores, à deterioração da situação económica, financeira e social, ao regresso a métodos obscurantistas e à submissão ao imperialismo.

No final do ano de 1976 o Governo PS sozinho enfrentou pela primeira vez o problema de obter a confiança desta Assembleia para a aprovação do seu Plano e do seu Orçamento para 1977.

Tornava-se então crescentemente visível que o Partido Comunista Português tinha razão quando repetidamente afirmava que o défice da balança de pagamentos aparecia como ponto de convergência e como expressão global das carências e dificuldades da economia portuguesa. Era também já evidente que o indispensável aumento da produção interna só seria possível na base de um grande esforço nacional com a colaboração entusiástica dos trabalhadores e enquadrado numa política de defesa das principais conquistas da Revolução.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As conversações que então se desenrolaram, entre o PCP, por um lado, e o PS e o Governo, por outro, visavam pela nossa parte garantir a consolidação e desenvolvimento do sector nacionalizado, o prosseguimento e defesa da Reforma Agrária — com respeito pelo princípio constitucional da participação dos trabalhadores —, com a concretização das expropriações na área da Reforma Agrária, com a defesa das unidades colectivas de produção e das cooperativas dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores.

Visavam, pela nossa parte, a fixação e controlo de preços e a garantia de abastecimento de bens essenciais e o estabelecimento de um cabaz de compras que defendesse efectivamente o nível de vida das classes mais desfavorecidas.

Visavam a manutenção do poder de compra e dos salários reais, evitando que fossem os trabalhadores, e só eles, a pagar a crise. Visavam, também, medidas de justiça fiscal, nomeadamente impedindo a fuga ao fisco dos altos rendimentos e dos rendimentos do capital em geral.

Visavam, finalmente, a garantia da independência financeira dos municípios e uma melhor distribuição das receitas públicas entre o Estado e as autarquias.

Importa lembrar agora que o Governo e o PS não só faltaram aos seus compromissos como prosseguiram durante o ano de 1977 objectivos contrários aos acima enunciados e acordados.

Foi assim que a entrada em vigor do cabaz de compras foi não só tardia como correspondeu à ele-

vação súbita e prévia dos preços do número restrito dos produtos assogurados.

Foi assim também que se alteraram os mecanismos de controlo dos preços, tornando na prática livres os aumentos e a especulação.

Logo no final de Fevereiro o Governo, através das medidas chamadas «do 1.º pacote», infringiu acordos anteriormente estabelecidos.

A desvalorização do escudo então decretada veio agravar todas as restantes medidas em prejuízo dos trabalhadores e da economia nacional e não resolveu nenhum dos problemas que pretendiam as justificavam, designadamente a diminuição dos défices das balanças comercial e de pagamentos.

Durante a interpelação feita nesta Assembleia sobre as medidas económicas de 25 de Fevereiro (o «pacote n.º 1»), o meu Partido teve mais uma vez ocasião de sublinhar que tais medidas, apontando prioritariamente e indiscriminadamente para a restrição de consumos e pouco ou nada adiantando em relação ao objectivo de aumentar a produção, não resolviam a crise e se limitavam a penalizar com uma forte diminuição do poder de compra aqueles que vivem dos seus salários e vencimentos ou de rendimentos fixos, isto é, os trabalhadores, as classes médias, os reformados e pensionistas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Era também evidente para nós que nada se exigia realmente aos capitalistas, que, vivendo de lucros e rendas variáveis, teriam caida vez mais dinheiro — mesmo se candidatamente admitissem que as suas percentagens de lucros não sofreriam alteração.

Em resumo: contrariamente aos acordos firmados pelo Governo e pelo PS quando da aprovação do Plano e do Orçamento para 1977, o primeiro conjunto de medidas económicas do Governo viria a provocar o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias, o aumento dos lucros e da vida folgada dos capitalistas.

O aplauso claro e mesmo entusiástico do PPD/PSD e CDS viria a demonstrar que o Governo do PS enveredara completamente pela aliança de facto com a direita reaccionária.

O presidente do CDS, Freitas do Amaral, exclamava, referindo-se às medidas: «Vieram tarde, mas vieram!»

E, triunfalmente, lembrava que o seu partido «já quando da formação do Governo e do debate do seu Programa, já quando do debate do Plano e do Orçamento para 1977, reclamou e apontou estas medidas».

E a que medidas se referia o Sr. Deputado Freitas do Amaral? Lembramo-las: a desvalorização, a «austeridade» para os trabalhadores, o aumento dos preços, o agravamento dos impostos. Uma só questão descontentava o CDS: seriam as medidas assim acimadas ainda insuficientes.

Também o Deputado Amaro da Costa, vice-presidente do CDS, se regozijava, falando em «vitória política do CDS» e frisando estar chegado o momento de viver «a unidade democrática à volta de objectivos comuns».

Mas o PPD/PSD não se mostrou menos entusiasta, nem menos concordante, nem menos triunfante com as medidas do «1.º pacote», congratulando-se com o que considerou o reconhecimento por parte do Governo da inadequação do Plano 77, classificando o «1.º pacote» de «plano realista».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Governo: Em Abril, o Comité Central do Partido Comunista Português constatava que o Governo do PS, pretendendo que a sua política visava a recuperação económica, escondia, na verdade, objectivos de recuperação capitalista e desde logo a tentativa de fazer pagar às classes e camadas laboriosas o preço da solução das dificuldades financeiras e económicas do nosso país.

A recuperação capitalista, com a entrega ao grande capital e aos grandes agrários das empresas que sabotaram e das terras que nunca cultivaram, já então não oferecia dúvidas a ninguém.

O apoio da OAP e da CIP e de outras forças reaccionárias, a cooperação e entusiasmo do PPD/PSD e do CDS eram por de mais evidentes e mostravam até que ponto o Governo do PS se havia transformado no instrumento de recuperação capitalista, latifundiaria e imperialista.

O Comité Central do Partido Comunista Português alertava para o risco de um desastre político que o PS corria ao prosseguir a sua aliança à direita, separando-se das massas laboriosas, perdendo a sua base de apoio, agravando os seus conflitos e divisões internas e arriscando-se a ser ulteriormente ultrapassado e posto à margem pelas mesmas forças reaccionárias que então o apoiavam.

Apelámos, nessa altura, mais uma vez, para os socialistas para que compreendessem que a democracia se defende com os trabalhadores e os democratas e não com os capitalistas e os saudosistas do passado.

Ante a ofensiva da reacção, ante a política antioperária e de recuperação capitalista o Governo PS, a classe operária e as massas trabalhadoras deram uma clara resposta, defendendo firmemente os seus interesses, as liberdades e as conquistas da Revolução.

Nas empresas, nos campos, nos estorilórios ou descendo à rua, em defesa do direito ao trabalho e da produção nacional, contra a legislação antioperária, contra a repressão patronal, às suspensões e despedimentos, contra o agravamento do custo de vida, contra a entrega de empresas intervencionadas ao patronato sabotador, pelo cumprimento e aplicação da lei do arrendamento rural e dos bairros, em defesa da Reforma Agrária, das unidades colectivas de produção e coloperaativas, bem como dos interesses dos pequenos e médios agricultores e rendeiros — centenas de milhares de trabalhadores, numa torrente de lutas travadas em várias frentes, constituíram um potente movimento de massas, base real da defesa das liberdades democráticas e das outras conquistas de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A classe operária resistiu à entrega ao patronato de empresas que os trabalhadores recuperaram e salvaram da falência com o seu sacrifício e esforço criador de que são símbolos os casos

da Mundet e Facar, escandalosamente desintervencionadas sem que os trabalhadores tenham sido consultados e contra a sua vontade.

Aplausos do PCP.

Na Mundet os trabalhadores mantêm heroicamente a laboração sem qualquer apoio do Governo, assegurando deste modo o produção, os postos de trabalho e o pão de cerca de um milhar de famílias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, a jornada de luta de 28 de Setembro dos trabalhadores da Lisnave e da Seitenave, contra o regresso dos Melos, acompanhados pela grande marcha do operariado da margem sul do Tejo, é outro exemplo brilhante da resistência dos trabalhadores à política de recuperação capitalista do Governo do PS.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Na zona da Reforma Agrária, os trabalhadores alentejanos responderam à ofensiva do MAP, visando a destruição desta importante conquista da Revolução, com grande dignidade e firmeza. Não só protestaram com energia contra a imposição pela violência de arbitrárias reservas e desanexações, às entregas das melhores terras aos antigos agrários, como, numa atitude patriótica, se lançaram com entusiasmo e confiança numa campanha de sementeiras sem precedentes, visando garantir o pão no próximo ano ao povo português.

Aplausos do PCP.

As grandiosas manifestações do 1.º de Maio e de 22 de Junho, assim como mais recentemente as manifestações das massas trabalhadoras em todo o País, com particular destaque para as de 18 no Porto e 19 em Lisboa, assim como no Alentejo, Braga, etc., ao mesmo tempo que confirmavam a unidade da classe operária e dos trabalhadores em volta da sua central sindical, testemunharam a sua vontade de se oporem à política de aliança à direita do Governo PS, à recuperação capitalista e agrária e às tentativas já então claramente avançadas de formação de um Governo abertamente de direita.

Ignorando todos os aiertas e avisos do PCP, o Governo PS, cedendo claramente às pressões da direita reaccionária, abriu caminho ao agravamento da crise económica, financeira, social e política.

A sua aliança de facto à direita incentivada a l'intriga reaccionária e fascista, a destabilização, as actividades provocatórias e conspirativas da direita. Nova série de ataques bombistas e a subida de tornos pasquins reaccionários comprovavam simultaneamente que a direita não se contentava com cedências pontuais e acabaria por exigir o próprio Governo.

O Governo do PS, surdo a todas as propostas de diálogo dos trabalhadores e das suas organizações, surdo às análises, propostas e sugestões da Conferência Económica do PCP, capitulou perante as exigências da direita e em aliança com esta fez aprovar na Assembleia da República um conjunto de medidas que constituem um instrumento jurídico que a reacção se propõe utilizar para a destruição das liberdades democráticas e das outras conquistas de Abril e para o assalto final ao Poder.

Foi no quadro destas alianças que a Assembleia da República legislou sobre a delimitação dos sectores público e privado, sobre o arrendamento rural, sobre a Reforma Agrária, sobre as indemnizações, sobre os despedimentos, sobre as comissões de trabalhadores e o controlo de gestão...

Consumava-se assim a contra-revolução legislativa, a que o Governo do PS abriu caminho com a sua política de capitulação às exigências das forças reaccionárias.

Foi neste quadro que a maioria PS-PPD/PSD-CDS fez votar a lei da contra-Reforma Agrária, destinada mais a restituir terras aos latifundiários expropriados do que a prosseguir e consolidar as medidas de reforma agrária já efectivadas e a assegurar o desenvolvimento da produção agrícola na qual as UCPs e cooperativas alcançaram brilhantes resultados.

Foi assim que essa mesma maioria aprovou a nova lei do arrendamento rural, proposta pelo PPD, que se destina não a proteger os rendeiros e a economia nacional, mas os senhorios ricos, anulando direitos alcançados pelos rendeiros depois do 25 de Abril e contrariando o investimento na agricultura e o desenvolvimento da produção agrícola.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foi assim que foi votada a lei das indemnizações, que, se integralmente aplicada, restituía ao grande capital expropriado pelo 25 de Abril o seu poder económico e lhe serviria de base para reconquistar o seu poder político. Tudo isto entregando mais de uma centena de milhões de contos à classe mais reaccionária e mais responsável por quase cinquenta anos de opressão fascista.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foi neste quadro que a mesma maioria votou a lei da delimitação dos sectores público e privado, que deixa suficiente margem de manobra para que o grande capital possa tentar corroer o sector público, quer esvaziando-o de sentido pela gestão privada de empresas públicas, quer instalando-se em concorrência desleal nos mesmos ramos industriais, quer servindo-se dele como instrumento de compensação dos ramos deficitários e permitir mais altos lucros ao sector privado.

Foi assim também que se alargaram os motivos de despedimento, que se votou a lei sobre as comissões de trabalhadores e controlo de gestão — esta declarada constitucional — e cujo sentido último era a limitação clara dos direitos constitucionais dos trabalhadores e das suas comissões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Importa sublinhar que no terreno da limitação dos direitos dos trabalhadores estas leis não só constituíram por si mesmas um poderoso instrumento ao serviço do patronato e contra os trabalhadores, como representaram um incentivo ao recurso cada vez mais frequente e arbitrário, à repressão e à perseguição.

Aplausos do PCP.

Os despedimentos aumentaram, as leis — mesmo estas leis — são desrespeitadas pelas forças reaccionárias, os dirigentes e delegados sindicais, os membros das comissões de trabalhadores e, em geral, os trabalhadores mais activos e prestigiados por defenderm os seus direitos são perseguidos e despedidos.

Por isso estas leis não se limitaram a restringir os direitos constitucionais dos trabalhadores e das suas organizações, mas promoveram e estimularam o aumento da exploração patronal e os ensaios de regresso aos métodos do passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Primeiro-Ministro Mário Soares tem declarado ultimamente que o PS não aceita um governo de coligação bipartido ou tripartido com o PPD/PSD e o CDS, nem aceitará formar maioria de direita com o PPD/PSD e o CDS.

É lícito e indispensável concluir que a legislação, por vezes anticonstitucional, aprovada precisamente pela referida maioria e contrariando mesmo aspectos importantes do programa do Partido Socialista e do programa do Governo actual, terá de ser considerada como um desvio de orientação cujas consequências e gravidade exigirão uma pronta rectificação.

Ou então teríamos de concluir que o Sr. Dr. Mário Soares e o PS não aceitariam a maioria de direita quando se trata da composição do Governo, mas estariam dispostos a aceitá-la sempre que se tratasse de legislar sobre aspectos que decidem no fundamental da orientação política do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Teremos de nos entender: uma política de defesa das liberdades e das conquistas da Revolução jamais poderá ser definida cedendo às pressões e ameaças da direita reaccionária.

Aplausos do PCP.

Um voto conjunto pode resultar de razões opostas e em definitivo o que importa não são as comparações numéricas, como aqui, aliás, foi feito, mas o saber-se que, nas leis que definam no fundamental a orientação política do Governo, a aprovação desta Assembleia da República só foi possível não por um mero voto conjunto, mas pela formação de uma verdadeira maioria política de direita, que correspondeu, aliás, à capitulação do PS face às pressões e chantagens da reacção parlamentar e extraparlamentar.

O Sr. Meneses Pimentel (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Na realidade, e já após a aprovação das leis acima referidas, o Governo do PS persistiu numa política de cedências e de aliança à direita.

O chamado «2.º pacote» quase poderá dizer-se que responde às exigências do CDS e do PSD quando reclamavam da insuficiência das medidas do «1.º pacote» e exigiam que fossem amplamente complementadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A demarcação que posteriormente (já no quadro da actual crise política) os dois partidos da direita pretenderam fazer só pode ser compreendida

dida como manobra tendente a forçar o seu imediato acesso ao Poder.

Dadas as consequências desastrosas do «1.º pacote» por eles tão aplaudido, e da ligação lógica do «2.º» ao «1.º», o que os partidos da direita pretendem é fugir às suas responsabilidades na política que apadrinharam, pressionaram e defenderam e aparecerem como uma alternativa, quando na verdade tudo quanto propõem apenas agravaria os lados negativos da política que têm seguido.

Aplausos do PCP.

O desemprego aumentou visivelmente não só pela procura do 1.º emprego, não só pelo regresso de portugueses das ex-colónias, mas como resultado claro da política do Governo.

Os salários reais dos trabalhadores sofreram uma diminuição que rondava em 1977, os 15 %.

O custo de vida aumentou brutalmente, estimando-se em 30 % a inflação durante o ano de 1977.

A desvalorização do escudo, de duvidosa contribuição para a melhoria da nossa competitividade externa, resultou seguramente no agravamento das balanças comercial e de pagamentos, no aumento da nossa dívida externa.

O endividamento externo aumentou brutalmente e colocou-nos nos primeiros lugares em valor percentual sobre o produto nacional bruto.

Reservas de ouro estão agora hipotecadas em mais de 50 % e a nossa situação em matéria cambial está muito próxima de uma ruptura, que faria o Banco de Portugal cessar pagamentos sobre o exterior, com consequências catastróficas para o futuro próximo dos interesses dos trabalhadores, da economia portuguesa e da independência nacional.

As exigências e chantagens da reacção interna juntam-se as tentativas de imposição de medidas económicas e políticas por parte do Fundo Monetário Internacional, medidas que nada têm que ver com os interesses de Portugal como pátria livre e independente e que, se aplicadas, resultariam num enfeudamento ainda mais grave e numa dependência ainda mais forte dos círculos mais reaccionários da finança internacional.

Aplausos do PCP.

Face ao agravamento progressivo da situação económica e financeira, social e política e à capitulação do Governo do PS expressa na sua aliança declarada ou disfarçada do Governo com a direita, o Comité Central do PCP, reunido em 31 de Julho, tomou a iniciativa de fundamentar e propor saídas democráticas para a crise que então formulou como o Governo de plataforma ou eleições gerais antecipadas.

As nossas propostas foram então duramente criticadas como inconstitucionais e mesmo desestabilizadoras.

Assim, o presidente do CDS classificou-a de «chantagem intolerável sobre o Sr. Presidente da República», acrescentando que as nossas propostas constituíam «injúria feita por um partido não democrático a um governo democrático», que não aceitava «nenhuma das propostas do PCP» e que uma das nos-

sas propostas, além de «contrária ao interesse nacional», era também «contrária à Constituição».

E concluía rotundamente que a saída única para as dificuldades eram as chamadas maiorias democráticas, acrescentando que: «a convergência democrática entre o PS, PSD e CDS é possível e passa também agora a ser necessária.»

Por sua vez, conhecidos dirigentes do PPD/PSD falavam de «uma vasta campanha contra o Estado democrático» (aludindo às propostas do meu Partido), acrescentando que com a nossa atitude mais não queríamos afinal que impedir a democracia portuguesa de avançar, de estabilizar, de se consolidar, e chegando ao ponto de declarar que a questão do Governo «nem sequer se punha».

Da parte do PS as reacções críticas não foram menos severas, chegando até a falhar-se em «derrota histórica do PCP», exigindo-se que o PCP deixasse de poder continuar a «incriminar o povo português» e garantindo-se de forma definitiva que o Governo Socialista não se demitiria e só deixaria de ser Governo «se o Presidente da República o entender ou se for batido por duas moções de censura aprovadas na Assembleia da República».

Nós perguntamos: como comentariam hoje estes críticos as suas afirmações de então?

Mas recordemos um pouco mais — e mais claramente — as propostas do Partido Comunista Português que levantaram tão azedos, inesperados e infundamentados ataques.

O Comité Central do meu Partido reafirmava a urgência da necessidade de um profundo exame conjunto da situação por todas as forças sociais e políticas, que sem discriminações, interessadas no processo democrático, com vistas ao estabelecimento de uma plataforma e à formação de um Governo que, respeitando a Constituição, fizesse sair Portugal das dificuldades actuais.

Aplausos do PCP.

Na referida reunião de 31 de Julho, o Comité Central do PCP insistiu na necessidade e possibilidade da recuperação económica através de um grande esforço nacional com a indispensável participação dos trabalhadores, no respeito pela diversidade das formações económicas actualmente existentes.

Insistimos nos perigos que para as liberdades democráticas advinham da cedência do Governo PS à direita. Insistimos que a necessidade de recurso sistemático a medidas repressivas constitui por si mesma a condenação de uma política num regime democrático.

Aplausos do PCP.

Insistimos particularmente na necessidade de travar o avanço da reacção e o recrudescimento da conspiração, das provocações, das actividades e propaganda fascista e das ações terroristas encorajadas pela cedência e aliança do PS à direita.

Insistimos na necessidade de defender a independência nacional, ameaçada pela política de recuperação capitalista e agrária, que se alimenta e simultaneamente serve de apoio à recuperação do domínio imperialista sobre Portugal.

Apesar do constante agravamento da crise e da insistência em prevenir e alertar para a política de desastre que resultava da aliança de facto à direita do Governo do PS, os meses de Agosto, Setembro e Outubro passaram sem que se tenha verificado qualquer reacção positiva por parte do PS.

Fazendo um balanço da situação, o Comité Central do Partido Comunista Português podia com certeza afirmar em 24 de Outubro que, a não serem antecipadas as eleições, a única alternativa democrática seria a elaboração de uma plataforma.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os resultados de tantas hesitações, cedências e capitulações do Governo do PS face às pressões e chantagens da reacção e do imperialismo saldaram-se neste momento, após dezasseis meses, por um quadro desastroso no plano económico, financeiro e político, pesado de consequências e de perigos para o bem-estar do povo trabalhador, as conquistas da Revolução, as instituições democráticas e a independência nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Comité Central do PCP, tendo examinado atentamente a crise que assim se desenvolve decorrente da política desastrosa do Governo e das actividades desestabilizadoras, chantagens, pressões e ameaças do PPD, CDS e de outras forças reaccionárias, tendo examinado o desenvolvimento nas últimas semanas da situação económica, financeira, social e política e os problemas colocados pela apresentação pelo Governo à Assembleia da República da moção de confiança, concluiu que a moção de confiança culmina o fracasso da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que conduziu o País à beira do desastre, culmina também o fracasso da fórmula Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

Aplausos do PCP.

A declaração política há pouco proferida pelo Sr. Primeiro-Ministro nada adianta em relação às graves questões que estão em causa: a necessidade de uma nova política, a necessidade de um novo Governo.

Pelo contrário que em relação à política quem em relação ao Governo, são utilizadas formas gostas e repetidas até à exaustão ao longo de dezasseis meses de acção do Governo PS.

Os termos da moção que hoje nos foi anunciada são tão imprecisos e escamoteiam de tal forma as questões essenciais que se pode dizer com verdade que servem para qualquer política e para qualquer fórmula governativa.

Aplausos do PCP.

Insistimos por isso em considerar que quer através da moção de confiança quer através da declaração política que pretende fundamentá-la, o que se pede a esta Assembleia é efectivamente um cheque em branco.

Aplausos do PCP.

Afirmou ainda o Primeiro-Ministro que, se o PS abandonasse «a posição de não alianças em que sempre se tem encontrado, seria isso um rude golpe para a democracia».

Pela nossa parte, sabemos bem em que se tem traduzido tal política de «não alianças».

Tal posição de «não alianças» conduziu nesta Assembleia à aprovação pelo PS, PSD e CDS do bloco de leis conhecidas entre os trabalhadores pela designação da contra-revolução legislativa.

Aplausos do PCP.

Tal posição de «não alianças» conduziu na sessão legislativa passada a abertura do PS, sim, ... mas à direita — nomeadamente na conhecida fórmula de abertura «designadamente do PSD».

Acaba o Sr. Primeiro-Ministro de afirmar que a predisposição ao diálogo e ao acordo que o PS julgava nessa altura encontrar nesse partido de direita se frustrou.

Pois bem. Num momento em que se consuma o fracasso da política do Governo PS, o estrondoso fracasso das receitas da direita que o Governo PS adoptou e aplicou, os efeitos desastrosos da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, apoiada, apadrinhada e estimulada pelo PSD e pelo CDS, seria tempo, a nosso ver, de o PS extrair amplas e profundas lições da sua longa prática de alianças com a direita.

Não o fazer representaria — isso sim — «um rude golpe para a democracia».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, insistimos uma vez mais que, qualquer que venha a ser o resultado da votação, os acontecimentos mostram ser indispensável para sair da crise e resolver os graves problemas que Portugal defronta uma nova política e um novo Governo.

Aplausos do PCP.

Os acontecimentos mostram também que uma alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual exige o acordo, o apoio e a intervenção dos trabalhadores, exige o entendimento entre os democratas portugueses, designadamente entre socialistas e comunistas, com vista à elaboração de uma plataforma que permita ao País sair das graves dificuldades actuais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PCP, por seu lado, continua e continuará aberto ao diálogo e à busca de um tal entendimento, qualquer que venha a ser a votação da moção de confiança agora em debate.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Como ninguém se inscreveu para pedidos de esclarecimento, pergunto ao Partido Socialista se o Sr. Deputado José Luís Nunes, que neste momento não se encontra na sala e que é o orador que está inscrito a seguir, deseja fazer a sua intervenção imediatamente.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, agradeço que se aguardasse alguns minutos porque o Sr. Deputado José Luís Nunes teve de sair, mas já foi chamado.

O Sr. Presidente: — Eu creio que será oportuno fazermos um pequeno intervalo de quinze minutos, se estiverem de acordo.

Pausa.

Como não há oposição, está interrompida a sessão.
Eram 18 horas e 45 minutos.

A seguir a esta interrupção reassume a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: Está reaberta a sessão.
Eram 19 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço ao Governo a esta Assembleia a concessão de um voto de confiança.

Fundamentou-o o Sr. Primeiro-Ministro na sua vasta e esclarecedora exposição que está certamente no espírito de todos.

Não se vai, pois, repetir ou resumir a argumentação já deduzida, mas tão-só sublinhar algumas questões de teoria constitucional e de prática política.

Sorrirão alguns perante a ideia «extravagante» de, no decurso de um debate, onde se põe a confiança no Governo venha alguém colocar problemas de estrutura constitucional.

Assim pensam todos aqueles para quem a Constituição da República Portuguesa é o momento já «ultrapassado» ou o resíduo incômodo de uma revolução que temiam e recusavam e perante a qual se definham como opositores inconsequentes dominados mais pelo medo — «Grande Medo dos Bem Pensantes», lhe chamou Georges Bernanos —, ou pelo terror de verem feridos os interesses instalados do que pela solene e soberana vontade de fazer triunfar o programa e o espírito do 25 de Abril: a instauração de uma sociedade democrática e pluralista capaz de servir de quadro à estruturação de um sistema socialista democrático se e como o povo português o quiser; é o quadro fundamental que serviu de base ao programa das Forças Armadas, feito em 25 de Abril de 1974 e reconduzido ao seu espírito inicial em 25 de Novembro de 1975.

A nossa opção é clara: defendemos a Constituição da República, consideramos, sem reserva, como única forma de estruturar a vida política nacional as fórmulas constitucionais.

Não é a manobra política, o boato, a injúria ou a calúnia, não é a notícia falsa ou tendenciosa que podem pôr em causa o Governo.

O Governo Constitucional poderá ser posto em causa, criticado ou censurado no local constitucionalmente definido: a Assembleia da República. E poucos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como o Partido Socialista, deram corpo à ideia da Revolução de 1889, de permitirem que os seus adversários se exprimissem em plena liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Alheio às paixões desencadeadas, o Governo Constitucional vem hoje a esta Casa pedir

um voto de confiança nos termos da Constituição da República Portuguesa.

Ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista — não seria necessário dizer-lhe — não põe este voto qualquer problema!

Partido democrático, estruturado na liberdade, o PS possui as estruturas necessárias a uma constante consulta das suas bases que, aliás, souberam escolher como dirigentes os homens capazes de interpretarem o seu modo de sentir e de expressarem a sua vontade.

O direcção do PS executa a vontade das suas bases, expressa em congresso. O Governo Constitucional aplica e expressa as grandes linhas de ação definidas pelos órgãos do partido, atenta a conjuntura e os superiores interesses nacionais.

Só um partido que pratique a democracia no seu interior pode garantir que actuará como partido democrático ao nível nacional.

Quem se não submete às ideologias democráticas dos órgãos partidários e prefere enveredar pelo caminho do «bonapartismo caudilhista» — como b. minúsculo, entendida-se — não pode dar ao povo português garantias de que respeitará a democracia ao nível nacional quando a não soube ou não quis respeitar ao nível partidário.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A Constituição define o processo de eleição e competência da Assembleia da República. Os Deputados, por natureza, são os legítimos representantes do povo que os elegeu e de cujos anseios devem ser intérpretes fiéis.

Nada permite considerar os votos de um partido mais legítimos do que os votos de outro partido.

É na legitimidade popular, obtida através do voto, que se funda a legitimidade da intervenção do Deputado.

E sendo os cidadãos todos iguais, os votos são igualmente todos iguais...

Neste sentido as palavras do Sr. Deputado Amaro da Costa quando afirmou não ver inconveniente em votar com o PCP uma moção de censura ao Governo...

As decisões da Assembleia da República não são, enfim, o somatório simples dos votos dos partidos, mas são sobretudo as decisões de um órgão de soberania que exprime a vontade do povo português.

É ao órgão de soberania e não ao partido a, b, c ou d que hoje o Governo se dirige e é de lá que espera uma manifestação de vontade.

Ao fazê-lo, confia em que o sentido do Estado acabará por prevalecer sobre os interesses partidários...

O contexto político em que este voto é pedido impõe uma análise criteriosa do sentido e da prática da oposição nestes dezasseis meses de Governo.

Ela tem-se situado, à direita, pela constante afirmação de que o Governo é incompetente e minoritário, e, à esquerda, por uma crítica global de que é expressão sintética a frase: «Recuperação monopólistica agrária e latifundiária.»

Da análise que ora se esboça ressaltará igualmente terem-se os partidos à nossa direita, e nomeadamente o PPD/PSD, sempre recusado a apresentar uma alter-

nativa de Governo, afirmando não competir à oposição apresentar alternativas, mas sim críticas e controlar os actos do Governo.

Na inexistência de uma alternativa de governo devidamente elaborada e dotada da necessária credibilidade política filia-se, certamente, a paupérrima argumentação centrada no carácter minoritário do Governo e na sua pseudo-incompetência.

A vida política ensinou-nos a procurar mais qualidades o seu significado real e esse só pode resultar de uma análise da prática política...

Desde logo ressalta uma nítida contradição entre a alegada incompetência do Governo e a vontade expressa pelos partidos à nossa direita de governarem em aliança connosco...

«Incompetentes» para governar sozinhos, somos os mais desejados e competentes dos aliados...

A incongruência aparece ainda, e enfim, aliada ao facto, irrecusável, de que, nos sectores onde um partido da oposição — o PSD — resolveu usar do seu direito parlamentar de interpelação (política económica e criminalidade), a incompetência, como toda a imprensa em geral salientou, não esteve de certeza nem na bancada do Governo nem na bancada do Partido do Governo.

Recorde-se até porque é curta a memória dos homens, a tese da «vitória moral» defendida pelo partido interpelante.

Melancolicamente — como é timbre — afirmava o Dr. Sá Carneiro, na interpelação sobre política económica em 7 de Março de 1977: «Não nos compete a nós vir a apresentar aqui uma alternativa, uma outra política económica, porque não viemos aqui para tentar derrubar o Governo. Também não viemos para lhe trazer apoio. Viemos, sim, para procurar esclarecer. E se do debate resultou, como felizmente sucedeu, um certo consenso, podemos todos festejar-nos, sem que ninguém se possa armar de triunfalismo. E sem que muito menos o Governo procure sair daqui dizendo: «Afinal não nos apresentaram uma alternativa, afinal somos a única alternativa.»

Raras vezes a inéptia e o farisaísmo terão um exemplo tão claro. Assim, recusando-se apresentar uma alternativa, recusando-se a trazer apoio ao Governo, recusando-se a derrubar o Governo, registando um certo consenso resultante certamente do esclarecimento obtido, o PPD, dentro da estranha injustiça e da singular ambiguidade que caracteriza o seu comportamento, faz votos para que o Governo não venha dizer o que logicamente saiu do debate: que por não haver outra alternativa, ele é a única alternativa!

Uma voz do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Não é mais brilhante o argumento fundado no carácter pseudominoritário do Governo.

Já devidamente escalpelizado na comunicação do Sr. Primeiro-Ministro, não deixa, no entanto, de merecer uma breve nota.

Oriundo do mecanismo constitucional, o Governo é um governo legítimo que não teve, no momento da apresentação do seu Programa, o voto contrário dos partidos da oposição.

Ameaçado, diariamente, com um voto de censura, viu-se o Governo obrigado a apresentar um voto de confiança para que os partidos possam assumir, em pleno conhecimento de causa, as suas responsabilidades e, pois até ao momento, nenhum partido da oposição se julgará habilitado a tal cometimento.

Contudo, o povo português não o compreendia, nem entendia uma crítica constante, flutuante, cheia de curvas e desvios certamente oriundos de certas mudanças de humor e que só apresentava uma conclusão firme e clara e que o Dr. Sousa Franco definiu de forma lapidar: «Queremos caras nossas no Governo.»

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e sobretudo Rafael Bordalo Pinheiro tinham aqui uma caricatura a fazer.

Risos do PSD.

A declaração é, talvez, simplificadora, mas o que se ganhou em síntese perdeu-se, talvez, em precisão...

Na verdade, o PPD/PSD não prossegue pura e simplesmente a ambição de ser governo, pois possui um plano político e governamental. Tal ressaltou, finalmente e com meridiana clareza, do teor das declarações de voto apresentadas por Sá Carneiro na Comissão Política do seu partido.

Na verdade, o esboço da situação feita na primeira declaração tornou-se meridianamente claro na segunda. Para Sá Carneiro, e, pelos vistos, para o PPD/PSD:

a) «Parece cada vez mais claro que o Presidente da República se movimenta na cena da pequena política...»;

b) «Essa actuação tem como consequência o Presidente da República aparecer como Costa Gomes do PS ou de uma clique presidencialista»;

c) «Nem ele nem o PS são capazes de fazer história, nem sequer de agir a nível de Estado»;

d) «Essa é a nossa missão fundamental. É necessário ir desde já pensando, falando na revisão da Constituição e eleição do novo Presidente da República.»

Ficava assim esclarecido o que o Dr. Sá Carneiro entendia por «fazer história» ou «agir a nível de Estado».

Tratava-se, em suma, de um projecto político fundado na «revisão da Constituição» e na «eleição do novo Presidente da República». Somente nalguns casos analisemos, com atenção, estes dois aspectos programáticos.

O pensamento do Dr. Sá Carneiro acerca da Constituição foi sempre instável e flutuante.

Na verdade, a Constituição da República Portuguesa foi inicialmente qualificada pelo ex-presidente do ex-PPD, como «marxista» e depois reivindicada como expressão do programa do PPD e «social-democrata».

Estas confusões resultantes mais, quero crê-lo, da tibieza ideológica do que de desconhecimento ou má fé comprehendem-se quando os conceitos de «marxismo» ou «social-democracia» foram hauridos no estudo incipiente dos manuais de vulgarização, falha própria daqueles que, ausentes da luta contra as

formas totalitárias do primeiro, em 1975, não estiveram presentes em nenhuma luta por reformas sérias e consequentes.

Não se diga que ao propor a revisão da Constituição da República Portuguesa, se aponta para a revisão constitucional que compete à próxima Assembleia da República.

Agitar a bandeira da revisão constitucional importaria que o PPD/PSD desse a conhecer a sua análise da prática constitucional até hoje seguida e os pontos em que ela se revelou inapta ou inadequada.

De resto, a prática constitucional tem demonstrado ser o esquema de órgãos de soberania, perfeitamente capaz de resolver as tensões políticas próprias da sociedade portuguesa, não se pondo abertamente em causa os aspectos fundamentais da organização económica e social e dos direitos individuais.

Pensar na «revisão constitucional» sem dizer como e porquê é menos a reflexão interessada na democracia e no aperfeiçoamento das instituições do que o agitar de uma bandeira e a criação de um álibi.

Sem uma alternativa programática de Poder propõe-se, sem critério ou fundamento, sem sequer se saber de que forma ou em que pontos a revisão deve incidir numa mudança da Constituição ...

E não só! Faz-se também, a quatro anos de distância, na eleição «do novo Presidente da República» ...

A impotência aliada à ambição de governar tornam o PPD/PSD presa fácil de um conjunto de mitos que outros agitarão na rua como bandeira ...

Não se vê assim mudado o circunstancialismo que impõe a formação de um Governo PS com independentes.

A aprovação do voto de confiança nesta Assembleia não modificará o caminho até agora seguido pelo Governo Constitucional.

O PS orientar-se-á pelas promessas feitas ao seu eleitorado na base do princípio de que não fará nem «maioria de esquerda» nem «maioria de direita».

Hoje, como ontem, mantemo-nos fiéis a essa perspectiva.

No decurso destes dezoito meses de Governo aprendemos ser essencial ao equilíbrio sociopolítico do País a fórmula governativa aplicada.

A aplicação determinada do projecto constitucional que define um amplo campo de acção susceptível de unir à sua volta a esmagadora maioria do povo português.

O Programa e a acção do Governo orientam-se, assim, por um escrupuloso respeito do diploma constitucional, sem que pretendêssemos visar a uma qualquer «recuperação capitalista, monopolista e latifundiária», para utilizar um jargão tão do agrado de alguns dos Srs. Deputados desta Casa.

O sincero desejo de se obter uma plataforma de governo capaz de unir os partidos e as formas sociais mantém-se, por nossa parte.

Não pedimos, porém, «cheques em branco». O Plano e o Orçamento são documentos de extrema importância que bem revelam as intenções do Governo. De resto, o voto favorável que esta Assembleia da República entender dar não enfraquecerá uma intenção dialogante que tem sido, deve dizer-se, a nossa forma de governar.

Temos sabido defender com firmeza as estruturas constitucionais, a democracia e a liberdade, na base de uma plataforma participada por todo o povo português.

A política impõe o assumir de princípios e de atitudes. É essa, talvez, a sua forma estrutural de seleccionar, naturalmente, os autênticos homens de Estado.

Os Portugueses têm naturalmente diferenças de opinião. A síntese unificadora ressaltará do respeito pelas instituições democráticas e pela livre adesão a um projecto nacional capaz de vencer a crise, transformar Portugal num país em que valha a pena viver, decepando de um só golpe o medo, a fome, a miséria e a angústia.

Numa Pátria velha de 800 anos, plena de um sentido de dever e de um destino, em que a luta contra a alienação e pela «filosofia das luzes» foi uma constante dos grandes espíritos desta terra, o mais imperioso dever da hora presente é afirmar que Portugal não confia nem precisa de «salvadores», porque crê nas energias, nas virtualidades admiráveis do povo português.

Fora da democracia e da liberdade, fora da tolerância e do diálogo mostra-o a nossa história, não existe qualquer «destino nacional».

É assim fácil e simples, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a resposta do Grupo Parlamentar do PS.

Seguros da nossa razão, firmes na defesa do nosso projecto, votamos a favor do voto de confiança posto a esta Assembleia pelo Governo Constitucional.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Pedi a palavra para fazer um curto protesto, muito simples.

Ouvi atentamente as palavras do Sr. Deputado José Luís Nunes, como aliás é meu hábito — e ouço-o gostosamente — e queria dizer que tanto eu como o meu grupo parlamentar ficámos um tanto perplexos perante o que acaba de dizer, porque, designadamente no que se refere expressamente ao meu partido e ao seu presidente, que neste momento não se encontra em exercício de funções, Francisco Sá Carneiro, ficámos sem saber se afinal o que estamos aqui a debater é uma moção de confiança ao Governo ou é antes uma moção de confiança ao Partido Social-Democrata.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Creio que viemos aqui para discutir uma moção de confiança ao Governo e não uma moção de confiança a um partido da oposição.

Talvez agora fique mais compreensível aquela pergunta que há bocado foi esclarecida pelo Sr. Deputado Freitas do Amaral e talvez isto explique a vasta campanha que nestes últimos dias tem sido urdida contra o Partido Social-Democrata e contra o Dr. Sá Carneiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É lamentável que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partido que apoia o Governo, em vez de vir aqui coadjuvar o seu próprio Governo na defesa da sua actuação para merecer a aprovação da confiança por este órgão de soberania, o qual saberá assumir as suas responsabilidades, venha antes escamotear clara e frontalmente o problema, sem que até agora tenhamos aqui ouvido razões efectivamente de fundo de uma política que possa ou deva merecer a confiança desta Câmara, procurando fazer ataques a partidos da oposição, ataques a personalidades que nem sequer aqui estão e que, inclusivamente, supomos ...

Apartes inaudíveis do Sr. Deputado Raúl Rêgo.

O Sr. Presidente: — Peço ao Sr. Deputado Raúl Rêgo o obséquio de não interromper.

Queira continuar, Sr. Deputado, mas peço-lhe também o favor de se limitar ao tempo disponível para protesto.

O Orador: — Sr. Presidente, tenho sempre muito prazer em ouvir os Srs. Deputados do Partido Socialista ...

Uma voz do PS: — Obrigado!

O Orador: — ..., designadamente o Sr. Deputado Raúl Rêgo, por quem tenho muito respeito e a quem ouço sempre com toda a atenção.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, lavro aqui o meu protesto, o protesto do Grupo Parlamentar do PSD, pela forma como por vezes se quer conduzir um debate que se devia centrar em pontos bem concretos, pois esta Câmara éposta perante um problema concreto, que é o de apreciar a actuação de um Governo que possa merecer a sua confiança. É de lamentar que se procure desviar do ponto fulcral a atenção desta Câmara e do povo português para problemas que não devem nem têm de ser tratados aqui.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes deseja responder?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Desejo, sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Começo por agradecer do fundo do coração ao Sr. Deputado Marques Mendes a oportunidade que me dá de pegar neste tema em que eu não quis pegar directamente, tendo-o feito só de raspão. Mas alguém lhe havia de pegar.

Em primeiro lugar, pensa-se que é só o Governo que está em causa perante o povo português, mas isto não é verdade. É também a oposição que está em causa pela forma como soube aqui, de uma maneira ou de outra, criticar o Governo e defender os interesses do seu eleitorado. Quando vejo certas pessoas arvorarem-se em críticos, penso sempre no

aprendiz de feiticeiro, pois eles não pensam que também podem ser criticados.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devo dizer que a melhor forma de uma pessoa se defender é acusar e o meu discurso é um discurso de acusação.

Voz do PS: — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Mau! Mau!

O Orador: — Ah! Eu acredito que seja mau, mas para o Sr. Deputado deve ser péssimo.

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a está a fazer um contraprotesto ou uma intervenção? Desejava saber, para efeitos de a Mesa poder regular o tempo.

O Orador: — É uma resposta, mas então faço um contraprotesto. O Sr. Presidente deu-me a palavra para responder ao Sr. Deputado Marques Mendes e foi nesse sentido que eu intervii.

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a deseja efectivamente responder às questões que lhe foram postas ou deseja contraprotestar?

Desculpe, Sr. Deputado, mas a Mesa tem de saber o teor da sua intervenção, para poder anotar ou não o tempo que despende nela.

O Orador: — Desejo contraprotestar, Sr. Presidente.

Quanto às personalidades que aqui não estão, por exemplo o PPID/PSD não tem sido dílio dúvida nenhuma em atacar várias personalidades que aqui não estão presentes. E faz muitíssimo bem!

O Dr. Sá Carneiro não está acima de nenhuma crítica quando, e sobretudo, não está presente por definição de vontade própria. Eu gostava de dizer — e aí dou a mão à palmatória, pois cometi um erro, o chamado *lapsus calami* —, que quando eu disse ex-presidente do ex-PPD devia ter dito também ex-Deputado desta Assembleia, porque pediu a suspensão do mandato.

Uma voz do PSD: — Não é verdade, Sr. Deputado. Não é ex-Deputado.

O Orador: — Para mim é ex-Deputado.

Por último, relativamente ao que aqui se falou há pouco nesta Assembleia, que de momento o Presidente do PSD não está em exercício de funções, tenho a dizer que não me pronunciarei, porque realmente não sei o que é o presidente de um partido que não está em exercício de funções.

Risos do PS.

É uma figura jurídica que desconheço. Ultimamente fala-se na campanha contra o PSD e o Dr. Sá Carneiro. Relativamente a este ponto, quero dizer o seguinte: eu comprehendo isso perfeitamente. A verdade é que não há campanha nenhuma, mas a mania da perseguição é um apanágio das personalidades fracas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Marques Mendes, pois decerto deseja formular um contraprotesto.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Certamente, Sr. Presidente.

Devo dizer ao Sr. Deputado José Luís Nunes que nem há mania da perseguição nem há personalidades fracas. Se quiser ler com atenção os órgãos de comunicação social que ultimamente se vêm referindo a afirmações feitas por Deputados e outros elementos do seu partido, verá que não se trata de um problema de mania da perseguição. Portanto, nem há personalidades fracas nem temos essas manias. Aceitamos as críticas, no entanto não personalizamos as críticas nem injuriamos quem quer que seja.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Críticamos uma actuação, o que é lícito a qualquer partido da oposição. Agora daí a injuriar personalidades ou que daí se possam extraír ilações como aquelas que, sem justificar, o Sr. Deputado José Luís Nunes acaba de fazer nesta Câmara, quanto a isso não podemos deixar de fazer um protesto e dizer que as repudiamos.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Deputado, para meu esclarecimento e até para minha própria informação, faça o favor de me dizer em qual dos textos ou dos pontos em que falei há alguma coisa que possa ser uma injúria, para eu saber do que se trata, pois se assim for, peço-lhe antecipadamente desculpa.

O Orador: — O Sr. Deputado disse na sua última intervenção que temos feito várias críticas e ataques a personalidades do seu partido não presentes e isso não é exacto.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Quer que eu comece?

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Queremos é que acabe.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Em primeiro lugar, eu não disse que o Sr. Deputado tinha feito ataques a personalidades do meu partido não presentes. Disse pior. Disse que tinha feito ataques a personalidades não presentes nesta Câmara e vou começar exactamente por uma que não é do meu partido e que é, por exemplo, o Dr. Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, a quem os senhores atacaram constantemente, não estando ele presente.

O Orador: — Sr. Deputado, até parece que está a falar para um espelho.

Risos do PSD e do CDS.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Não estou a falar para um espelho, estou apenas a dizer-lhe que,

quando se invocam princípios, os princípios são válidos para toda a gente. E desde a bancada do PCP à bancada do CDS, passando pela nossa ...

O Orador: — Uma boa autocrítica!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — ..., os Srs. Deputados do PSD fizeram várias vezes, legitimamente, ataques a pessoas que se encontravam ausentes e fizeram-no por um motivo: é que, como sabem, nesta Câmara têm lugar Deputados e podem também estar Membros do Governo. E, se por acaso nós obedecêssemos à singular — para não dizer outra palavra mais forte, porque as pessoas estão com a epiderme muito sensível — filosofia constitucional que impede a crítica das pessoas que estão ausentes, por exemplo nunca o seu partido se teria permitido atacar o governador civil de Bragança como atacou, porque ele estava ausente e não se podia defender. Portanto, os Srs. Deputados já atacaram aqui muitas vezes personalidades que estão ausentes, porque não podem estar aqui, e têm todo o direito de o fazer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Marques Mendes, tenha a bondade de continuar.

O Orador: — Eu não gosto de alimentar discussões estéreis.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Quando não convém.

O Orador: — Não, não é quando não convém, Sr. Deputado José Luís Nunes, e quando quiser eu estarei pronto para discutir consigo esses e muitos outros problemas. Eu conheço a sua verbosidade, mas também não a temo.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Eu também não.

O Orador: — Agora o que me parece é que, num momento tão grave para a vida do País, em que se discute e em que está em causa algo de que nós efectivamente não nos devemos desviar, que é uma moção de confiança ao Governo, não valerá a pena prosseguir. Lavro portanto aqui o meu protesto por tudo isso, Sr. Presidente, e também pela forma como o PS tem procurado desviar as atenções do cerne da questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: O nosso horário prevê para este momento o intervalo.

Vou informar os tempos disponíveis: Governo, 152 minutos e meio; PS, 112 minutos e meio; PSD, 121 minutos e meio; CDS, 46 minutos; PCP, 73 minutos e meio; UDP, 54 minutos.

Srs. Deputados, pedia aos presidentes dos grupos parlamentares e a um representante do Governo o obséquio de comparecerem imediatamente no Gabinete da Presidência, a fim e fazermos uma curta reunião.

A sessão está suspensa, para recomeçar às 22 horas.

Eram 19 horas e 40 minutos.

No recomeço da sessão, assumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Presidente: — Declaro reaberta a sessão.

Eram 22 horas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros para uma intervenção.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A UDP inicia a sua intervenção neste debate com a consciência de que se, por um lado, a política de cedências à direita reaccionária do Governo de Mário Soares quase comprometeu definitivamente o 25 de Abril, por outro lado, Portugal tem vindo a ser sacudido de Norte a Sul por gigantescas manifestações de trabalhadores erguidos na determinação de salvar a democracia, defender a liberdade, levar o 25 de Abril para diante.

Isto quer dizer que a situação actual não se caracteriza, como pretende o Dr. Mário Soares, por um crescimento da direita reaccionária diante de um povo indefeso e amedrontado, para quem o Governo actual é a última esperança de não acabarmos por ver o PPD e o CDS no Poder. Se é verdade que existe uma ofensiva reaccionária de grande envergadura, não é menos verdade que as últimas manifestações sindicais, mobilizando de norte a sul mais de um milhão de trabalhadores, submergindo e pondo a ridículo a manifestação fascista de Lisboa, dão-nos a certeza que hoje é impossível à direita reaccionária ir para o governo. Como disse o próprio presidente do PS, Dr. António Macedo, e nisso estamos de acordo, «um Governo PPD/CDS não durava oito dias». Mas é preciso dizer que as proclamações anti-PPD e anti-CDS proferidas ultimamente por alguns dirigentes socialistas não podem servir para esconder o sentido das grandes manifestações de trabalhadores. É que para os trabalhadores não se trata somente de impedir que o PPD e o CDS entrem para o governo, mas também de se opor firmemente à política antipopular e antinacional do Governo do Dr. Mário Soares. As recentes manifestações mostram a consciência dos trabalhadores portugueses de que, se queremos continuar e ter força para impedir que a direita reaccionária chegue a governar o País, é preciso começar por travar a actual política reaccionária do Governo.

Mas, ultimamente, até o próprio Dr. Mário Soares reconheceu que a direita reaccionária e o fascismo têm ganho arrogância e chegou mesmo a dizer que é necessário opor-lhes uma barreira intransponível. Poder-se-á ser levado a pensar que o Dr. Mário Soares, tendo tomado consciência da situação desastrosa a que a sua política conduziu o País, estaria disposto a uma viragem política contra a direita reaccionária e o fascismo, em defesa do 25 de Abril. Infelizmente, as conversações que tivemos com o Governo e mesmo o discurso do Sr. Primeiro-Minis-

tro desta manhã mostram claramente que não são essas as intenções da direcção do PS e do Governo.

Se o Dr. Mário Soares quisesse erger uma barreira ao fascismo, o mínimo que seria de esperar é que propusesse a revogação de toda a legislação que foi aprovada pela direita reaccionária, a começar pela Lei Barreto e pela Lei do Arrendamento Rural do PPD, mas também, por exemplo, a Lei das Indemnizações aos grandes monopolistas e latifundiários, a Lei de Delimitação do Sector Público e Privado, feita com o apoio do PPD, leis que mais não fazem do que asfixiar a democracia em cada dia que passa. Na verdade, como é que vamos opor uma barreira ao fascismo aplicando as leis da direita, sempre repudiadas pelos trabalhadores e claramente contrárias à Constituição, leis essas que, evidentemente, estão a reforçar o poder económico e político da direita reaccionária? Como é que vamos defender o 25 de Abril mantendo a pretensão de entrarmos para a CEE, o que sempre foi uma exigência do PPD e do CDS? Como é que vamos defender a independência nacional aceitando as condições do Fundo Monetário Internacional, que precisamente visam a nossa ruína? E, finalmente, como vamos combater o fascismo propondo ao povo um orçamento de miséria e de desemprego ainda maiores?

Se o Governo continuamente vem reforçando o poder económico e político dos grandes capitalistas e latifundiários e, assim, vem abrindo portas à ofensiva da direita reaccionária, acelerando a submissão ao imperialismo e aprofundando a crise económica, isso passa-se porque o Governo, ao invés de atender às reivindicações populares e prosseguir o caminho iniciado pelas massas trabalhadoras após o 25 de Abril, rejeitou todas as aspirações populares e acolheu de braços abertos aqueles que destruíram a economia do nosso país.

Será que as reivindicações populares, quer dos camponeiros quer dos operários e de outros trabalhadores, seriam impossíveis ou irrealistas?

Será que aquilo que exigem os pequenos e médios agricultores, em particular os rendeiros, é algo de impossível, de irrealista? Não será possível hoje, em Portugal, levar aos nossos agricultores alguma coisa que possa melhorar as suas condições de vida e satisfazer as esperanças que, apesar de tudo, ainda têm no 25 de Abril? Nós sabemos que já existem estudos sobre a produção de beterraba-sacarina, que nos permitiria poupar 3 milhões de contos de importações de açúcar. O mesmo quanto à produção de girassol para oleaginosas, que nos levaria a poupar 3 milhões de contos de importações, e ainda quanto ao tabaco e batata de semente, que correspondem a meio milhão de contos de importações. Para não falar já no facto de importarmos 8 milhões de contos de cereais.

É preciso dizer aqui que um país com as potencialidades agrícolas do nosso importa 26 milhões de contos de bens alimentares, o que corresponde a dois terços do défice da balança de pagamentos. O próprio plano da Dr.ª Manuela Silva dizia que era possível produzir rapidamente a maior parte do que importamos no campo dos bens alimentares.

Escusado será dizer qual seria o alcance de levar por diante esses planos. Pela primeira vez, os pequenos e médios agricultores veriam uma política que não seria só para cobrar impostos, mas lhes daria a possibilidade real de melhorarem a sua vida. Evidentemente que tais planos deveriam ser acompanhados com medidas contra os intermediários, nomeadamente criando circuitos de comercialização e armazenagem.

Mas os agricultores dizem, com razão: «Como é que este Governo é capaz de arranjar planos novos se ele, com medo de aborrecer os grandes intermediários, nem as batatas que por aí estão a apodrecer vem buscar?» Na verdade, este Governo recusa-se a combater os caciques fascistas, os grandes intermediários, os usurários, e vai deixando quem trabalha nos campos cada vez em pior situação. Não só nunca aplicou a anterior Lei do Arrendamento Rural, como agora avança com a lei do PPD, que é a lei dos senhorios ricos. Na Madeira, virou as costas ao projecto de lei dos caseiros, para apoiar a lei da colonia do PPD. E, ainda por cima, com os planos de entrada para a CEE e os acordos com o Fundo Monetário Internacional, querem baixar as tarifas alfandegárias para que os países imperialistas inundem o nosso mercado de produtos agrícolas, esmagando ainda mais as esperanças dos nossos agricultores.

Mas se é verdade que uma grande ameaça para a democracia resulta do facto de em vastas zonas do País e nas ilhas se ter mantido intacto o poderio económico dos grandes agrários, senhorios e intermediários, que dizer de um Governo que não só não ataca essas bases do fascismo, como lá onde o fascismo foi varrido, no Alentejo, onde os latifundiários perderam todo o poderio económico e político, volta a permitir essa situação com a reaccionária Lei Barreto, lança a GNR sobre os trabalhadores, tenta afogar as cooperativas e UCPs, que têm falta de créditos e dificuldades de escoamento. Essa política está a ser repudiada pelos agricultores e, em particular, pelos assalariados rurais, exigindo um Governo que apoie de facto quem trabalha nos campos e ajude na luta contra os exploradores. Em particular, as manifestações da zona da Reforma Agrária do passado dia 28 tiveram o significado claro da determinação de impedir a aplicação da Lei Barreto e de lutar por um Governo que apoie a Reforma Agrária e permita que ela sirva Portugal. Não é outra a aspiração dos assalariados rurais alentejanos e ribatejanos.

Por outro lado, será que não é já possível parar o aumento do custo de vida? Nem sequer dos bens de primeira necessidade? Na verdade, vendo a crise com que se debate a agricultura portuguesa, os imperialistas e os intermediários tratam de ir fazendo subir sempre os preços perante a benevolência do Governo. E ainda por cima o Governo prepara-se para cortar os subsídios aos preços. Na verdade, toda a dona de casa sabe quando é que vai haver aumento de preços. Os produtos começam a desaparecer do mercado, não porque tenham sido comprados, mas porque são aqüabarcados, pois quando os preços sobem, logo reaparecem, como por encanto, para logo a seguir desaparecerem à espera de novos aumentos.

E diante disto tudo, diante desta subida do custo de vida, ainda aparecem os arrogantes imperialistas do Fundo Monetário Internacional a dizer que é necessário reduzir o consumo. E este Governo dobrase às suas exigências, recusa-se a criar circuitos de comercialização e a apoiar a agricultura, e vem propor um aumento de 22 % nos preços para o próximo ano.

Ao mesmo tempo, propõe o Governo no seu memorando não permitir o aumento de salários em percentagens superiores a 15 %. Ou seja, continuar-se-ia a política das portarias, continuar-se-ia a congelar os contratos colectivos de trabalho, que se encontram, muitos deles, há já mais de três anos nas gavetas do Ministério do Trabalho. Os salários não poderiam subir mais do que 15 %, enquanto os preços atingiriam, segundo tudo indica, um aumento superior aos 22 %. Tal é a política do Governo em matéria de preços e salários.

E quanto aos despedimentos, que dizer de um Governo que já arrumou na prateleira o Plano para quatro anos, que, pelo menos, previa uma diminuição do desemprego, que dizer de um Governo que publicou uma lei que permitiu milhares de despedimentos? E tudo isto para agradar ao grande capital e ao Fundo Monetário Internacional, que exigem não uma economia ao serviço do nosso povo, mas sim transformar Portugal numa simples província da Europa, onde seja considerado rentável somente o que interessa à Europa dos monopólios. E aqui chegamos à questão central que o Dr. Mário Soares levanta no seu memorando e quer ver passar nesta Assembleia: o empréstimo de 30 milhões de contos. Será que tal empréstimo é compatível com verdadeiros projectos agrícolas e com o desenvolvimento industrial que nos permitam que no futuro já não precisemos de novos empréstimos e vejamos assegurada a nossa independência nacional?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que no próximo ano vamos pagar de juros e amortizações anteriores, e muitos desses empréstimos ainda foram contraídos pelo regime fascista, a quantia de cerca de 20 milhões de contos, ou seja, dois terços do grande empréstimo voltarão directamente para os bolsos do imperialismo. Em segundo lugar, teremos um decréscimo do ritmo de crescimento para cerca de 2 % a 3 %, o que significará maior desemprego e maior dependência. Em terceiro lugar, o Fundo Monetário Internacional pretende a redução das tarifas alfandegárias, o que indica ainda mais facilidades para a colocação dos produtos dos países que fazem o empréstimo e têm como consequência maior ruína para a nossa economia e, principalmente, para a agricultura, que se verá defrontada com a concorrência de países muito mais desenvolvidos. Em quarto lugar, é imposto o desenvolvimento apenas dos ramos industriais e agrícolas que lhe interessam. É essa a razão por que, enquanto os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira propõem um projecto para passarmos a produzir tractores e camiões, o Ministro Nobre da Costa anda a pensar entregar a Metalúrgica Duarte Ferreira à Renault para um plano de produção de automóveis que mandará para o desemprego mais de mil operários dessa empresa. É por isso que a reconversão da frota pesqueira e os pla-

nos de reconversão agrícola ficam na gaveta, para que os imperialistas possam continuar a vender para cá os seus produtos e nós a gastarmos o dinheiro dos empréstimos a comprá-los, ficando cada vez mais endividados, cada vez mais na dependência deles.

Prosseguindo a política ruinosa dos empréstimos e das desvalorizações do escudo, o que foi agravando cada vez mais a nossa dívida externa, o Governo só vê uma saída para equilibrar a balança de pagamentos: atrair capitais imperialistas oferecendo-lhes mão-de-obra barata, a possibilidade de despedir trabalhadores em qualquer momento e um movimento sindical amarrado a um pacto de miséria.

Assim se comprehende porque quer o Governo continuar com a política dos 15% de aumento de salários, mantendo congelados os contratos colectivos de trabalho; assim se comprehende o que é o pacto social de que o Dr. Mário Soares começou a falar no regresso de uma das suas viagens da Europa.

Chega a tal ponto a política do Governo que, agora, com o pacote n.º 2, passou a tratar os próprios monopolistas portugueses, que fugiram para o estrangeiro com milhões de contos, como investidores estrangeiros, e portanto passam a investir com as mesmas regalias dos outros investidores estrangeiros.

Quer dizer: o Governo tentou fazer um acordo com os monopolios e, ao mesmo tempo, manter a democracia. Desvalorizou o escudo à espera que os monopolios investissem, deu-lhes cem mil contos de indemnizações à espera que eles regressassem, deu-lhes as regalias de investidores estrangeiros, fabriou leis com os partidos dos monopolios — o PPD e o CDS —, chegando ao cúmulo de permitir a criação de sociedades de financiamento à margem da banca nacionalizada.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Que horror!

O Orador: — Mas enquanto ia esperando que os Mellos, os Champallimauds, viessem investir os 40 milhões de contos que levaram deste país, a dívida externa foi-se agravando e, naturalmente, foi-se agravando o défice da balança de pagamentos. E agora os partidos dos monopolios — o PPD e o CDS — aparecem a dizer que só haverá investimentos maciços para equilibrar a balança de pagamentos se for revista toda a legislação, subirem os preços, congelarem os salários e se permitirem despedimentos maciços.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Isso não é de mais?

O Orador: — À frente de todos eles está Sá Carneiro, a exigir o fim da Constituição, lançando-se em manobras com Pires Veloso. No fundo, o que eles querem é o fim do 25 de Abril, a criação de um governo autoritário e fortemente repressivo que impõe pela violência a exploração desenfreada do povo, condição para os monopolios investirem e obterem os seus superlucros.

Afinal, esta situação criada pelo Governo apenas demonstra o que sempre dissemos e o que as grandes jornadas do 28 de Setembro e do 11 de Março

já tinham provado: que a democracia é incompatível com os monopolios e que é criminosa uma política de cedências aos grandes monopolios, porque isso nos arrastará para o fascismo.

É precisamente devido à gravidade da situação que hoje, em Portugal, se torna necessário opor uma barreira ao fascismo; isso significa travar a política do actual Governo, para que o PPD e o CDS não continuem a ganhar força; isso significa não querer aqui o Fundo Monetário Internacional, acabar com a política dos empréstimos e assentar todo o esforço económico na força dos trabalhadores, levando por diante projectos de reconversão industrial e agrícola ao serviço do nosso povo, e, ao mesmo tempo, desenvolver as relações internacionais de país a país e, antes de mais, com os países progressistas que estejam também em dificuldades e com os quais possamos, em conjunto, fazer frente ao imperialismo.

Tais medidas têm o significado de acabarmos de vez com conciliações com os monopolios, não lhes pagando mais indemnizações, nem sequer as dívidas por eles contraídas antes das nacionalizações.

Tal é o esforço gigantesco que se pede às forças democráticas e a todo o povo.

É um caminho que exigirá sacrifícios, mas que nos permite superar a crise que o País atravessa, melhorar as condições de vida do nosso povo, a caminho de uma economia independente e de progresso.

Ora não é este o caminho que o Dr. Mário Soares propõe no seu memorando. Pelo contrário, quer seguir a mesma política que tem seguido até aqui. Se os trabalhadores aceitam isso, então amanhã ainda estariam mais arruinados e os monopolios e os seus partidos — o PPD e o CDS — estariam mais fortes. Por isso, os trabalhadores, as forças verdadeiramente de esquerda deste país, nada têm a ver com a política deste Governo, e continuarão a lutar por travar a actual ofensiva reaccionária, criando as condições para levar ao Poder um governo que cumpra a Constituição, que ataque, nos actos e não só nas palavras, os monopolios, os latifundiários e o imperialismo, e, apoiado na força de quem trabalha, dê passos concretos a caminho da Pátria livre e socialista por que lutamos — um Governo do 25 de Abril do Povo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Em situação de ansiedade e de crise, entendeu o Governo dever pedir a esta Assembleia o voto de confiança. Logo no momento da discussão parlamentar do Programa de Governo, nós, sociais-democratas, o convidamos a apresentar a questão da confiança, a fim de clarificar os apoios de que contava e as oposições que se lhe deparavam. Julgamos, pois, que fez agora bem; mas fazer bem tarde de mais e a destempo é só fazer menos mal. O Governo entendeu que devia pôr agora a questão da confiança, dada a gravidade nacional de problemas que se lhe deparam e que deixou acumular sem

prévio consenso maioritário — os da votação do Orçamento, do Plano e as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Ao fazê-lo, reconhece implicitamente a nossa razão, quando viemos advertindo de que uma minoria de um terço não tinha condições para sozinha levar avante as exigências difíceis da governação e da mobilização nacional neste momento decisivo e delicado da vida de Portugal, pois se viu obrigado, ele Governo, a vir pedir agora, em cima do prazo, o acordo prévio dos partidos da oposição. Confessou o Governo a gravidade da situação nacional, não ousando assumir responsabilidades que, como Governo (minoritário, porque o quis), lhe cabe assumir exclusivamente, ou sujeitar-se a ver aprovar ou rejeitar na Assembleia por uma oposição à qual sempre recusou negociações para qualquer acordo estável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Criou assim ele mesmo, em momento por si escolhido, uma eventual crise governamental, que poderá resultar da rejeição de voto no caso de ela se dar — e da escolha da ocasião da crise como das suas consequências é o Governo exclusivo responsável, dado saber de antemão qual a atitude que, pelo menos da nossa parte, poderá esperar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se a confiança for rejeitada, a ele cabe, pois, como partido mais votado, propor em primeira linha uma solução alternativa ao Sr. Presidente da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E cumple-lhe assumir agora as consequências de sempre...

Risos do PS.

O Orador: — ... ter recusado os acordos que várias vezes os partidos da oposição democrática, especificamente o PSD, lhe propuseram, sobretudo quando começaram a ver a ineficácia crescente da acção governativa, a urgência de definir com coerência e precisão os seus princípios orientadores e de criar condições para um apoio parlamentar e nacional que fosse estável e maioritário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo e o PS deram, assim, origem a esta situação, e assim o imputam, quando optaram fórmula minoritária do Governo sem qualquer acordo prévio de apoio parlamentar estável; e contribuíram para o seu agravamento não só por uma acção governativa crescentemente indeterminada e ineficaz como pela recusa ao longo de meses de quaisquer acordos que não fossem pontuais e localizados na Assembleia da República. Só agora, perante decisões que lhe competem, como Governo ao qual a oposição tem concedido raras facilidades para poder governar, hesita ao ver chegado o momento de prestar contas dos resultados da acção

governativa, designadamente no domínio económico e financeiro. Enfim, o Governo reconhece que, como era previsível, sem apoio maioritário não pode executar, obtendo a adesão do País, uma política de austeridade. Tarde, mas reconhece. Cabe dizer, todavia, que o momento é mal escolhido: estamos numa ocasião de grandes dificuldades financeiras, perto, porventura de rupturas cambiais; e o Governo, tendo convencido o povo português no quadro de uma política de facilidades da realidade e segurança da operação do «grande empréstimo», vem afinal confessar que ela depende de negociações que deixou arrastarem-se sem conclusão e para as quais pede o acordo dos partidos da oposição, que nelas não meteram prego nem estopa. Por nós, decidiremos sempre à luz dos interesses do povo português, mas nunca sob pressão ou coacção, ou pelo mero interesse do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao povo português, dia a dia mais aflito em condições de incerteza psicológica, insegurança de vida e crescentes dificuldades materiais, devemos dizer aqui, e desde logo, uma palavra de responsabilidade e de esperança. Próprio da democracia é este acto, em que se vai apurar se o Governo merece a confiança dos partidos em que os Portugueses votaram e que devem julgá-lo, com base na representação popular que a todos cabe, obrigados que estamos a exprimir aqui os anseios, as queixas e os desejos da parcela do povo que nos elegeu e a cujo serviço tem de estar também o Governo como todos nós. Em democracia, a queda de um governo — se se verificar — não representa, como em ditadura, uma ruptura no sistema; é somente — se se verificar — uma normal substituição de equipas, e poderá até contribuir para que o Sr. Presidente da República crie condições para que uma nova equipa governativa, com novo programa e melhores condições de eficácia, venha a governar Portugal, com uma nova política democrática de salvação nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se o Governo prosseguir, ele ter-se-á então tornado, ao menos no apoio parlamentar, como que maioritário, pois o seu programa e a sua acção passarão a estar condicionados, e terão sido assumidos, pelo partido ou partidos que lhe derem apoio: votar a confiança é passar a ser suporte e co-responsável pela acção do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quer o Governo caia, quer se clarifique apenas quem o apoia e quem se opõe, este acto democrático é, pois, positivo, apesar de só tão tarde haver sido provocado pelo Governo e pelo PS, num momento de grave crise cambial, num Dezembro de incerteza e intransquilidade. É positivo porque ou se cria ensejo para a substituição do Governo ou cessa a sua fórmula minoritária no que se refere ao apoio parlamentar. Teremos, em qualquer caso, o que tivermos, ainda que não para alguns de nós o que quisermos. E devemos aceitar isso em normali-

dade, com serenidade, sem dramatismos: a situação é grave, mas, em democracia, os Portugueses hão-de saber vencê-la.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Respeitando outra exigência do debate democrático, não desceremos, nós os sociais-democratas, nunca ao nível das pequenas críticas, do ataque pessoal ou do insulto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Comportar-nos-emos com a dignidade que o povo português exige dos que o representam e — sem prejuízo do desagravo da nossa dignidade pessoal e partidária — nunca desceremos ao nível que certas actuações partidárias dirigidas contra o PSD têm atingido nos últimos dias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Cada um tem a sua estatura moral: ao povo português cabe julgar. A cada um a sua responsabilidades pelas atitudes que tomar. E não pensem o Governo, ou o PS, que conseguirão criar falsos temas de discussão, refugiando-se numa manobra de «oposição à oposição» ou trazendo para aqui questões que nada têm a haver com a confiança ao Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não nos afastaremos do que está verdadeiramente em discussão: merece ou não este Governo, em nossa maneira de ver, a confiança desta Assembleia?

Qualquer que seja o resultado do debate, ele apenas servirá para confirmar a democracia e não para a enfraquecer. É este o nosso voto e a nossa convicção, confiados na maturidade do povo português. O julgamento político da acção de um governo é um acto democrático por exceléncia, que demonstra, na prática, que os governos são mandatários do povo e que lhe prestam contas; não são estruturas de força, que só em clima de guerra civil ou com apelos à acção de rua ou gritos «às armas» podem pôr-se em causa ou ser defendidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quem não atacar, ou se defender, com as formas democráticas da razão e do voto, com serenidade e consideração pelo interesse nacional, demonstrará que, afinal não entende o que é democracia. E como afirmámos ao encerrar o debate sobre o Programa do Governo, pela voz de Sá Carneiro — se porventura este Governo falhar, não falhará por isso a democracia, pois ele não é a única nem a última alternativa.

A discussão da confiança ao Governo não pode, até pelo escasso tempo que lhe é consagrado, dar azo a um exaustivo debate sobre toda actuação do Governo. É aliás esse debate que, através de perguntas ao Governo, de ratificações, de interpelações, de

requerimentos, da própria actividade legislativa, dos debates orçamentais, do Plano e das mensagens do Governo, o PSD vem fazendo desde Agosto de 1976, propondo nas suas críticas, nas suas intervenções, nos seus projectos, a sua alternativa de política. Nem nos interessa apenas averiguar o grau de execução do Programa do Governo, ponto esse que proporcionaria, desde a verificação de mais de quarenta prazos por cumprir, à própria realização dos objectivos e directrizes dele constantes, um juízo desde logo forçosamente negativo. Assim, das medidas específicas previstas no Programa do Governo, podem considerar-se razoavelmente executadas 95, e em execução parcial 75. Estão de todo por executar 206, algumas com a maior urgência e prometidas para prazos já ultrapassados, e encontram-se, na melhor das hipóteses, em face de estudo preparatório, 108. Quando se fala de ineficácia do Governo, não se usa um slogan vago: menciona-se um facto, que os Portugueses sentem no seu dia-a-dia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não aceitaremos, também, abordar aqui exclusivamente o conteúdo do «memorando» que o Governo apresentou aos partidos. Não vamos agora discutir a lei do Plano, que dentro de dias subirá ao Plenário da Assembleia — mas pergunto como, aprovada pelo Governo em 26 de Novembro, poderia ela ser objecto de negociações que o Governo praticamente encerrou no dia 30 de Novembro? Nem discutiremos a lei do Orçamento, que também em breve será debatida na Assembleia. Importa, isso sim, para nós, averiguar em que medida este Governo tem começado a atacar com determinação, eficácia e um projecto coerente os problemas de fundo da sociedade portuguesa, tem começado a satisfazer as necessidades concretas do povo português, importa averiguar em que medida a sua continuação em funções é desejada pela maioria do povo português, e em que medida, no âmbito de um programa de Governo, que é dele e não nosso, que contém soluções que não são sociais-democráticas e que logo em Agosto de 1976 dissemos não conter uma estratégia de ataque à crise, tem o Governo prosseguido ao longo destes dezasseis meses, os grandes objectivos nacionais que lhe estão cometidos, e que garantias dá na execução deste programa de poder executá-los.

Para nós, alguns grandes objectivos e linhas de força serão necessários neste momento para provar em democracia que, ao contrário do que se afirmou sobre a ditadura, Portugal é um país europeu, é um país democrático, pode sair um país próspero e justo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em primeiro lugar, motivar o trabalho dos portugueses para um grande projecto da reconstrução nacional; em segundo lugar, edificar o Estado democrático, consolidar as instituições da nova sociedade democrática e defender a independência nacional; em terceiro lugar, começar a grande caminhada para o efectivo desenvolvimento económico e para a justiça social. Não tratarei hoje e

aqui de todos estes objectivos. Centrar-me-ei, desde logo, no ponto que está mais em causa na configuração alarmante da presente crise nacional: a política económica e financeira, que este Governo definiu e tem executado. O grande desafio a este Governo, desde o início, era-o à sua capacidade de vencer a crise económico-financeira e de instaurar a justiça social que sem produção de riqueza não tem conteúdo concreto efectivo. Que este Governo não tem tido uma política económica coerente, e, como dissemos, já não a tinha no seu programa, não é preciso vir a oposição dizê-lo: reconheceu-o, com desassombro e coragem, reconhecemos, o próprio Ministro das Finanças ao afirmar que o Governo não tem tido uma política económica global no seu discurso de 10 de Outubro passado. Os resultados destes dezasseis meses de política económica e financeira podem, para nós, sumariar-se assim: aumentaram galopantemente os preços, de forma dupla da que o Governo previa no Plano para 1977; manteve-se o nível de desemprego, se é que não sofreu ligeiro agravamento — e existem perspectivas de que o desemprego poderá agravar-se; aumentou, ou seja, manteve-se mas aumentou em relação às previsões do Plano, o défice da balança de pagamentos portuguesa e aumentou sensivelmente o excesso daquilo que importámos do exterior sobre aquilo que vendemos ao estrangeiro; continuou, é certo, uma certa expansão do produto industrial, mas, em economia desorganizada e com sectores clandestinos, sem recuperação sensível do investimento, que é a base do crescimento duradouro da economia e da criação de empregos, e com acentuada quebra de produção na agricultura; agravaram-se desequilíbrios financeiros e o País encontra-se, no plano cambial, à beira da bancarrota, apesar das reservas de ouro que se podem valorizar, sendo pouco clara a política seguida no que diz respeito à gestão das reservas de ouro do Banco de Portugal e ao endividamento externo da Nação. Enfim, não se iniciaram acções tendentes à reestruturação de uma economia profundamente abalada, antes se acelerou a decomposição e a incerteza perante o futuro, numa economia de estruturas desorganizadas e em que a crise de confiança é o traço mais comum. Em suma: mais inflação, mais desemprego, mais dependência do exterior, produção sem investimento, crise financeira e desorganização da economia.

Vejamos um pouco melhor este panorama que todos os portugueses sentem na sua vida quotidiana. Desde logo a alta dos preços. Ao discutir o Programa do Governo, eu próprio denunciei aqui a ausência nele de qualquer política de luta contra a inflação ou de «convivência com a inflação», que visasse atenuar as injustiças sociais que resultam da alta galopante dos preços; e, na discussão do Plano para 1977, insisti nesta crítica dizendo que ele mais parecia um «plano de fomento da inflação». O Governo assegurou então que conseguiria realizar a taxa prevista da alta de preços prevista no Plano, que era de 15% (ou seja, quando muito, 17% no índice de preços no consumidor). Hoje, todavia, o Governo tem de reconhecer aquilo que os portugueses sentem quotidianamente nos seus orçamentos familiares: que os preços, em geral, haverão aumentado cerca de

32% no final deste ano (sem incluir a habitação, que acusa crescimento superior. De Janeiro a Agosto, por exemplo, os preços médios das frutas cresceram 106,4%, a carne de vaca 62,4%, os produtos de leite 54,1%. Ao mesmo tempo, continua a descida dos salários reais (que alcançaram em Lisboa, na indústria em transportes, só 95% dos valores de 1968 e tendem, em média, a aproximar-se dos salários reais de 1973); continua a redução das pensões de aposentação e reforma e a deterioração e aumento do custo das prestações sociais. Os trabalhadores portugueses ganham cada vez menos ainda que trabalhem, porventura, mais. E em parte por isso, e por dificuldades de comércio com o exterior, escasseiam os géneros e é cada vez mais irregular o abastecimento mesmo em géneros essenciais à vida dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nunca em Portugal, desde a Guerra Mundial, foi tão forte a inflação e foi tão insuficiente e irregular o abastecimento em produtos de primeira necessidade. É para julgar a acção deste Governo, importa a tendencial — e a tendencial é claramente no sentido de um agravamento e aceleração deste fenómeno — mais ainda do que o valor absoluto da subida dos preços já em si muito grande. E interessa ainda mais, que podemos dizer, e nunca tal afirmação foi contestada, que não existe uma política relativa à inflação que opte não por controiar ou contrariar algumas das muitas causas do processo inflacionário — em vez de o fazer aos solavancos intermitentes que em nada resulta —, nem por compensar os detentores de rendimentos, sobretudo os mais pobres, da perda de poder de compra do seu dinheiro. Vários caminhos são possíveis para isso, e não pedimos ao Governo que faça milagres. Mas exigimos-lhe nesse domínio uma política — que não tem resultados concretos — que não de mal a pior; e a coragem de confessar o que se passa, em vez de tocar o estafado disco da «pesada herança» ou de pintar panoramas cor-de-rosa nos intervalos das fases de crise aguda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Disto saibem os portugueses que o sentem na sua vida quotidiana e não em discursos vagos sobre meras discussões políticas. Bastaria esta situação para nos perguntarmos como poderiam confiar na acção deste Governo, como poderiam valorizar positivamente os resultados da sua obra?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Outro flagelo, porém: o desemprego.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos dito sempre que o desemprego constitui o pior dos males sociais do momento. E entendemos, numa perspectiva social-democrática, que a médio prazo ele deve ser o primeiro objectivo da política económica portuguesa.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Seja ele calculável em 15% e 16% da população trabalhadora, seja devido, em boa parte — como é também —, ao retorno dos refugiados de África, também aqui pedimos ao Governo que não oculte a situação real, que não fale, por exemplo, de uma artificial taxa de desemprego de 8%! Sabemos que só uma política activa de emigração e uma política activa de investimento poderão resolver a prazo esta situação, e que nem uma é fácil hoje nem a outra tem sido minimamente definida e executada. Sabemos também que, com a sentença de morte que as actuais taxas de juro elevadíssimas — mesmo que não aumentassem mais — representam para muitas empresas condenadas à falência, só com uma acção muito intensa o desemprego se não agravará no próximo ano. E sabemos ainda que, também neste domínio, a tendência para o agravamento se tem confirmado, designadamente através do indicador chave da procura do primeiro emprego (no 1.º semestre de 1976, o primeiro emprego era procurado por 92 000 portugueses, no 1.º semestre de 1977, por 142 000 portugueses). Com a redução das vagas universitárias e o mau funcionamento do ensino secundário, com a retracção das admissões de pessoal, provocada pela acção política do gonçalvismo, pelo receio do futuro e por certas disposições legais, é sobretudo a nossa juventude que mais atingida se vê pelo desemprego, colocando em risco a sua disponibilidade para construir um país novo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Temos reclamado um plano nacional de emprego, mas o Governo neste domínio vem fazendo orelhas de mercador. E que acções de reconversão de emprego, de formação profissional, de formação permanente ou de intervenção no mercado de emprego tem o Governo programado? Não falamos já das situações de subemprego, nem das prestações sociais atribuídas aos desempregados. É certo que sem expansão económica não venceremos a batalha do emprego: é esta a síntese que o Governo parece neste domínio ou negar ou ignorar.

Finalmente, a questão da dependência do País nas suas transacções com o exterior. Asseverava o Governo, no fim de 1976, que conseguiria reduzir o défice dos pagamentos de Portugal ao exterior a 800 milhões de dólares; e nós garantimos-lhe que não, com a política contida no Plano anual. Os resultados estão à vista: o défice previsto é de cerca de 1,2 biliões de dólares, pelo menos, ou seja, é igual, senão superior, ao do ano passado. É possível prever que, em 1977, o que comprámos no estrangeiro exceda o que vendemos ao exterior em cerca de 100 milhões de contos, senão mais, e nunca a cobertura das nossas importações pelas nossas exportações, ou seja, a medida em que estamos dependentes do exterior por aquilo que não compramos e por aquilo que não conseguimos vender, desceu tão baixo, atingindo 40,3 em valor, em Agosto passado. O pior ainda é que as nossas exportações praticamente não têm crescido em termos reais, o que denuncia claramente a carência de uma política de apoio à exportação, que na exportação reconheça uma prioridade palpável de política económica, e também, por outro lado, que há práticas ilegais de

retenção de divisas que significam falta de confiança na situação da economia portuguesa. Há muito que vimos reclamando, e isso foi sempre contraditado pelo Governo e pelo PS, uma acção intensiva e prioritária de apoio à exportação: efectivo funcionamento do seguro de crédito e do financiamento das empresas exportadoras, favores fiscais efectivos, linhas de crédito adequadas, acções de promoção e fomento, redução das taxas portuárias e alteração do sistema de serviços portuários, revisão dos esquemas de funcionamento das empresas transportadoras, etc. Além, claro, dos estímulos gerais à iniciativa privada, que assegura cerca de 70 % das exportações. Não sabemos por que motivo recusa o Governo a prioridade que em termos nacionais assume o apoio a uma política activa de exportação. Mas a verdade é que sempre tem mantido uma política que na prática se traduz em deixar os exportadores portugueses, uma boa parte da iniciativa privada portuguesa, abandonados a si mesmos e portanto sem condições de competirem nos mercados internacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo, por seu lado, mantendo a opção errada de atribuir prioridade à substituição de importações — a qual já criticámos no Programa do Governo, embora nem sequer ela haja recebido execução adequada — nada, ou quase nada tem feito pelo fomento da exportação, que é, a prazo, a única forma sólida de corrigir a estrutura desequilibrada da nossa balança comercial, e cuja prioridade deve ser claramente reconhecida. A política agrícola, com o incremento acelerado das importações de trigo e do milho, por exemplo, e o verdadeiro desastre que é a política de pescas, também demonstra que pouco tem sido feito para atacar a fundo o problema da substituição de importações. É certo que encontramos nas relações com o exterior uma compensação nominal no aumento das receitas turísticas — embora continue a quase não haver investimento turístico, permaneçam por resolver muitas situações de intervenção, abandono ou ocupação, que permitiriam disponibilizar ou criar número avultado de camas, e a desorganização no sector vá em crescendo —, é certo também que as remessas dos emigrantes aumentaram, embora tal aumento resulte, em boa parte, da desvalorização do escudo e as coloque em termos reais ao nível de 1973. A tal estado chegámos afinal, que em economia já se apresenta como sinal de êxito alcançar os valores de 1973!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como quer o Governo resolver a prazo o problema do défice dos nossos pagamentos face ao exterior — que é a primeira substância económica da nossa independência nacional — se não regula as instituições financeiras previstas na lei aqui aprovada em Março passado, que poderiam canalizar poupanças do exterior, designadamente dos emigrantes, se manteve pelo menos até há poucos meses uma atitude de desconfiança e falta de apoio face aos investimentos externos, se não cria o Instituto Nacional de Resseguro, se gera um clima de descon-

fiança que está na origem de fugas cambiais e evasões de capital, se continua com contínuas flutuações na sua política cambial, que não incitam à confiança e ao reequilíbrio dos nossos pagamentos no exterior:

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A médio prazo seriam estas linhas, ou melhor, o contrário daquilo que têm sido as linhas de acção do Governo, que permitiriam ir reduzindo o défice da balança de pagamento, a par de uma estratégica agressiva de cooperação de empresas portuguesas com empresas no exterior e de exportação de tecnologia intermédia, serviços e mão-de-obra, aproveitando as ligações internacionais das empresas e grupos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De outra forma, se olharmos apenas o horizonte do ano que vem, e não para um horizonte de cinco a dez anos, bem podermos reduzir à força o défice externo em 1978, que, ainda assim, a nossa capacidade de financiar, a médio prazo, os défices da balança de pagamentos, não ultrapassará a partir de 1980 cerca de metade dos défices previstíveis. Isto é, como sempre temos dito, ou optamos por uma política activa de desenvolvimento, com forte componente interno, que tenha em conta o menor peso possível dos investimentos na balança de pagamentos, ou, por mais sacrifícios que façamos no presente, estamos à dependência e a novos sacrifícios no futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A perspectiva de curto prazo que o Governo nos apresenta no seu memorando, e também agora nas condições negociáveis com o Fundo Monetário Internacional, é a de um «grande empréstimo», que afinal cobrirá as carências de divisas em apenas um ano (ou menos do que isso), depois de reduzido à sua dimensão real e se chegar a efectivar-se; e depois teremos o regresso à mesma situação de hoje nos anos futuros. Nós, ao invés, temos apostado sempre num plano decidido de desenvolvimento, com horizonte de vários anos, que confie na capacidade dos Portugueses, quer no sector público quer no sector privado, e seja capaz de reequilibrar a prazo a nossa balança de pagamentos. O que falta, nesta matéria, ao Programa e à acção do Governo tira razão aos sacrifícios que nos propõe para o próximo ano, pois só um plano de expansão para um horizonte de vários anos daria real significado aos sacrifícios que têm de ser pedidos ao povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A perspectiva do sacrifício pelo sacrifício equivale a tornamo-nos numa espécie de Albânia capitalista: o povo português não quis ser a Cuba da Europa, e não quererá ser também a Albânia do Ocidente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Podemos reconhecer que há uma certa expansão na produção dos serviços e nas indústrias transformadoras — e só nelas, pois enormemente aumentou, neste ano, a nossa dependência em produtos agrícolas. Essa expansão, porém, não pode ser exagerada: afinal, ela é mera consequência da melhor utilização da capacidade produtiva instalada, devido a uma acção que não difere muito da do VI Governo Provisório a apenas atingiu nas indústrias transformadoras o mesmo nível de riqueza do ano passado, cerca de 10%. Uma certa descompressão da economia está longe de constituir real recuperação económica. Por outro lado, os valores reais do investimento em capital fixo correspondem a uma taxa insuficiente de produto e apresentam perspectivas não optimistas de crescimento, o que, se o Governo mantiver a actual política de altas taxas de juro e a falta de apoios e estímulos à iniciativa privada, significará, em termos práticos, que se cada português tem um rendimento que é de cerca de um terço do rendimento médio da CEE, dela nos vamos afastando cada vez mais, ao contrário do objectivo nacional que desejamos atingir. Sem investimento não haverá nem aumento duradouro da produção nem pleno emprego.

Enfim, a expansão que há situa-se amplamente — e aqui está outro sinal de grave doença económica que a política do Governo não tem debelado nem para isso começa a traçar perspectivas — em sectores ilegais ou clandestinos da actividade económica: a construção clandestina, o contrabando e as redes comerciais ilegais, para não falar de outras operações ilegais que um sistema burocratizado e ineficaz fez multiplicarem-se por todo o lado e representam parcela importante do sector dinâmico mas de capitalismo selvagem da economia portuguesa. A economia portuguesa tem hoje, como outras economias burocráticas, um amplo sector clandestino, o que não constitui, decerto, sinal de vitalidade nem de crescimento justo e progressivo numa óptica de riqueza e justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Um último ponto que importa abordar: a crise financeira — que, essa, nem o Governo nega ser gravíssima. É claro que numa economia sã, ou em vias de recuperação, não existiria uma crise financeira como a nossa: ela é apenas uma expressão, e não o contrário, da crise económica que se tem agravado ao longo destes dezasseis meses, embora naturalmente reconheçamos que as suas causas vêm de muito mais longe, mas não foram atacadas devidamente ao longo destes meses. O Governo tem, aliás, tentado compensar com o uso parcial e incorrecto de certas receitas da política monetária as graves deficiências de estrutura e de funcionamento da economia, com o que só agrava os desequilíbrios fundamentais e os próprios mecanismos monetários. Continuamos a não ver austeridade no sector público: em vez da necessária restrição de despesas, do aumento da produtividade e da redução dos défices da Administração e das empresas públicas, assistimos apenas ao aumento de preço dos serviços públicos e ao aumento constante — às vezes de forma incons-

tucional e sem qualquer estudo da sua justiça e das suas incidências financeiras — dos mais diversos impostos e taxas. O PSD tem lutado contra tais aumentos na Assembleia da República, mas sem conseguir formar maioria contra eles. Há mais impostos em vez de haver redução de despesas, e para o saneamento financeiro não é este o caminho, em termos económicos e de justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O sistema de seguros de crédito, viabilizado e saneado no tempo do VI Governo (e todos os casos que ficaram por resolver ao tempo continuam por resolver), tem sido objecto de escassas medidas de reestruturação, desintegradas de uma ideia do conjunto, e mesmo essas (certas ou erradas) não têm sido executadas na prática. O predomínio dado a uma política monetária restritiva, designadamente através da alta das taxas de juro, criou um sistema irracional porventura dos mais complexos do mundo, dotado de complexidade e burocracia pela diversificação das taxas e pelas bonificações, que funciona lentamente, não é acessível nem aos empresários nem aos funcionários que têm de os aplicar, e é um contra-estímulo ao investimento.

Neste momento, o sistema de crédito deveria ser um dos principais apoios, na medida do possível, do investimento e não do consumo público ou privado. Por outro lado, institutos fundamentais de viabilização da iniciativa privada, como os contratos de desenvolvimento e os contratos de viabilização, têm sido executados apenas em casos cujo número às vezes se conta pelos dedos da mão. Continuamos, enfim, a reconhecer que o sistema de crédito sofre de distorções fundamentais que em toda a actividade económica portuguesa se reflectem — enorme absorção do crédito concedido pelo sector público, e não para fins produtivos, enquanto o sector privado é objecto de discriminação, por exemplo.

Enfim — e isto tem muito a ver com o pedido imediato e directo que o Governo agora fez a esta Assembleia —, a gravidade da situação cambial em que o Governo se deixou cair. O silêncio com que respondeu na discussão do Programa do Governo à pergunta que o PSD lhe fez, em Agosto de 76, sobre a política cambial que ia seguir, correspondia, no fim de contas, à falta de ideias claras sobre o assunto. Em dezasseis meses teve o Governo, neste domínio, três políticas diferentes e todas se revelaram inoperantes. O escudo continua a desvalorizar-se. As responsabilidades externas do Banco de Portugal têm crescido nestes dezasseis meses a ritmo muito superior ao dos meses anteriores, tendo excedido o valor das reservas em Fevereiro passado. O ouro começou a ser vendido. É importante que o Governo, que se tem recusado a submeter à autorização da Assembleia da República a contracção de operações que não são de dívida flutuante, em nosso ver contra a Constituição, garanta ao menos que, para além das 87,6 toneladas de ouro vendidas até fins de Novembro passado, e considerando já oneradas em cerca de 50% as restantes, nenhum outros contratos de venda, imediata ou a prazo, ou que tenham como efeito a oneração ou alienação

automática das reservas de ouro, foram celebrados por ele ou pelo Banco de Portugal. É um ponto em que a Assembleia da República tem o direito de exigir garantias para salvaguarda das reservas de ouro do Banco Central.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao mesmo tempo, sabemos todos que o endividamento da Nação cresce a ritmo alucinante e a dívida pública do Estado também — só durante o último ano quase que duplicou a dívida pública externa, e todos os outros indicadores financeiros que poderiam apontar significam, todos eles, a situação que todos conhecemos: Portugal atravessa uma crise económica e financeira profunda que se tem agravado nos últimos dezasseis meses.

Temos depois o problema das perspectivas de reorganização da nossa economia. Não iríamos exigir também o Governo, neste domínio, que tivesse concluído uma acção decisiva para dar nova forma institucional à nossa economia; mas podemos e devemos exigir que dê sinal de ter começado uma acção decidida nesse sentido. Com mais ou menos lacunas, a Assembleia da República votou diversas leis fundamentais nesse domínio: a Lei da Delimitação dos Sectores, a Lei da Reforma Agrária, a Lei das Indemnizações, para só citar algumas. Já quando da anterior comunicação do Sr. Primeiro-Ministro tive ocasião de acentuar que elas estão por regulamentar e largamente por executar, ignoramos se por condiscernência com as posições opostas do Partido Comunista Português, se por mera incapacidade de execução. É assim que não temos instituições financeiras novas, que já está atrasado o processo de atribuição das indemnizações, que se não reviram os pontos da Lei das Indemnizações apontados na nossa declaração de voto, que se atrasa a execução prática da Reforma Agrária e que na prática não funciona a Bolsa de acções — para só dar alguns exemplos concretos. Em muitos outros domínios — como já acentuei — o Governo vem pedir ajuda à oposição para executar as leis, o que é, pelo menos, bizarro, e confessa então ou a incapacidade administrativa, de que o temos acusado, ou a falência desta fórmula de Governo.

O Governo não conseguiu, sequer, instituir a Comissão da Reforma Administrativa; não sabemos que tenha avançado nada no domínio da reforma fiscal; prometeu apresentar à Assembleia da República um documento consolidado com as contas das empresas públicas para que possamos saber realmente em que estado está o sector nacionalizado, e até hoje nada conhecemos. É por estas e por outras que o sector público e a Administração Pública estão cada vez mais ineficazes, carecem de reestruturação urgente, em termos que propomos na nossa proposta de plataforma; é por isso que o sector privado, desprovido de leis claras, seguras e aceitáveis, ainda não conhece o quadro de incentivos a que tem acesso, o sistema fiscal em que viverá, os regimes de não discriminação de crédito, preços e condições, em que competirá com o sector público e com as empresas estrangeiras; por isso o sector privado se retrai de investir; é por isso que o sector cooperativo não

conhece quais os quadros em que vai actuar. Seja por ambiguidade e indefinição ou por incapacidade de conceber e executar, o resultado é o mesmo: os agentes económicos retraem-se, preferem a evasão a pôr o dinheiro a render na banca, a abdicarem actividades produtivas, e a economia permanece com as regras de jogo tão pouco clarificadas como estava há dezasseis meses atrás, ou seja, está como dantes, dezasseis meses depois. O balanço da acção económica deste Governo é claro: não é por mero acaso, mas por falta de um projecto coerente e de capacidade de o executar, que os meses em que actuou foram meses de crise económica que se veio agravando. Dispenso-me agora de tratar de outros aspectos sectoriais, como, por exemplo, a falta de uma política de preços e de circuitos de distribuição ou a incapacidade para desmantelar efectivamente a máquina corporativa e paracorporativa, que continua a existir, às vezes meramente instrumentalizada por outros interesses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É de justiça reconhecer que o Governo não teve uma herança fácil e por isso, pela nossa parte, temos exercido, tal como a restante oposição democrática, uma acção oposicionista extremamente moderada. As oscilações constantes da política do Governo, contrariando planos de inspiração colectivista com pacotes ortodoxamente liberais, programando a criação de 150 000 empregos em Julho, para agora vir definir o objectivo da mera manutenção do actual nível de emprego — tudo isto nos convence, porém, de que o crédito de confiança que eventualmente e condicionalmente lhe demos para resolver os problemas do povo português está esgotado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto nos convence que esse crédito foi mal utilizado e se traduziu na perda de mais tempo, de mais reservas, de mais esperança e esforço do povo português, sem correspondência na resolução efectiva dos problemas reais que, pelo contrário, correspondem a uma vida dia-a-dia mais deteriorada, a rendimentos do trabalho cada vez mais baixos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não exigimos que se atinja ao fim de dezasseis meses o que só pode lograr-se em dezasseis anos. Mas sabemos bem que quando há critérios correctos e um projecto coerente que começa a executar-se num prazo que já não muito curto, dezasseis meses, ou quando a acção cambaleante e alternante de equilíbrios precários entre projectos e práticas contraditórias, apenas se pode dizer: por este caminho, nem, porventura, em dezasseis séculos conseguíramos recuperar a economia portuguesa.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Isto que disse, tentando apontar algumas das características fundamentais de crise, julgo

que é algo que os Portugueses sentem na sua vida quotidiana.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Do custo destes meses para os trabalhadores portugueses, na deterioração das suas condições sociais, no afastamento cada vez maior da justiça social que numa nova sociedade de desigualdades, sem mecanismos correctivos, se vai dando, haveremos ainda de falar em intervenção autónoma. Por tudo isto se não estranhará que não possamos achar positiva a acção económica do Governo, que não possamos mesmo conceder-lhe nenhum crédito de confiança ou de dúvida e que o acusemos de ter deixado a crise deteriorar-se mais e mais, sem uma linha de acção definida, antes com hesitações constantes — talvez impostas pela necessidade da sua prática minoritária, talvez impostas por divisões internas, não nos interessam as causas, interessam-nos os efeitos.

Aceitamos, portanto, que será necessário negociar com o Fundo Monetário Internacional — a única questão concreta que no descalabro económico o Governo veio aqui pôr à Assembleia da República. Mas não tem sentido autorizar agora negociações que já começaram sem intervenção desta Assembleia ou aprovar acordos que ainda não estão concluídos nesse plano, pois não tem cabimento o voto de confiança pedido pelo Sr. Primeiro-Ministro quanto ao seu segundo fundamento. Se o teria como voto de cobertura à política económica do Governo, então a resposta em princípio, haveria de ser negativa. Já por isso votámos contra o plano económico do Governo, e as coisas, se então estavam mal, estão hoje pior.

Desde 1974 que reclamamos austeridade e rigor (ao contrário do PS), mas ao serviço da expansão e do desenvolvimento — este o fundamento da resposta negativa a quem nos vem propor austeridade para 1978 sem planos de médio prazo para 1980. Cremos que o povo português aceitará sacrifícios, e terá de os aceitar, mas precisa acreditar que os suporta para melhorar no futuro e não porque tem de ser, ou porque é consequência de uma má gestão da sua economia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Entendemos que só a expansão da produção, com fomento da iniciativa privada e reestruturação de um sector público, eficiente permite distribuir mais riqueza com maior justiça social.

Na miséria não há justiça social. Temos de produzir aquilo de que necessitamos, em vez de enveredarmos pela economia de pobreza crescente. Nesta base, elaborámos propostas concretas de médio prazo, que poderão, depois de discutidas com os partidos democráticos, constituir a base de uma plataforma negociável que contenha os princípios de um novo modelo de desenvolvimento da economia portuguesa. Para isso podem contar connosco; para salvar o PS das dificuldades, mesmo afundando mais o País e na falta de uma política de fundo, não contarão connosco porém.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Perdemos dezasseis meses em busca de um caminho de sólida recuperação económica — sem prejuízo de os trabalhadores terem brindado o Governo com um clima de paz social e os Portugueses o terem acolhido com uma inicial expectativa benevolente —, paz social e expectativa benevolente que se tem mantido porque o povo português tem sentido cívico, mas que ao contacto da acção concreta do Governo se foi esvaindo e perdendo crença, e hoje corresponde a um sentimento generalizado de frustração, desencanto e até de revolta perante a acção governativa. Não será por nós que neste domínio se perderá mais tempo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Dir-se-á, porém, que ao abordar a matéria de política económica e ao anunciar que noutra intervenção iríamos abordar a política inicial, nada dissemos sobre as questões políticas levantadas aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro e sobre o juízo global de acção política do Governo. Ao contrário do que tem sido dito aqui, nunca pretendemos restringir o debate político apenas à questão do Governo. É por isso, com facilidade, que poderemos discutir, como fizemos, a política económica do Governo e seu fracasso em separado de quaisquer problemas políticos, sejam o da fórmula de governo ou outro qualquer. Entendemos que também nesse domínio será necessário definir a nossa posição, que é uma posição aberta e que visa a que, em conjunto, se procurem alternativas, se formularem entendimentos e se aceitem os compromissos possíveis.

A democracia, essa não é susceptível de alternativas para os democratas, mas dentro dela há sempre novas alternativas — nenhuma é única e exclusiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Haverá que encontrar as alternativas viáveis, que fazer os entendimentos necessários, que aceitar os sacrifícios e compromissos que sejam impostos pelo bem do País e pela necessidade de criar um projecto mobilizador do povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por nós, antes como depois da discussão desta questão de confiança, estamos prontos e explicitá-lo-emos melhor numa outra intervenção política de resposta à declaração inicial do Sr. Primeiro-Ministro. Por nós, estamos prontos. Está-lo-a também o PS? É o desejo que lhe lançamos perante o povo português.

A continuação deste debate e, naturalmente, a continuação da nossa actividade política nesta Assembleia o demonstrará.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos vários Srs. Deputados.

Dou, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para colocar algumas

questões suscitadas pela intervenção do Sr. Deputado Sousa Franco.

Primeira questão: Qual a razão por que o PSD nunca apresentou uma moção de censura ao Governo nesta Assembleia?

Risos do PSD.

Segunda questão: Face à situação criada e à eventual votação desta Assembleia sobre a questão da confiança, desejaria saber se a solução alternativa e a saída política preconizada pelo PSD se situam no quadro da actual Assembleia da República ou assentam, antes, na exigência de eleições gerais antecipadas. No caso de se situarem no quadro da actual Assembleia da República, desejaria saber, e dada a posição do meu partido, que exclui, à partida, determinado tipo de soluções ...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Ai é que está o mal!

O Orador: — ..., se o PSD optaria por um Governo PSD-CDS, ou por um Governo presidencial — e para isso efectuaria a revisão de posições que tem assumido em relação ao Presidente da República —, ou preconizaria a constituição de um governo de independentes, fórmula que ainda há pouco tempo não aceitava e repudiava.

Terceira questão: Desejaria saber se da declaração do Sr. Deputado Sousa Franco, segundo a qual o PSD não aceita o encargo da formação de novo Governo no caso de a moção de confiança não ser aprovada, e preconizando o Sr. Deputado que deve ser o Partido Socialista a ter esse encargo, e tendo em conta a posição do meu partido, claramente expressa, em relação à fórmula governativa, se pode inferir que a atitude negocial do Partido Social-Democrata seria diferente no caso da formação de um segundo Governo PS, mesmo que tal solução não acarretasse o pôr em causa a fórmula governativa que sempre temos defendido.

Uma voz do PSD: — Está a querer saber muito.

O Orador: — Quarta questão: Se o Sr. Deputado Sousa Franco, em consciência, não considera que a situação que viveu o seu partido, de algum tempo a esta parte tem a ver com as dificuldades criadas ao estabelecimento de uma plataforma de acordo político.

Quinta questão: Queria também perguntar ao Sr. Deputado, que pertence a um partido que se tem caracterizado por criticar simultaneamente o Governo pelo facto de este não reduzir os défices externos e por não realizar uma política de expansão no sector económico, como é que, no caso de o seu partido assumir a responsabilidade do Governo, conciliaria as duas necessidades que preconiza e que são a da redução do défice externo, por um lado, e de opção clara por uma política expansionista no sector económico, por outro.

Sexta questão: Se considera que a situação económica de países como a Espanha ou a Itália é neste momento substancialmente diferente da do nosso país, tendo em consideração que esses dois países

não viveram processos de descolonização nem de gonzalvismos semelhantes ao português.

Sétima questão: Gostaria ainda de ser esclarecido sobre se o actual Governo socialista é tão ineficaz e tem tantas responsabilidades na situação presente, caracterizada de forma negativa pelo Sr. Deputado, e, se assim é, porque deseja então o Partido Social-Democrata associar-se connosco no Governo. Deseja fazê-lo para perpetuar a nossa nefasta política ou porque considera que então o Partido Socialista passaria a aplicar a política e as orientações do Partido Social-Democrata?

Oitava e última questão: Sobre a política de alianças do Partido Social-Democrata, gostaria de saber se o PSD, no quadro da definição da sua política de alianças, e visto que não admite nenhuma espécie de ponte — pelo menos por enquanto, e na linha das declarações dos Srs. Deputados Sousa Franco e Sérvulo Correia — com o PCP, privilegiar o CDS ou o PS, ou se mantém uma posição de equidistância em relação a esses dois partidos, o que, na prática, significa também que opta por uma política de não alianças.

O Sr. Presidente: — Não sei se o Sr. Deputado Sousa Franco deseja responder já ou se prefere aguardar os pedidos de esclarecimento dos outros Srs. Deputados.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr Presidente, prefiro responder no fim para poder contabilizar bem o nosso tempo.

O Sr. Presidente: — Está bem, Sr. Deputado. Tem a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Em primeiro lugar, queria perguntar ao Sr. Deputado Sousa Franco se a situação em Outubro deste ano era uma situação menos grave do que a situação do momento actual, e, no caso de o Sr. Deputado declarar que a situação não é sensivelmente menos grave no momento actual, porque razão é que no Conselho Nacional do seu partido, efectivado em Bragança, mandatou o Grupo Parlamentar para propor uma moção de censura ao Governo. E sendo isto tudo verdade, como é que o Sr. Deputado Sousa Franco pode afirmar que foi o Governo que provocou em momento por si escolhido uma eventual crise governamental.

A segunda questão que lhe queria colocar é a seguinte: O Sr. Deputado fez várias críticas — e está no seu pleníssimo direito para o fazer — ao Governo e ao partido do Governo e um dos pontos que focou foi a questão da confiança. Desejava perguntar ao Sr. Deputado Sousa Franco se a fonte de falta de confiança geradora de investimento reside no Governo, em si, ou no esquema económico e social definido na Constituição, e no caso de realçar no esquema económico e social definido na Constituição, como é que o Sr. Deputado acha, que o problema deve ser resolvido.

O Sr. António Esteves (PS): -- Muito bem!

O Orador: — Outra questão: Como receio ter ouvido mal, desejava perguntar ao Sr. Deputado Sousa Franco se é exacta a frase da sua intervenção e que aqui transcrevi, e isto não tem o mínimo de malícia, pois posso ter ouvido mal, que seria esta: «desde 1974 o PPD proclamou uma política de austeração e de rigor». Se isto é exacto, perguntaria se esta reclamação se refere à reunião efectivada com o general Spínola na Manutenção Militar e se o PSD ainda hoje reivindica essa proposta política.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Mas que fantasmas vocês têm...

Risos do PSD.

O Orador: — Não são fantasmas meus. Se o Sr. Deputado responder negativamente, aceito tal resposta.

Uma outra questão que queria pôr ao Sr. Deputado é a seguinte: Disse o Sr. Deputado que defendia um sector público eficiente e o fomento da economia privada, e é evidente que quanto a isto estamos todos de acordo. Pergunto-lhe, então, se acha que o sector público tal como está definido na Constituição é ineficiente por motivos conjunturais ou porque foi constitucionalmente mal definido.

A última questão é esta: Disse o Sr. Deputado Sousa Franco que nunca o PSD pretendeu restringir o debate político à questão do Governo. Está ou não está, então, o Sr. Deputado e o seu partido disposto a discutir os grandes problemas nacionais e a integrar-se numa plataforma de acordo sem que haja «caras vossas no Governo»?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Esqueceu-se de falar no Dr. Sá Carneiro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — O Sr. Deputado Sousa Franco teceu algumas considerações sobre a política económica e financeira do Governo. Não estou, naturalmente, de acordo com grande parte dessas considerações, mas reservo, no entanto, para uma intervenção a sua crítica de fundo. Para já gostaria de lhe fazer apenas algumas perguntas de esclarecimento.

Referiu o Sr. Deputado que existe um baixo nível no investimento em relação ao produto e há fracas perspectivas para a sua evolução. Como não é essa a impressão que se colhe da leitura dos números fornecidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) e pelo Departamento Central de Planeamento, gostaria de lhe perguntar em que números se baseia e qual a sua fonte.

Referiu ainda o Sr. Deputado, como crítica à acção do Governo, haver uma diminuição nos salários reais, e pediria que me dissesse se considera ser possível manter hoje os salários reais existentes em Portugal no fim de 1975 e se isso seria compatível com a recuperação económica do País.

Falou o Sr. Deputado na necessidade de generalizar ao sector público uma política de austeração e falou especificamente na redução de despesas ao

nível da Administração Pública. Pergunto-lhe, tendo em conta o Orçamento Geral do Estado apresentado pelo Governo, se considera que essa redução de despesas pode ser feita pelo despedimento maciço de funcionários públicos ou se pela redução substancial do investimento público.

O Sr. Deputado falou também na discriminação de crédito ao sector privado. Não é essa a impressão que colho ao falar com inúmeros industriais, pois fico com a impressão de que nunca o sector privado teve, como hoje, tanta facilidade de acesso à banca...

Protestos do PSD.

O Orador: — Estou mesmo em crer que, se a banca se mantivesse privada, se teria verificado em Portugal um número de falências bem maior do que aquele que se verificou nos últimos anos, dado que a banca tem efectivamente suportado a política de emprego do Governo.

Protestos do PSD e do CDS.

O Orador: — Disse o Sr. Deputado que as taxas de juro são demasiado elevadas. Lembro-lhe, porém, que, num país que tem uma inflação de 30 %, continuamos a praticar taxas de juro negativas, e de um valor negativo bastante grande.

Sou descendente de uma família de pequenos agricultores da Cova da Beira, família com tradições de aforro, e devo dizer-lhe que considero que as centenas de milhares de pequenos aforradores deste país, entre os quais se encontram certamente muitos eleitores do PSD, dificilmente suportariam uma prática de taxas de juro às suas poupanças menor do que aquela que existe, e, mesmo assim, eles ainda são anualmente prejudicados num valor substancial. O que eles não podem pagar, eles as centenas de milhares de aforradores que existem em Portugal, é a incapacidade na gestão de muitos utilizadores do crédito que ainda não aprenderam a gerir a inflação.

Finalmente, uma última questão diz respeito ao Fundo Monetário Internacional. O PSD foi, talvez, dos partidos representados nesta Câmara, com a possível excepção da UDP, aquele que mais frontalmente atacou a política de negociações com o Fundo Monetário Internacional. Constatei, no entanto, que no documento apresentado pelo PSD em resposta à plataforma do Governo aparece a defesa do abandono de uma política artificial de contingematamento, a defesa de uma desvalorização realista e a defesa do estabelecimento de *plafonds* de crédito, e perguntava-lhe se se confirma ou não a minha impressão de que o PSD se prepara para poder assinar, pressuroso, um acordo com o Fundo no caso de as alterações da situação política o passarem da oposição para o Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Gostava de fazer ao Sr. Deputado a seguinte pergunta: Como é que

explica que os salários na indústria de Lisboa estejam a 95 % do valor em 1968? Por acaso tenho aqui uma publicação, que é o *Boletim Mensal de Estatística*, que indica uns índices de salários diários que andam na ordem dos 380 %, 390 % a 454,1 %, considerando a base 100 em 1968. Por outro lado, tenho aqui índices de preços por grosso em Lisboa que dão, em 1977, valores de 328 % para Julho e em que se verifica uma descida de valor de 340 % em Junho para 328 % em Julho, considerando a base 100 % em 1963. Quer dizer, uma base 100 anterior a 1968 e possivelmente até mais baixa. Isto é tirado ao acaso e trata-se de índices gerais de preços por grosso em Lisboa.

Por outro lado, desejaria também perguntar-lhe como é que explica que o PSD indique agora uma inflação de 32 % até ao fim do ano, quando anteriormente indicou uma inflação de 40 %.

Além disso, gostaria de perguntar-lhe se, num sentido digamos que académico, pois na prática não tem sentido, e se o Sr. Deputado tivesse sido primeiro-ministro durante estes dezasseis meses, teria, efectivamente, resolvido a crise portuguesa. Quer dizer, e utilizando uma terminologia técnica, se teria alterado os coeficientes técnicos da matriz portuguesa, isto é, das relações *in-put/out-put*, interindustriais, no espaço de dezasseis meses, e se teria alterado a incidência dos coeficientes directos de importação nas actividades económicas portuguesas, pois, se considerarmos uma matriz já um pouco antiquada, vemos aqui coeficientes directos de importação superiores a 20 %, o que significa que qualquer aumento das importações implicaria também um aumento das exportações, pelo menos até ao valor do coeficiente directo de importação, que seria, portanto, da ordem dos 20 %.

Por outro lado, qualquer redução drástica das importações teria um efeito desmultiplicador extremamente acentuado, eu diria até um efeito muito superior à proporção, pois qualquer trabalhador que trabalha, por exemplo, numa oficina ou numa pequena fábrica, sabe que a falta de uma determinada matéria-prima, de um determinado acessório, pode significar a inexistência de uma produção de valores às vezes centenas de vezes superiores ao valor desse produto que não terá sido importado.

Em conclusão, queria perguntar se a primeira fase da política do Governo não teria sido a de apontar para uma recuperação geral e, a partir dela, iniciar então uma política selectiva, digamos, tanto de importações como até de investimentos.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade Sr. Deputado Soares Louro, de formular os seus pedidos de esclarecimento.

O Sr. Soares Louro (PS): — São duas perguntas muito rápidas, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Sousa Franco disse, e uso das suas palavras, que houve uma certa descompressão na nossa economia. Os números apontam para um crescimento económico da ordem dos 6 e pouco por cento. Os números da OCDE, em que o crescimento previsto é da ordem dos 4 %, são tidos por muito bons e levantam-nos esta dúvida: Qual é para o

Sr. Deputado a diferença entre descompressão e a partir de que índice de percentagem considera que há crescimento económico?

Um outro aspecto que gostaria de pôr, usando também as suas declarações, é o seguinte: Disse o Sr. Deputado que sem expansão económica não venceremos a batalha do desemprego. Considerando os factores decorrentes de uma desmobilização massiva, da paragem do curto migratório, das centenas de milhares de retornados das ex-colónias portuguesas, e se não se verificasse o crescimento económico que se verificou, se não teríamos duplicado ou mesmo quase que triplicado o número dos desempregados e se, em consequência, o Sr. Deputado está de acordo ou não com esta política de emprego do Governo Socialista, feita à custa de um crescimento económico que teve em vista, sobretudo, a estabilização do emprego e o aliviar uma crise social decorrente de uma grande percentagem de desempregados em Portugal.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Deputado Sousa Franco, a sua intervenção suscitou extremas dúvidas e eu não esperava tantas perguntas da bancada do meu partido, pelo que vou eliminar algumas.

Em todo o caso, surpreendeu-me bastante a fluência com que citou tantos números e deixou-me um pouco perplexo perante tantas citações. Terei oportunidade amanhã de fazer algumas demonstrações que parecem relativamente importantes, de esclarecimento de fundo, mas desde já queria pedir-lhe o favor de alguns esclarecimentos.

O primeiro é que, não sei se ouvi bem, o Sr. Deputado teria dito que o Governo falseia a taxa de desemprego de 8% e logo a seguir, se bem ouvi, citou elementos do mesmo inquérito em que o Governo se baseia para indicar esses 8%, para, na sua interpretação, dizer que o número de activos à procura de primeiro emprego aumentou, e cita até números de diversos mestres. Sendo assim, a sua afirmação tem ou não por base o mesmo inquérito que o Governo referiu para dizer que a taxa de desemprego é de 8%? Além disso, queria perguntar-lhe se é capaz de dizer a esta Câmara qual é a sua ideia sobre o número de empregos que se terão criado em 1976-1977 neste país.

Queria, ainda, saber qual a sua opinião sobre o volume de investimento que terá sido feito em Portugal no ano de 1977. Disse que a taxa de investimento era baixa — é capaz de me dizer qual é essa taxa de investimento que considera baixa? Pode citar exemplos de outros países que tenham tido taxas semelhantes ou parecidas com a nossa?

Finalmente, perguntar-lhe-ia o que entende por uma expansão para 1978. Todos estamos de acordo, a começar pelo Governo, que o problema de médio prazo é um e o de curto prazo é outro, e não é o Governo que não deseja o desenvolvimento, nomeadamente a partir de agora, se possível. Em conclusão, queria perguntar qual é a taxa que propõe para

a expansão em 1978 e qual é o défice que julga aceitável, decorrente dessa taxa de crescimento, e como o financia?

Outras questões teria a apresentar, como disse, mas ficam para amanhã.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carlos Carvalhas (POP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Sousa Franco: Não desconhece certamente que a desvalorização do escudo teria como consequências o agravamento dos preços, atendendo, nomeadamente, à estrutura das nossas importações. É verdade que o Governo se comprometeu aqui a manter uma taxa de inflação da ordem dos 15% e a um défice da balança de transacções correntes de cerca de 22 milhões de contos. Mais é verdade também que, dois meses depois, foi aprovado o «1.º pacote de medidas» com aplauso e apoio do PS, PPD e CDS, que implicava a desvalorização do escudo, o aumento das taxas de juros e tinha, portanto, como consequência, o aumento de preços e o agravamento do défice da balança de transacções correntes. Não percebo, pois, como vem criticar agora as consequências de uma política que, efectivamente, aprovou.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Não é verdade!

O Orador: — Segundo ponto: o PPD/PSD foi um dos mais acérrimos defensores da publicação dos títulos e da sua mobilização pela totalidade, e a lei das indemnizações endossava aos grandes capitalistas milhões de contos — cuja utilização não se sabe se será na Suíça —, pelo que não comprehendo porque vem falar agora e esse súbito interesse pelo problema de salários e pelo problema da Previdência, quando nós dissemos, na altura, que esses milhões de contos, aplicados em investimentos produtivos, em equipamento social, em escolas, creches, resolveria os problemas que o Sr. Deputado abordou.

A pergunta que faço é esta: foi por eleitoralismo ou por sinceridade que colocou estas questões?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia, Nobre da Costa.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Deputado Sousa Franco: Em primeiro lugar, queria dizer que apenas lhe vou dirigir três perguntas porque só depois de uma leitura do seu texto é que poderei estar habilitado a fazer mais outras perguntas.

Efectivamente, o texto foi lido muito rapidamente e com muitos números e quase tive a sensação de que assistia a uma corrida, até porque alguém da bancada lhe mostrava os tempos.

Risos.

Havia alguém que da box o incitava a acelerar o seu texto, o que não me permitiu absorver mais do que uma pequena parcela daquilo que disse.

Em todo o caso, pedia-lhe o favor de me esclarecer o seguinte: primeiro, onde foi o Sr. Deputado buscar a informação de que a indústria transformadora tinha

crescido 10% em relação ao ano passado, pois esse número diverge consideravelmente de todos os indicadores oficiais e não oficiais que são do meu conhecimento?

Em segundo lugar, porque é que o Sr. Deputado disse que se prosseguia uma política industrial de substituição de importações quando é facto conhecido que o Ministério da Indústria, desde há vários meses, segue uma política de aumento de exportações e incentivos à indústria exportadora, e não de substituição de importações? Aliás, até há casos concretos que eu poderia referir, o que não farei agora.

Em terceiro lugar, gostava de saber onde foi o Sr. Deputado buscar os números que o levaram a dizer que o défice da balança comercial de 1977 ultrapassaria o aquiloto que está orçamentado, dando que os últimos números que possuo indicam exactamente o contrário, isto é, que as exportações cresceram mais do que o previsto e que as importações cresceram menos do que o previsto, e tudo leva a crer neste momento que até ao fim do corrente ano o défice será inferior àquilo que foi orçamentado.

O Sr. Presidente: — Ponho à consideração do Sr. Deputado Sousa Franco e à Assembleia o facto, que todos conhecemos, de que está combinado que esta sessão terminará às 24 horas. Pelas contas feitas pela Mesa, se assim acontecesse e tendo em conta os tempos de amanhã, saímos daqui amanhã por volta das 6 horas. Aliás, isto não era uma coisa original na Europa, porque eu estive agora em Paris e lá a Assembleia reuniu até às 5 horas da madrugada, o que lhes poderá servir de conforto...

Risos.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Nós cá também já o fizemos Sr. Presidente.

O Orador: — A verdade é que não posso decidir, pois não tenho poderes para isso, sobre o prolongamento da sessão. Por isso, pergunto à Assembleia, e se algum Sr. Deputado quiser usar da palavra a respeito do prolongamento da sessão fará o favor de o manifestar até pelo menos o Sr. Deputado Sousa Franco acabar de responder a todas as perguntas.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para interpelar a Mesa porque se nos põe agora um problema que merece ser ponderado.

O tempo foi distribuído pelos diferentes grupos parlamentares partindo-se do princípio que, tendencialmente, a maioria do tempo que lhes era atribuído se destinava a intervenções em que exploravam as suas posições, ficando reservada uma parte residual desse tempo para pedido e prestação de esclarecimentos. Mas o que acaba de suceder, aqui, transforma, de certa maneira, o meu partido, que não é propriamente nenhum partido do Governo, num partido que parece estar afinal, sujeito à moção de confiança,

isto é, acabam de ser formuladas questões ao autor da primeira das três intervenções que temos programadas, questões que totalizam, se não estou em erro, cerca de trinta minutos, e que, portanto, a serem respondidas uma a uma e nos termos em que foram formuladas, iriam efectivamente roubar-nos no nosso tempo de intervenção, tempo esse de que carecemos para manifestar posições de fundo naquilo que consideramos fundamental para a apreciação da confiança ou desconfiança que o Governo nos merece.

Em face deste condicionalismo especial, que não encontrou até agora paralelismo em relação aos problemas de outros grupos parlamentares intervenientes neste debate, desejava saber se a Assembleia está ou não disposta a, para além do tempo normal, atribuir-nos digamos, pelo menos, vinte minutos para as respostas formuladas nestes termos, porque, a não ser assim, o meu grupo parlamentar terá, de facto, de pedir a suspensão desta sessão e considerar a atitude que irá tomar nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Suponho que a pessoa mais indicada para responder ao Sr. Deputado Sérvulo Correia seria mesmo V. Ex.^a.

Efectivamente, eu não tenho conhecimento dos acordos que se fizeram, pois não estava presente nessa altura, mas o problema está posto e gostaria de ouvir os outros grupos parlamentares quanto a ele. A minha opinião é no sentido de se cumprir rigorosamente o que está estabelecido, o que, de certo modo, pode ser um voto nulo — não sei se será e tenho as minhas dúvidas de que o seja —, mas o certo é que, em todo o caso, estou a obedecer a uma regra que foi estipulada e que gostaria de ver cumprida o mais rigorosamente possível, o que me impedirá de estar sensível a qualquer opinião dos grupos parlamentares quanto a este ponto.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, fiz uma sugestão concreta, mas estão aqui os representantes dos grupos parlamentares que participaram na conferência em que se combinaram os tempos e certamente que todos se recordam de que, tendencialmente, se previa um período de dez minutos para esclarecimentos. Parece-me, portanto, que o mais curial seria que os grupos parlamentares se pronunciassem sobre a sugestão concreta que fiz, de atribuição de vinte minutos para as respostas a estas questões que acabam de ser formuladas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sérvulo Correia, connosco, de vez em quando, acontece sempre o mesmo. V. Ex.^a acaba de dizer precisamente o mesmo que eu disse.

Risos.

Deve ser coincidência, e admito até que seja definição própria, porque foi assim que referi o problema há pouco.

Srs. Deputados, tenham a bondade de se pronunciarem sobre esta questão.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Apenas para ajudar a Câmara e a Mesa a esclarecer este assunto, permito-me recordar que no cálculo de tempos efectuado a distribuição era a seguinte por cada grupo parlamentar: dez minutos de tempo de intervenção, pedidos de esclarecimento ou prestação de esclarecimentos em relação à declaração inicial do Sr. Primeiro-Ministro; uma hora e trinta minutos de intervenções de fundo; vinte minutos de pedidos de esclarecimento ou de concessão de esclarecimentos a propósito das outras intervenções; quinze minutos para o encerramento do debate final, e, finalmente, dez minutos para declaração de voto. Tudo somado dá duas horas e quinze minutos por cada grupo parlamentar, que os administrará consoante entenda.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Ministro sem Pasta, Jorge Campinos.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se intervinho neste momento é para dizer que o Governo, com efeito, participou nas negociações para o estabelecimento do tempo, que concordo com a intervenção do Sr. Engº Amaro da Costa, e que não posso deixar de lembrar que esta manhã o Sr. Primeiro-Ministro foi alvo de numerosos pedidos de esclarecimento e que não respondeu nôo film, mas imediatamente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Mas remeteu muitos deles para uma entrevista.

O Sr. Presidente: — Mais algum grupo parlamentar deseja intervir?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Hoje, nesta Assembleia, a discussão tem-se gerado sobre as plataformas e eventuais acordos. Ora, seria realmente pouco salutar que, tendo-se feito um acordo esta manhã, ele não fosse aqui respeitado. Seria mau augúrio para o nosso futuro.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Também peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também a nossa bancada considera

que deveremos dar cumprimento ao acordo que foi estabelecido depois da demorada consideração e ponderação entre os presidentes dos grupos parlamentares. A situação de um grupo parlamentar não ter tempo para dar todos os esclarecimentos que entende dar não é uma situação nova — noutras debates ocorreu o mesmo com outros grupos parlamentares.

De qualquer forma, nós estaremos dispostos amanhã, portanto a outras horas, a reconsiderar toda a questão de tempos, não só a questão que aqui é levantada pelo PSD, mas eventualmente a questão que possa colocar-se a qualquer outro grupo parlamentar. Neste momento, a nossa posição é de que se deve cumprir o que foi estabelecido e acordado entre os grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Penso que o problema está, portanto, esclarecido, Srs. Deputados.

Tem a palavra para responder às perguntas que lhe foram solicitadas o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Presidente: Vou responder telegraficamente às trinta perguntas que foram feitas e, naturalmente, remeteria as outras para uma entrevista a dar ao *Povo Livre*, ao *Portugal Socialista* ou ao *Avante!*...

Risos.

O Sr. Riço Calado (PS): — Aos órgãos da comunicação social...

O Orador: — A razão de não termos apresentado a nossa moção de censura deve-se ao facto de haver perspectivas de negociações com o Governo que pre daviam as conclusões de Bragança e a gravidade da situação cambial neste final de ano, que aqui invocámos para falar da inopportunidade de uma moção de confiança. As soluções de alternativa que propomos, propô-las-emos, em primeira mão, ao Sr. Presidente da República. Quanto às nossas ideias acerca da solução da crise, tememos outra intervenção política aqui.

Entendemos que o PSD não tem nada a ver com estas dificuldades criadas até agora, pois deu todo o apoio que podia dar aos aspectos positivos da política do Governo e encontra-se numa situação...

O Sr. Fonseca Fernandes (PSD): — De impasse...

O Orador: — ..., em que o juízo que formula, imposto pela gravidade da crise nacional que se verificou depois de longos meses de análise no Conselho Nacional de Bragança se lhe confirma dia após dia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Entendemos que a situação portuguesa é substancialmente diferente das situações espanhola e italiana, e que, por isso mesmo, economias como essas têm uma muito maior solidade estrutural para resistir a tratamentos de choque. Naturalmente que não há problema quanto à associação como o actual Governo Socialista, pois não é disso que se trata, mas da constituição de um governo que não tenha apenas condições majoritárias como eficazes.

Nós entendemos, e não estamos a fazer nenhuma crítica pessoal a ninguém do Governo, que é em boa parte pela fórmula de Governo e pelo tipo de acção governativa que foi seguida que este governo não tem conseguido ter uma acção coerente, capaz e eficaz. Não há críticas pessoais e não há, muito menos nisto, críticas ao Partido Socialista.

Quanto à política de alianças, é evidente que não privilegiámos nem o CDS nem o PS, o que não significa que não haja uma política de não alianças. Há, sim, a posição normal de um partido democrático que aceita entender-se em base de negociação com outros partidos democráticos, sendo todos eles problemáticamente diferentes. Se o princípio de que a diferença de programas impede entendimentos fosse aplicável em democracia, então não haveria compromisso, nem coligação, nem entendimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi naturalmente por causa da gravidade da situação — e agora quanto ao Sr. Deputado José Luís Nunes — que o Grupo Parlamentar do PSD entendeu que ainda não tinha chegado o momento de apresentar a moção de censura. O Governo, por seu lado, apresentou a moção de confiança porque também assim o entendeu.

É evidente que, se há razões na Constituição para a falta de confiança da iniciativa privada, não será dessas que nos queixamos, mas da falta de condições de segurança criadas pelo clima social e pela inacção do Governo. Entendemos que a iniciativa privada tem lugar no quadro constitucional e que, respeitando a Constituição, é perfeitamente possível inspirar-se-lhe confiança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Evidentemente que em 1974 defendemos a política de austeridade e rigor em diversos comunicados de análises da situação económica e nunca em qualquer reunião da Manutenção Militar ou de outro sítio qualquer em que, aliás, não estivemos presentes, nem o PSD esteve representado como partido. Portanto, não sabemos nem temos nada a ver com essa análise da situação económica nesse ano.

Entendemos que o sector público deve ser eficiente e que deverá haver fomento da iniciativa privada. Não resulta disso da delimitação constitucional do sector público, mas de não se terem tomado medidas para começar a torná-lo mais eficiente.

É óbvio que nós temos uma posição acerca do apoio a um Governo que tenha participação partidária — e é esse o sentido da expressão «caras nossas» — e de um apoio mais motivado e condicionado a outras fórmulas governativas. Mas tudo isso é matéria de negociação, não é nem questão prévia nem posição fechada. Posição fechada, sim, é a política de não alianças do PS.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Nós entendemos que a taxa estimável de formação bruta de capital fixo — é a esse investimento e não aos stocks que nos estamos a referir — para este ano, andará pelos 15% a 16% do

PIB (produto interno bruto). Com base nos números oficiais, é esta a taxa que indicámos e aquela que também foi fornecida, por exemplo, à Comissão da Comunidade Económica Europeia.

Quanto à diminuição de salários reais, é evidente que não é da simples comparação dos salários nominais com o índice de preços/grosso que se pode deduzir seja o que for; o elemento que referi e poderei esclarecer em privado vem numa publicação oficial, salvo erro no n.º 3 do Boletim do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças, mas, como digo, poderei indicar a fonte, em particular, ao Sr. Deputado.

Por outro lado, quanto à austeridade do sector público, é claro que não defendemos despedimentos maciços, apesar de entendermos que o crescimento canceroso do sector público em matéria de funcionários é hoje uma das grandes causas de dificuldades da gestão orçamental. Mas defendemos as várias soluções que mencionei no discurso: maior produtividade das despesas públicas, disciplina da contratação e, naturalmente, uma gestão mais eficiente do sector público empresarial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que há ainda casos que, importa reconhecer, se têm atenuado, mas que persistem, de discriminação do crédito ao sector privado, por exemplo, no domínio da agricultura, mas não só. É evidente que há dificuldades dos nossos empresários quanto a adaptarem a gestão das empresas à inflação, mas isso é um dado com que temos de contar. Outro dado que temos a considerar é que as estruturas das empresas portuguesas significa que é para elas fatal uma alta taxa de juro independentemente do problema, que reconhecemos, de ser necessário criar uma solução flexível e diversificada e de ser necessário controlar a criação monetária através de fracções globais. Parece evidente também que, em termos de levação monetária ou de atracção de capitais, a razão principal por que se poderá equilibrar a nossa balança de capitais não é hoje ainda, infelizmente, a manipulação das taxas de juro. É evidente que não aceitamos o princípio das negociações com o Fundo Monetário Internacional nem, de forma alguma, estamos contra algumas medidas de austeridade preconizadas. O que entendemos, isso sim, é que, primeiro, se não temos que ver com estas negociações, não temos que lhes dar aval a não ser depois de conhecermos o seu conteúdo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, que algumas das medidas que nos são propostas no memorando do Governo, e nós dizemos quais, não merecem o nosso apoio.

Quanto à outra pergunta sobre a redução da taxa de inflação de preço médio do consumidor, para o final do ano, de 32% tem em conta uma relativa desaceleração ocorrida nos últimos meses. Se é esse o sentido da pergunta, não há qualquer dificuldade em reconhecê-lo. Também parece claro que qualquer outro Governo não poderia ter alterado as relações matriciais da economia portuguesa, mas poderia ter

alterado significativamente os fluxos dinâmicos que deveriam ser inseridos nessa matriz.

É evidente também, por outro lado, que entendemos que não tem sentido comparar a taxa de crescimento estimável em 6% para este ano e em 5,1% para o ano de 1976 com a taxa de crescimento médio nos países da OCDE, porque, em países mais desenvolvidos as taxas de crescimento são normalmente mais baixas, mas como as bases de rendimento são mais elevadas, isso significa que, mesmo assim, o desvio de rendimento entre uns e outros continua a verificar-se.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gaire dizer ainda que crescimento não é expansão e desde que não haja investimento a níveis suficientes, ou seja, acima de 1% de produto — de acordo com o que era normal na economia portuguesa —, então não há crescimento mas uma mera expansão e diferenciação entre países pobres e ricos. É óbvio que a economia portuguesa encontrou recursos para reduzir a taxa de desemprego, mas não nos parece que esses recursos resultem de uma política activa de desemprego; resultam, isso sim, de numa estrutura arcaica como a da economia portuguesa ser mais fácil absorver o desemprego, designadamente o dos retornados, do que em estruturas extremamente industriais.

Ora, eu não disse que o Governo falseava coisa nenhuma, disse sim é que a taxa de 8% era artificial. Os dados que utilizei são os mesmos, simplesmente tendo como base, por hipótese números de população activa superiores aos 3,2 milhões e indicadores incompletos que considerem empregados aqueles retornados ou desalojados que estão realmente desempregados, o que nos permite chegar a taxas que são artificiais — foi o adjetivo que eu empreguei —, mas que não são falsas.

Quanto ao valor do investimento, a questão está respondida, e em nosso entender, seria necessário tentar conseguir uma taxa de crescimento da ordem dos 5%, e que seria possível, com o incremento da exportação, manter a mesma ordem de grandeza de défice e o mesmo tipo de financiamento previsto.

No que respeita ao Sr. Ministro Nobre da Costa — e faço notar que agora ainda estou em aceleração maior —, tenho a dizer que, independentemente de ser intenção do Ministério da Indústria a de fomentar o aumento das exportações, o que consta do programa do Governo, como prioridade, é a substituição de importações, o que várias vezes foi afirmado aqui como tal. Sei também que as últimas previsões, não do Orçamento mas a nível mesmo de previsões do défice da balança comercial apontam para 96,6 milhões de contos, o que não é certo, e nas previsões anteriores apontava-se para 105 milhões de contos. Quer essas, mantendo-nos no valor médio de 100 milhões de contos, até ver realmente qual o que se vai verificar, quer a estimativa de crescimento do secundário em 10%, podermos, até porque isso resulta da análise conjuntural que temos feito, fornecer-lhe mais detalhadamente.

Por outro lado, e a concluir, queria dizer, em relação ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que aprová-

mos, em parte, uma inflexão do rumo no sentido da austerdade quando do chamado «primeiro pacto»; mas também é verdade que dissemos que muitas das restrições e condições que seriam necessárias para que ele produzisse efeitos não foram postas em execução, e que algumas dessas medidas deveriam ter sido tomadas sete meses antes de 25 de Fevereiro passado.

Quanto ao problema das indemnizações, pensamos que produzir efeitos não em termos de evasão de capitais, mas em termos de eventual contenção de um processo inflacionista na economia portuguesa, mas, entre outras coisas, atribuí-las é uma imposição constitucional.

Eu peço desculpa, mas tive de fazer esta corrida contra-relógio.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para amanhã os tempos são os seguintes: 147,30 minutos para o Governo; 94,30 minutos para o PS; 61,30 minutos para o PSD; 46 minutos para o CDS; 71,30 minutos para o PCP e 35 minutos para a UDP.

A sessão está encerrada e reabrirá amanhã pelas 10 horas.

Eram 24 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alfredo Fernando de Carvalho.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Sanches Esteves.
António Maialhães da Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Fernando Abel Simões.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Florival da Silva Nobre.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
Francisco Soares Mesquita Machado.
Gualter Vitorino Nunes Basílio.
Jaime José Matos da Gama.
João Francisco Ludovico da Costa.
João Soares Louro.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
José Ferreira Dionísio.
José dos Santos Francisco Vidal.
Ludovina das Dores Rosado.
Luís Abílio da Conceição Cacito.
Luís José Godinho Cid.
Manuel Augusto de Jesus Lima.
Manuel João Cristino.
Maria Eulália de Melo Moreira da Silva.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
Rui Paulo do Vale Valadares.
Vasco da Gama Fernandes.

Partido Social Democrático (PSD)

Amantino Marques Pereira de Lemos.
Américo de Sequeira.

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Gonçalves.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José da Costa.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 Jorge de Figueiredo Dias.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Simões Costa.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Morais.
 João Lopes Porto.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Hahnemann Saavedra de Abaín Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 José Manuel Paiva Jara.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)
 Fernando Tavares Loureiro.

Partido Social Democrático (PSD)

Manuel Sérgio Vila Lobos de Menezes.

Centro Democrático Social (CDS)

Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

**O CHEFE-ADJUNTO DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO,
 José Pinto.**